

Maria Ivete Albini

**SUBJETIVIDADE E ARGUMENTAÇÃO NO
DISCURSO DAS CIÊNCIAS HUMANAS:
UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Departamento de
Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem
da Universidade Estadual de Campinas como
requisito parcial para obtenção de título de
Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo
IEL - Linguística - Unicamp

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
2000



2000.19.560

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	UNICAMP
V.	AL14s
Ex.	
TOMBO BC/	43300
PROC.	278/2000
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	29/12/2000
N.º CPD	

CM-00153930-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

AL14s	Albini, Maria Ivete Subjetividade e argumentação no discurso das ciências humanas: um estudo de caso / Maria Ivete Albini. - - Campinas, SP: [s.n.], 2000. Orientador: Jonas de Araújo Romualdo Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Análise do discurso. 2. Subjetividade. I. Romualdo, Jonas de Araújo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
-------	--

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo - Orientador

Prof. Dr. Sírio Possenti

Profª Drª Maria Laura T. Mayrink-Sabinson

Prof. Dr. João Wanderley Geraldi

agosto/2000

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Maria Inete

Albini

e aprovada pela Comissão Julgadora em
25, 10 2000.

Ofereço este trabalho a meu pai, Antonio, e a minha mãe, Maria de Lourdes.

Dedico-o ao companheiro Juraci.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Agradecimentos

Agradeço

à CAPES pela bolsa concedida;

ao Prof. Jonas de Araújo Romualdo, orientador da pesquisa, pela confiança (...) e pela tranquilidade e firmeza na condução dos trabalhos;

ao Prof. Sírio Possenti e ao Prof. João Wanderley Geraldi, pela atenção e crítica com que leram os originais para a qualificação, contribuindo para o aperfeiçoamento deste trabalho;

a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização da pesquisa;

aos amigos que me incentivaram e perdoaram as minhas ausências ao convívio.

SUMÁRIO

RESUMO	06
INTRODUÇÃO	07
Parte I - 1. SUBJETIVIDADE E ARGUMENTAÇÃO	10
1.1. O sujeito ativo	21
1.1.1. O corpus	29
1.1.2. O estilo da autora	33
1.2. A heterogeneidade	35
1.2.1. A heterogeneidade mostrada	38
Parte II - 2. ANÁLISE DE DADOS:	
2.1. O discurso relatado	42
2.1.1. O verbo dicendi	50
2.1.2. O auditório	54
2.2. A paráfrase	61
Parte III - 3. RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO	72
3.1. A Retórica	72
3.2. A Argumentação	76
3.2.1. A técnica argumentativa	78
3.2.2. O Lugar da pessoa	81
CONCLUSÃO	87
SUMMARY	91
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	92
ANEXO	96

RESUMO

Tomando como base para a constituição do *corpus* a dissertação de mestrado em Antropologia intitulada “Projetos de vida - Um estudo das representações femininas do aborto”, de Rosangela Di Giovanni, este trabalho tem como objetivo o estudo da subjetividade no discurso das ciências humanas, a partir da noção de sujeito defendida por Possenti. Dentro deste enfoque teórico, o sujeito do discurso não aparece como totalmente assujeitado. A presença da atividade de um sujeito é amplamente percebida, entre outros exemplos, no trabalho do sujeito com recursos como paráfrases e com discursos relatados. Os fenômenos associados à heterogeneidade discursiva aparecem, nesse enfoque, como subjetividade mostrada (Possenti). A atividade do sujeito claramente presente no texto de Di Giovanni foi relacionada a uma outra noção de igual relevância - a noção de argumentação, em que se destaca a importância do auditório.

Palavras-chave

1. Análise do discurso. 2. Subjetividade.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

INTRODUÇÃO

A questão do estatuto do sujeito no discurso era o alvo de minha preocupação acadêmica em 1997 quando, afortunadamente, cruzaram meu caminho o prof. Jonas de Araújo Romualdo e o prof. Sírio Possenti. Não foi coisa do destino: inscrevi-me na disciplina “Discurso e Argumentação” procurando encontrar respostas para aquilo que se apresentava no corpus do pré-projeto de pesquisa: o sujeito do discurso se mostrava ativo ao utilizar determinados recursos lingüísticos buscando alcançar certos fins. Numa observação preliminar, o destaque parecia recair sobre o aspecto argumentativo, o que me levou a buscar uma aproximação maior com o prof. Jonas, que pouco tempo depois me aceitou como orientanda. Como estudioso da Retórica, Prof. Jonas interessou-se pelo pré-projeto de pesquisa que lhe apresentei e deu-me a oportunidade de ter por orientador um professor extremamente atento ao ritmo dos avanços de minha pesquisa e ao rumo que ela tomava.

Cursando a disciplina “Seminário Avançado em Análise do Discurso” entrei em contato com o ponto de vista do Prof. Possenti sobre a questão do estatuto do sujeito no discurso, que logo despertou meu interesse. A opção por trabalhar com o enfoque dado por ele para a questão não foi a mais tranqüila num contexto em que a Análise do Discurso (AD) está bastante voltada à concepção do sujeito como assujeitado, em que grande número dos trabalhos de pesquisa procuram explicar os fenômenos tomando por base teorias vinculadas a este estatuto do sujeito, embora, como veremos mais adiante, freqüentemente se lhes façam adendos, restrições ou ressalvas. Sua posição é inédita porque abre a possibilidade de uma análise diferenciada quanto ao papel do sujeito no discurso a depender do tipo de discurso sob enfoque. Na seção “O sujeito ativo” apresentamo-la em detalhes e comentamos sobre sua importância para esta pesquisa.

A despeito das críticas que se possam fazer sobre posicionamentos radicais a respeito do sujeito, em qualquer um dos extremos, seja aquele que o vê como totalmente assujeitado, seja aquele que o encara como totalmente livre, como também a este viés assumido por Possenti, em nenhum momento me ocupei com o pensamento de que deveria, por meio da

pesquisa, procurar provar a supremacia desta ou daquela teoria sobre a(s) outra(s); antes, desejava encontrar respostas para as questões que se impunham, aplicando os métodos, técnicas e teorias que a ciência põe à disposição, observando os resultados e tecendo conclusões que, quiçá, possam vir a contribuir para a continuidade dos estudos lingüísticos neste campo. Até porque, Possenti não descarta nem o papel da história nem a importância das estruturas sociais na constituição do sujeito do discurso, sua postura mostra a necessidade de olhar para outros elementos, e de olhar para aqueles colocados pelas teorias que defendem o sujeito assujeitado sob outra perspectiva. Não é meu desejo conflitar com qualquer teoria do discurso. Modestamente, quero pôr à prova uma delas, que parece ser a mais adequada para dar conta de explicar certos fenômenos que a análise dos dados mostrou ocorrerem no corpus de que me sirvo. Esta concepção do discurso defendida por Possenti, aliada à teoria da argumentação, parece formar um conjunto que se encaixa perfeitamente, permitindo a explicação dos fenômenos que despertaram minha atenção e merecem estudos mais aprofundados. Por ora, atendo-me a um corpus restrito, buscando comprovação para minha hipótese de que pela observação de determinadas marcas lingüísticas é possível verificar um trabalho de atuação do sujeito, pela linguagem, visando à produção de efeitos de sentido que têm por objetivo influenciar o interlocutor.

O primeiro contato com uma dissertação de mestrado em que as marcas indicativas da presença do sujeito se mostravam claramente, em que o sujeito não procurava ocultá-las, despertou interesse. Na dissertação de mestrado em Antropologia intitulada “Projetos de vida - Um estudo das representações femininas do aborto”, Rosangela Di Giovanni apesar de servir-se em certos momentos de alguns dos recursos disponíveis visando aproximar-se de um certo estilo, em muitos outros se expõe claramente. A presença de outros elementos em seu discurso levava-nos a crer que a exposição insistente da subjetividade no discurso poderia ter algum propósito específico; a autora poderia estar aproveitando-se do fato em questão para alcançar determinado objetivo. Propusemo-nos a investigar o caso levantando algumas hipóteses a respeito baseados num olhar prévio sobre os dados, que apontavam para a necessidade de se levar em conta, além de uma teoria do discurso, outra(s) que privilegiasse(m) um elemento de grande destaque presente no material: o auditório. Uma noção de sujeito que não se coadunasse com uma teoria que vislumbresse a possibilidade de haver escolhas do sujeito na

construção de seus discursos mostrava-se, já de início, incompatível com o que se observava então.

A abundância no corpus de um jogo que envolvia Discurso Direto (DD), Discurso Indireto (DI) e Discurso Indireto Livre (DIL), para mim, aparecia imediatamente como sinal inquestionável da existência de um trabalho de estilo, isto é, do trabalho do sujeito. Por outro lado, eu tinha conhecimento de que DD, DI e DIL, pensados como marcas de heterogeneidade pela AD francesa, remetiam para questões como formação discursiva e assujeitamento do sujeito. Assim, a noção de sujeito que decidi assumir permite dar um novo enfoque para os fenômenos da heterogeneidade, um enfoque que permite ver aí a atividade do sujeito.

Na seção “Análise de dados” apresentamos os fenômenos relativos à heterogeneidade que ocorrem com maior destaque na dissertação de Giovanni: o discurso relatado, incluindo uma observação dos verbos dicendi, e a paráfrase. Para o primeiro, tomamos como suporte teórico básico Bakhtin, dando destaque à questão do dialogismo. Quanto à paráfrase, apoiamos-nos teoricamente em Fuchs. Para os objetivos a que nos propusemos, mostrar o trabalho do sujeito, é suficiente o estudo destes dois fenômenos que se apresentam de maneira bastante complexa, permitindo notar, a partir do estilo, o trabalho realizado pelo sujeito.

O capítulo intitulado “O sujeito ativo” oferece um painel detalhado sobre a concepção de Possenti a respeito do sujeito no discurso, dando destaque aos aspectos que contribuem para a confirmação de nossa hipótese.

A seção “Retórica e Argumentação” traça breves considerações sobre a Teoria da Argumentação, de Perelman, e uma rápida visada na Arte Retórica, de Aristóteles, enfocando especificamente aqueles elementos que permitem enlaçar a Argumentação ao enfoque que assumimos sobre o sujeito. A brevidade no exame dos estudos de Perelman e Aristóteles mais tem a ver com a impossibilidade de apresentação, para o momento, da complexidade e da vastidão dos conhecimentos deixados por esses autores acerca do assunto, do que com um possível uso restrito de seu legado. Pelo contrário, acreditamos que a teoria da Argumentação caminha de par com a noção de sujeito ativo nesta pesquisa.

SUBJETIVIDADE E ARGUMENTAÇÃO

Vincular o tema da Subjetividade à Argumentação já foi objeto de trabalhos de pesquisadores do campo da linguagem. OSAKABE (1979), procura estabelecer um modelo de análise para o discurso político averiguando as aproximações e rupturas possíveis entre o discurso político de natureza pragmática e o discurso político teórico. Tomando como base de dados para o discurso político de natureza pragmática discursos produzidos por Getúlio Vargas e para o discurso político teórico discursos produzidos por Oliveira Viana e Azevedo Amaral, o autor observa a distinção entre estes tipos de discurso a partir da assunção de um quadro teórico que põe em evidência a “atuação” dos atores envolvidos.

Destacam-se, no quadro teórico de que dispõe o autor, Pêcheux, especialmente estudos sobre o problema das condições de produção. Austin, Searle e Ducrot contribuíram para a discussão que Osakabe faz sobre os atos de linguagem e com Aristóteles e Perelman o autor vai estabelecer um ponto de convergência entre seu objeto de estudo e a Retórica.

Osakabe está interessado “num esquema de funcionamento mais amplo que as relações intrínsecas que, porventura, possam existir no interior” dos textos e considera “inevitável assumir uma perspectiva pragmática, que coloca em evidência o problema das condições de produção como quadro de informação prévio e necessário a uma observação interna de cada realidade discursiva” (p. 46). As perspectivas que se colocavam para o momento, relativamente aos problemas das condições de produção, apontavam fundamentalmente para a ótica da psicologia ou para a da sociologia. Osakabe, considerando que a escolha do analista por uma perspectiva que tendesse para qualquer uma das óticas restringia os objetivos da análise, opta por adotar um procedimento mais “neutro”. Visando “adotar uma atitude menos comprometida”, é que pretende “pensar as condições de produção sob o ângulo do próprio interesse emanado pelo discurso.” Fica claro, com o uso das aspas pelo autor em “neutro”, que ele próprio coloca restrições a essa neutralidade, até porque não fica bem esclarecido qual é esse “interesse” emanado pelo discurso. Osakabe procura uma definição para esse “interesse”

a partir da consideração do esquema proposto por Pêcheux¹ - que evidencia os protagonistas do discurso e o referente - e ao qual acrescenta um novo elemento: “a própria natureza do ato que A pratica ao falar de determinada forma e da natureza do ato a que A visa em B”. Inserir no esquema a pergunta fundamental “O que A pretende falando dessa forma?” desdobra nas duas seguintes: “O que A pretende de B falando dessa forma?” e “O que A pretende de A falando dessa forma?” leva-o à consideração dos atos de linguagem como de fundamental importância para seu trabalho. Entretanto, parece restar um vácuo no que diz respeito à atividade do locutor que somente a teoria dos atos de linguagem não dá conta de preencher.

Osakabe parte de uma concepção do discurso que privilegia a subjetividade como um dos elementos mais importantes para sua caracterização, a subjetividade entendida como “o jogo que nele (no discurso) se estabelece pela relação de pessoa.” (p. 37) O autor pretende investigar

a importância que tem do ponto de vista da língua e do discurso a subjetividade que este último revela; pretende-se equacionar do ponto de vista desta subjetividade a importância e a propriedade que têm as contribuições hoje um tanto desprestigiadas da Retórica, no que diz respeito aos gêneros (p. 38)

Segundo ele, uma teoria lingüística que vise o discurso - que tenha por objetivo o discurso, e não a frase - deverá: 1) necessariamente ter outros fundamentos “que aqueles propostos quer pelo estruturalismo quer pela lingüística gerativo-transformacional”; 2) “considerar a pertinência não só dos modos de elocução da frase, mas sobretudo terá de investigar a pertinência dos modos de elocução do discurso”; 3) “levar em consideração a possibilidade de se estabelecer os princípios que fundam a organicidade dos discursos”(p. 38)

Dado o interesse específico que nos move nesta pesquisa e a diferença quanto ao quadro teórico assumido por nós em relação a Osakabe, consideramos pertinente nos determos mais no que diz respeito ao item 3) acima. Osakabe detectou que tanto os discursos políticos de natureza pragmática quanto os discursos políticos teóricos apresentam uma organização (a que chamou de argumentativa) fundada no ato ilocucionário de “argumentar”, que pareceu compreender os atos de promover, envolver e engajar, procedimento que dá destaque ao

¹ M. Pêcheux apud Osakabe, pp. 48-50

papel que tem o locutor nos processos de construção e manipulação do efeito de sentido que visa atingir no ouvinte e, nessa medida, evidencia e dá prioridade ao papel da subjetividade de um discurso em que, no fundo, o locutor não pretende falar por si mesmo, mas em nome da função e do papel exteriores à sua própria individualidade. A noção fundamental, portanto, desse procedimento é a noção de sujeito, entendida na sua relação com o processo específico de manipulação (no caso, manipular noções prévias ao próprio discurso, ou informações particulares, articulando-as no horizonte de seu interesse). (p. 121-2)

Para Osakabe, o ato de argumentar está vinculado à noção de um sujeito “praticamente absoluto e (que) configura-se praticamente solitário, não só no exercício da palavra como também no exercício de sua função”. Mas, dado que essa “supervalorização do sujeito só se faz dentro de um quadro de condições de produção restrito”, essa visão do sujeito se dilui. Segundo o autor, o sujeito (nesse quadro de condições de produção), “não agencia, mas simplesmente, sujeita-se, de um lado, a um consenso geral de noções (a que se denominou vagas) e, de outro, a uma convenção que lhe é imposta pela assunção de uma finalidade intelectualizada ou de uma finalidade prática”. Ou seja, o sujeito se submete

não só às condições de produção que lhe fixam o quadro de referências, para seu discurso e para a posição política que assume, mas também às condições de produção que lhe fixam o modo discursivo, segundo os objetivos mais ou menos intelectivos ou mais ou menos pragmáticos que assume. (p. 122)

Osakabe procura minimizar a importância da noção de sujeito em seu trabalho dizendo:

Sob um prisma de interesse que se centra sobre o problema das condições gerais de produção, as quais fixam as significações que vão sancionar o discurso e a posição política, o interesse da noção de sujeito é puramente operatório e não guarda em si nenhuma reserva de ontologismo: é tomado na sua mera função de articulador, de usuário e de emissário dessas significações; e seu discurso é tomado como o lugar concreto dessa articulação.

(...) Nessa pesquisa, e nesse interesse, a noção de sujeito deixa de ser dominante e a individualidade cede lugar a um conhecimento difuso, ao mesmo tempo restritivo, da produção discursiva. Vista sob esse aspecto, a noção de sujeito não constitui senão uma etapa a ser superada necessariamente e nisso se está perfeitamente de acordo com as perspectivas mais recentes na análise da ideologia ou mesmo com a proposta de Foucault, onde o sujeito individualizado inexistente. (p. 122-3)

Osakabe quer centralizar seu estudo na questão da argumentação, considerando a noção de sujeito “apenas uma etapa”, um aspecto ao qual ele atribui importância “ao mesmo tempo afirmativa e negativa”, concluindo que “Colocar em evidência seu papel em discurso que o dispensa enquanto individualidade aponta para a existência, na constituição do discurso,

de um mecanismo que desmascara qualquer pretensão em relação à neutralidade do texto.” (p. 123).

Ao dizer que seu trabalho representa “um primeiro e problemático passo no sentido de se chegar a uma formulação daquilo que constitui a instância mais profunda que se oculta nos discursos estudados”, Osakabe afirma ser necessário um estudo mais aprofundado, que leve em consideração um corpus mais abrangente e uma investigação centrada no âmbito da filosofia das ciências se se quiser generalizar, para os discursos contemporâneos das ciências humanas, a hipótese de que um discurso teórico da época por ele delimitada não se distingue de um discurso militante “no que diz respeito à sua submissão a um manuseio interessado do locutor” (p. 123-4).

Embora também tenhamos tomado por corpus um discurso produzido no campo das ciências humanas, a finalidade não é a de buscar resposta para a questão enfocada por Osakabe, sobre a qual talvez se pudesse pensar na possibilidade da existência de um discurso *teórico-militante*.

BRANDÃO (1998), analisando propaganda da Petrobrás, relaciona determinadas marcas textuais à argumentação - especificamente ao ato de refutação. Em seu trabalho, Brandão traça um breve percurso histórico da noção de subjetividade começando pela concepção filosófica do termo, passando pela consideração de estudos de Benveniste, no campo da linguagem, para chegar às reflexões sobre o tema no terreno específico da AD. Brandão vai considerar o estatuto do sujeito levando em conta, dentre as tendências atuais na AD, duas vertentes: a representada por Pêcheux - que é influenciada por uma teoria da ideologia, e em que a questão do sujeito está colocada “no quadro de uma formação ideológica e discursiva”. A noção de formação discursiva tal como concebida na AD-1 vai sofrer algumas alterações nas duas fases seguintes, culminando com o reconhecimento da heterogeneidade constitutiva. A outra vertente tem J. Authier como figura representativa. Esta vertente parte da concepção dialógica da linguagem formulada por Bakhtin e leva em conta determinada concepção de psicanálise que vê o sujeito como dividido, clivado. Authier-Revuz trabalha com a heterogeneidade mostrada - “(ou seja, as formas do discurso relatado, o uso das aspas, os

enunciados metadiscursivos...) como formas de ruptura, de fraturas que intervêm no fio do discurso, colocando em confronto a identidade/alteridade do sujeito” (Brandão, 1998: 43) - articulada à heterogeneidade constitutiva da linguagem.

Como nós, Brandão parece querer assumir um posicionamento meio-termo entre as concepções que mais se destacam afirmando:

Procuramos mostrar a emergência e o pensamento de uma noção de subjetividade, que caminha da transparência representacional do sentido para a sua opacificação pela linguagem; do singular para o múltiplo; da unidade para a fragmentação; do homogêneo para o heterogêneo. Não se trata, portanto, de negar o sujeito ou destruí-lo, mas de reconhecê-lo na sua complexa multiplicidade: nem totalmente “assujeitado” nem totalmente livre. Trata-se antes de rejeitar qualquer identidade imobilista e cristalizadora do sujeito e igualmente de eliminar qualquer identificação fixa e homogeneizadora do sentido. (p. 45)

mas toma um rumo teórico bastante divergente do nosso. Para estabelecer a relação entre subjetividade e argumentação, Brandão vai enfocar num primeiro momento os dêiticos, tanto os indicadores de pessoa como os indicadores de tempo e espaço trabalhando basicamente com Benveniste. Depois, passa a “analisar uma unidade semântico-pragmática maior: o ato de fala refutativo” articulando-o à argumentação. Ducrot, Austin, Searle e Moeschler constituem o suporte teórico básico de seu trabalho, que tem por preocupação apreender, “por meio das formas constitutivas da linguagem, seu caráter polifônico e o estatuto do sujeito. Sujeito que, atravessado pelas condições sócio-históricas de produção do discurso, é essencialmente marcado pela ideologia” (p. 69). É em Perelman e Aristóteles que a autora vai buscar a noção de argumentação, mas para dar conta do *corpus*, Brandão recorre a elementos da Lingüística da Enunciação e da Semântica Argumentativa.

Embora nossa proposta se aproxime da pesquisa de Brandão no que se refere ao tema mais geral, ou seja, à relação entre a subjetividade e a argumentação, o campo com que trabalhamos e o quadro epistemológico de que nos utilizamos promovem um distanciamento considerável entre os dois estudos. De nossa parte, optamos por dar destaque para a questão do sujeito ativo e nos determos mais em noções próprias à teoria da argumentação de Perelman.

Há um interessante trabalho, de ZAMBONI (1997), que enfoca o discurso da divulgação científica (DC) no qual encontram-se associados os fenômenos relativos à

heterogeneidade e a subjetividade. Compondo um corpus a partir de textos de “vulgarização” publicados em diferentes veículos (jornais e revistas brasileiros), Zamboni defende a idéia de que o discurso da DC se constitui como um trabalho de formulação de um novo discurso, e não como uma atividade de reformulação textual-discursiva de um discurso-fonte em um discurso-segundo, como quer Authier, cujos estudos servem de pano de fundo para a autora embora ela discorde deles em muitos aspectos. Segundo Zamboni, trata-se de gêneros e campos discursivos distintos (p. 127), sendo:

DC - gênero de divulgação científica, pertencente ao campo de transmissão de informação
 D1 - (disc. cient.) - gênero de discurso científico (p. 184), pertencente ao campo científico

A autora trabalha com fundamentos teóricos da A D de orientação francesa, embora lhe faça restrições, adotando:

- a) um quadro epistemológico que engloba a crítica de Possenti à articulação entre o materialismo histórico, a lingüística e a teoria do discurso;
- b) uma noção de sujeito preconizada por Possenti, que contrapõe à idéia de sujeito a de estrutura, admitindo a possibilidade de um trabalho de escolha do sujeito no momento da enunciação; considera também as contribuições de Pêcheux (esquema de imagens) e as modificações que lhe faz Osakabe;
- c) a noção de estilo como escolha (retirada a Possenti/Granger), não aleatória, mas vinculando os recursos escolhidos ao “valor” social a eles atribuídos.

Ao propor a caracterização do discurso da DC como um gênero discursivo próprio, pertencente ao campo da transmissão de informação, que “tem no colorido e no envolvimento os ingredientes de que toda boa mercadoria colocada à venda supostamente deve se revestir” (p. 10), Zamboni chega a destacar por várias vezes o papel do destinatário. Vejamos o trecho abaixo:

É preciso considerar, desde logo, que, alterando-se o lugar do destinatário, o lugar do enunciador também se altera...

Mais: alterando-se os lugares dos protagonistas da cena enunciativa, restam alteradas todas as demais configurações do cenário, inclusive o canal da comunicação (...), a modalidade de linguagem empregada, as fontes de informação, o tratamento do assunto, o formato do texto-produto. Submetido a outras condições de produção, o discurso científico deixa de ser o que é. Passa a ser um outro discurso, ou uma outra formação discursiva, que se situa num outro lugar, diferente do lugar onde se situa o discurso científico. (p. 89)

e este outro, que menciona o “grande público” e chega a aludir às “finalidades do ato informativo”. Osakabe, (1979: 55), já dissera que “Discursos informativos, tais como o

jornalístico ou o científico, nem sempre se definem como puramente informativos e quase sempre existem em função de determinada finalidade prática a ser atingida.”. Zamboni vai dizer que:

Com o alvo da destinação do saber científico dirigido para o “grande público”, a produção científica ganha a mediação de um vulgarizador, que, dependendo da natureza do veículo de informação e das finalidades do ato informativo, pode ser o próprio produtor desse saber, ou um jornalista/repórter especializado. (p. 74)

A autora reconhece que o discurso da DC “agencia uma série de estratégias e recursos retóricos, alguns dos quais habituais ao campo da publicidade e do marketing, como, por exemplo, a busca de envolvimento com o leitor”(p. 48), mas tais elementos não são o foco especial de atenção para aquilo a que se propôs a autora. Em nossa pesquisa, o papel do auditório encontra-se equiparado em grau de importância ao do orador no que diz respeito ao discurso produzido, e a atividade do sujeito pode ser entendida, no caso que nos propusemos a observar, como indicativa da atuação argumentativa da autora visando alcançar um certo fim.

Zamboni interpreta as marcas do trabalho de “tradução” do discurso científico para a DC, a partir da noção de subjetividade mostrada, como realizações efetivas do sujeito. Dentre o conjunto de operações efetuadas pelo sujeito enfocadas por Zamboni, destacaremos aquelas que de uma maneira ou de outra, com maior ou menor intensidade, também ocorrem no corpus de que nos servimos. Começamos pelo fenômeno da citação.

No texto A (Revista Ciência Hoje), ocorre somente uma citação de especialista. O autor do texto “enuncia do lugar mesmo da competência, de onde fala com a autoridade de especialista”. Colocado no “mesmo ponto de hierarquia de valor social onde se situam seus colegas, ele se representa como um ‘verdadeiro igual’ , tanto que se sente à vontade de manifestar-se criticamente em relação aos experimentos dos seus pares.” (p. 141)

No texto B (Revista Globo Ciência) ocorre a proliferação de citação de “especialistas” no assunto precedidas por seu nome, instituição a que estão filiados e sua relevância para o assunto como forma de buscar credibilidade para o texto. Zamboni observa que as inserções das citações “se distribuem por toda a extensão do texto”. Numa primeira impressão, parece que “grande parte das enunciações dos jornalistas estão no texto apenas para dar suporte e coesão às entradas da fala do ‘outro’ (os especialistas), ou por outra, parece que a organização das informações ao longo do texto teve como figura a fala do ‘outro’ e como fundo a fala do

‘eu’”, mas essa impressão é enganosa, porque, “examinando-se detidamente a fala dos especialistas, percebe-se que não vigora aí o discurso da ciência, mas um discurso já vulgarizado...” (p. 140). Para a autora, “A inserção das falas dos especialistas assume o caráter de argumentos de autoridade no discurso vulgarizado menos pela forma de dizer, e mais pela possibilidade de revelar a ancoragem que lhe confere a autoridade do discurso da ciência.” (p. 141).

Um outro aspecto levantado por Zamboni na análise dos textos que compõem o corpus é um procedimento denominado *narrativas de envolvimento*. Do texto B a autora destaca trechos em que o autor menciona “personalidades ilustres que tinham ou têm alergia, a doença da qual trata a reportagem.” Esses trechos se apresentam como “pequenas histórias ilustrativas, narrativas curtas de envolvimento do leitor” que se constituem como “recursos argumentativos acionados pelos enunciadores para atrair e manter o leitor interessado...” ajudando, durante a leitura, a “intercalar momentos de densidade (quando toma voz a ciência) com momentos de rarefação, de leveza (quando se dá voz ao cotidiano das pessoas).” Zamboni acrescenta que Melo, em 1993, investigando reportagens da Revista VEJA mostrou “como essas reportagens são construídas com as características mais salientes da narrativa, tida como um tipo textual básico, que atende aos propósitos de qualquer tipo de discurso, inclusive como suporte para a argumentação”. (Zamboni, pp. 143-4)

No texto C (Revista Saúde é Vital!) Zamboni identifica o uso do recurso denominado “Figuralidade do ethos”, utilizado pelo autor como um “chamamento ao leitor para participar ativamente do desenvolvimento do assunto”. Apoiando-se em Maingueneau (1987), Zamboni vê a manifestação desse ethos discursivo pelo menos em dois momentos:

1) na *construção das narrativas*. Acompanhemos as palavras da autora e um dos exemplos citados (a) abaixo:

À medida que vai encadeando os acontecimentos, o narrador vai se constituindo como um participante ativo da narrativa, que manifesta suas impressões com enunciações retóricas que põem em ação a figuração literária. Do outro lado da linha, constitui-se como destinatário um leitor também participante, chamado a mobilizar seus sentidos para entrar no mundo “emocionante da novela” e compartilhar da mesma experiência sensorial. (p. 153)

(a) “Tudo começou há cerca de um século, com uma intrigante questão.”

2) na *tessitura lexical*. Sigamos Zamboni e o exemplo citado (b) abaixo:

... irrompem no tecido lexical metáforas inusitadas, comparações ousadas, coloquialismos, gíria popular, num sem-cerimônia discursivo que beira quase à irreverência, nada comum quando o tema ascende à seriedade da ciência e dos cientistas.

Não se pode deixar de relacionar o “tom” lexical com a atitude mais global do enunciador de fazer seu destinatário partilhar com ele a emoção de irem juntos desnudando a revolucionária clonagem e descobrindo as maravilhas da arte de curar que ela anuncia. Para fazer prosperar tal aliança, as distâncias têm de ser diminuídas. Até as lingüísticas, com suas formas capciosas de exercer poder sobre o outro. (pp. 154-5)

(b) “*A era da reprodução ‘xerográfica’ de órgãos não está tão distante quanto parece.*” (a reprodução por clonagem é comparada ao processo de tirar cópias idênticas por xerox)

A autora prossegue na análise dos recursos utilizados pelos autores de textos produzidos para a divulgação científica. Ao deixar de segui-la, podemos dizer que o enfoque da teoria da argumentação, de maneira mais geral, e a abordagem da noção de auditório, de modo particular, teriam promovido diferenças no tratamento dos fenômenos enfocados pela autora. Como dissemos, não era essa a perspectiva com que Zamboni desejava trabalhar. Resguardadas as diferenças relativas ao campo, restam aspectos que aproximam nossas preocupações das de Zamboni, especificamente no que diz respeito à interpretação das marcas do trabalho do sujeito no discurso. De nossa parte, esperamos fazer a conexão entre essas realizações efetivas do sujeito e a teoria da argumentação.

Há um outro trabalho que trata especificamente do discurso científico. CORACINI (1991) enfoca a subjetividade no discurso científico no campo das chamadas ciências naturais vinculando-a à persuasão. Um aspecto merecedor de comentário a respeito do instrumental teórico utilizado pela autora é o fato de que, ao que parece, não interessou a ela dar destaque para a questão do estatuto do sujeito no discurso. Além disso, o vínculo estabelecido entre os fenômenos que identificam manifestação de subjetividade e o ato de persuadir poderiam ensejar a consideração de noções próprias à teoria argumentativa, o que Coracini preferiu não explorar.

A autora vai destacar, no que concerne aos fenômenos que identificam manifestação de subjetividade (Coracini, 1991:81 e segs.) a temporalidade como recurso argumentativo. No corpus analisado, o uso do tempo presente tem por função situar a experiência em tempo e

lugar, o que permite vislumbrar a possibilidade de repetição seguindo-se os mesmos procedimentos. O efeito pretendido é o de transparecer objetividade e imparcialidade.

Quanto às marcas indicativas de pessoa presentes nas asserções ativas, como recurso argumentativo, Coracini observa que tais marcas procuram indicar ausência do sujeito enunciador, procuram esconder a origem da pesquisa e da enunciação por meio de certas estratégias (p. 104 e segs.) para aparentar objetividade. A modalidade explícita, diz Coracini, aparece “com frequência sobretudo no discurso envolvente, no qual é permitido ao autor comparar, julgar, avaliar, sugerir, predizer, enfim, discutir e justificar sua pesquisa.” Diz ainda a autora:

É muito raro, no entanto, que o locutor assuma explicitamente o que enuncia através de expressões como “Eu creio que”. Alguns enunciados ou expressões ‘sugerem’ a presença, embora escondida, de alguém que julga, sugere, comenta, discute... e essa presença só pode ser a do sujeito enunciador e pesquisador. (p. 124)

Coracini encontrou, ainda, frequência no uso do futuro do pretérito bem como de expressões modais como “Parece que...” “para indicar que o que está sendo afirmado não foi observado nem concluído pelo autor, mas por outros, constituem recursos lingüísticos de ‘descomprometimento’ (embora parcial) do autor com relação ao que afirma.” (p. 124-5) Nas palavras da autora:

Muito freqüente é também o uso de modais do tipo *talvez* ou *parece*, que embora aparentem dúvida, incerteza, funcionam como uma estratégia de persuasão, ou, como quer Kerbrat-Orecchioni (1977; p. 75), como “estratégia de credibilização do enunciado”: ao mostrar suas dúvidas, reticências e incertezas, o locutor transmite de si uma imagem de pessoa honesta, comprometida com a ‘verdade’. (p. 127)

Coracini afirma ainda que “o uso de ‘talvez’, ‘parece’, ‘é provável’ obedeceria ao padrão vigente do trabalho científico, segundo o qual não pode haver envolvimento explícito do enunciador, em respeito ao aspecto provisório de toda pesquisa científica. Desse modo, ainda que não queira, o cientista precisa encontrar formas de provocar um efeito de sentido que redundaria na opacificação do discurso, se ele de fato quisesse ver sua pesquisa valorizada e arrolada ao lado de outras consideradas científicas.” (p. 130).

A diversidade do campo em que se baseia o corpus de minha pesquisa em relação ao de Coracini e a diferença da base teórica utilizada conferem um grande distanciamento entre

estes dois trabalhos, embora certos fenômenos enfocados por Coracini ocorram também no discurso que me propus a observar, como a temporalidade e as marcas indicativas de primeira pessoa. Enquanto figuram com destaque no estudo de Coracini, em nosso trabalho, tais fenômenos não se constituem como base de análise.

Como vimos, na investigação do discurso político (1979), do discurso da divulgação científica (1997), e do discurso da propaganda institucional (1998), os autores Haquira Osakabe, Lílian Zamboni e Helena Brandão tomam como base para sustentação de suas hipóteses os pressupostos teóricos da A D de orientação francesa, embora cada um deles necessite, em maior ou menor grau, fazer restrições ou ampliações a esse quadro teórico. Esse procedimento aponta para a necessidade de buscar apoio em outras bases para o estudo da subjetividade no discurso. No caso da pesquisa de Coracini, pudemos reconhecer que certas marcas presentes no corpus que analisa também ocorrem no trabalho de Giovanni; entretanto, elas não são representativas para aquilo a que nos propusemos a observar. Acreditamos que, deslocando o olhar para as noções de orador e auditório, centralizaremos as investigações sobre a subjetividade, na argumentação. O conjunto de noções relativas à argumentação, exploradas fundamentalmente por Perelman, entre elas as de orador/auditório, acordos, lugares e valores permitirão dar conta da explicação de certos fenômenos verificados no corpus. Esse enfoque, pensamos, casa bem com a noção de sujeito ativo. Na próxima seção, apresentamos o pensamento de Possenti, suas implicações e importância para nossa pesquisa.

O sujeito ativo

O discurso objeto desta pesquisa pareceu-me, desde o início, apresentar certas peculiaridades que, longe de se caracterizarem como mero detalhe, assumiam importância estrutural e requeriam como chave explicativa um quadro teórico que lhes desse o destaque de que desfrutavam na economia geral do trabalho que me serviu de corpus. Refiro-me, primeiramente, à indisfarçável presença do auditório; em seguida, à ocorrência de certos fenômenos lingüísticos que funcionavam como recursos argumentativos tornando visível a atuação do sujeito. Desse modo, era mister trabalhar com uma teoria do discurso que fosse compatível com uma teoria da argumentação. Associando-as, esperava encontrar explicação para os fenômenos que observava no corpus.

No que concerne à teoria do discurso de Pêcheux, sem negar sua pertinência para análise de certos tipos de discurso, ela de modo algum poderia constituir por si só uma base teórica para dar conta do que tínhamos em mãos, uma vez que partíamos do ponto de vista de que havia alguma atividade do sujeito ali. Assim, trabalhar com a postura assumida por Possenti afigurou-se uma saída natural para nossos propósitos. Ela se apresenta como uma alternativa entre duas concepções extremas, já bem conhecidas: o sujeito assujeitado e o sujeito livre, sobre as quais o leitor encontra farta bibliografia.

Em 1988 Possenti propõe opor a idéia de sujeito à de estrutura se se quiser postular uma noção não ingênua de sujeito. Como os sistemas são instáveis, “e o são pela ação dos indivíduos”, o autor vai dizer que é na ação diferenciada dos indivíduos que o sujeito será definido. Assumir essa posição sobre o sujeito significa aceitar a existência do sujeito no discurso - o que de resto também se pode afirmar a propósito da teoria de Pêcheux - sem negar a subordinação do falante a certos aspectos determinantes (“certos elementos sintáticos e semânticos, certos valores sociais no momento em que fala, considerando a situação em que fala e tendo em vista os efeitos que quer produzir”), mas ao mesmo tempo reconhecer que esse sujeito “escolhe, entre os recursos alternativos a que o trabalho lingüístico de outros falantes e o seu próprio, até o momento, lhe põe à disposição, aqueles que lhe parecem os mais

adequados”(p. 59). De 1988 para cá Possenti não deixou de refletir e expor seu pensamento a respeito do sujeito no discurso. Em “O sujeito fora do arquivo”, publicado em 1996, o autor aprofunda sua noção de sujeito. Neste texto, deixa claro não acreditar que os sujeitos sejam livres nem assujeitados e conclui: “Acredito em sujeitos ativos, e que sua ação se dá no interior de semi-estruturas em processo” (p. 37). Ao propor uma problematização da tese de assujeitamento tal como defendida na AD, o autor questiona certos princípios e levanta algumas hipóteses procurando mostrar que há necessidade de uma ação do sujeito (que se traduz como estabelecimento de certas conexões, no caso dos chistes e na decisão, no caso dos provérbios, de como e quando o falante deve empregá-los baseando-se em análise de numerosas variáveis) para produção dos sentidos. Tal ação não é apenas do sujeito que emprega o provérbio ou produz o chiste, mas também daquele que os compreende. Ao sujeito falante Possenti não nega que por vezes não saiba o que diz, nem que a ideologia esteja presente em seus discursos, nem que as estruturas sociais e a história tenham neles papel importante. A idéia é reconhecer que não é só isso, mas

que os sujeitos são históricos e atuam, que a ideologia está sempre presente, mas não é a única realidade e também é histórica; que os sujeitos estão irremediavelmente dentro e fora do arquivo, quem sabe mesmo arquivando... (p. 45)

Em 1988, no capítulo intitulado “Da sintaxe ao discurso”, Possenti tomara a concepção de linguagem de Franchi, o ponto de vista da noção de dêixis de Lahud e a tentativa de definição do discurso por Osakabe como pontos de partida para sua própria definição do discurso, segundo a qual a atuação dos sujeitos sobre a língua ocorre devido a uma característica que a diferencia dos sistemas lógicos e formais: a linguagem natural não se caracteriza por estruturas determinadas sintática e semanticamente. Para o autor trata-se de quase-estruturas, o que faz muita diferença. O caráter de indeterminação da linguagem Possenti vai buscar em Franchi (1977), fazendo-lhe, entretanto, alguns ajustes. O principal deles vai ser a colocação da função comunicativa em pé de igualdade à função “referencial”². Franchi privilegia sua função estruturante; considera a linguagem como atividade constitutiva. Possenti, entretanto, diz:

² Sobre uma possível interpretação de aproximação de sentido entre “referencial” e “constitutivo”, é conveniente remeter à leitura de Possenti (1988: 71).

Requer-se, ..., colocar explicitamente em pé de igualdade o papel do sistema de referência, dos interlocutores e do contexto numa teoria da linguagem. (p. 71)

Como analista de discurso, argumenta que a importância da incorporação da função comunicativa da linguagem está no fato de que em seu trabalho o discurso é concebido segundo “as linhas mestras anotadas por Osakabe, nas quais a relação eu-tu desempenha um papel fundamental”, o que torna esta função relevante para sua teoria. Para Possenti, “A função da linguagem é, sim, estruturante do mundo, jogo no qual ela é aprendida e se estrutura, mas é no diálogo, na interação, que esta atividade se realiza...” (p. 72)

Possenti argumenta ainda que tanto a função “referencial” quanto a comunicativa se caracterizam exatamente pela mesma indeterminação. Em suas palavras,

assim como a indeterminação referencial se caracteriza pela descrição não necessariamente unívoca dos fatos do mundo, assim também as relações de comunicação são indeterminadas, porque não necessariamente os falantes ajustam seus pontos de vista e suas pressuposições, ajuste necessário para suprir as eventuais lacunas referenciais. A felicidade total da função referencial e a mesma felicidade comunicacional só podem ser imaginadas num grau específico de abstração em relação aos eventos reais de atos de linguagem. (p. 72-3).

Feito esse ajuste, necessário para dar conta do objeto específico de que vai tratar, o discurso, Possenti vai enfocar outros detalhes da teoria que lhe serviu de base e propor outros acréscimos. Segundo o autor, a idéia fundamental no trabalho de Franchi, com relação à indeterminação sintática, é que:

a sintaxe não fornece todos os elementos necessários para a interpretação semântica, por um lado, e que, em outros casos, ao contrário, há mais de um elemento sintático que leva a uma mesma interpretação. Isto é, ora não há recursos sintáticos na expressão para explicitar funções e relações semânticas relevantes para a interpretação, ora diferentes recursos sintáticos assinalam redundantemente orientações de interpretação. (Possenti, op. cit. p.73)

Considerando esse ponto de vista, pode-se dizer que qualquer enunciado produzido em língua natural encontra-se sujeito a regras sintáticas e semânticas e que de modo algum tais elementos se constituem em fatores suficientes para a produção do sentido, ou melhor, do efeito de sentido. Uma concepção de sintaxe tal como defendida por Franchi interessa a Possenti, que vê aí a necessidade de considerar as condições de produção na interpretação dos enunciados. Isso o leva a fazer outros adendos à teoria de Franchi. Primeiramente, deseja acrescentar a variação lingüística como “fonte multiplicadora dos recursos expressivos” em

virtude do peso social de que certas formas lingüísticas gozam numa língua num determinado tempo e lugar. Possenti escreve que

as línguas naturais refletem em si a estrutura das sociedades em que são faladas, donde decorre que há formas de peso social diverso, e cuja sintaxe (... incluindo a morfologia e a fonologia) é variável segundo os grupos sociais. Parece absolutamente necessário incorporar também estes recursos explicitamente, de vez que não seria completa a assunção da enunciação como fato básico de linguagem sem considerar-se o valor que os falantes atribuem às formas concorrentes num determinado tempo e lugar. (p. 74)

Depois, interessa-lhe associar o caráter de indeterminação da linguagem e as condições de enunciação aos efeitos pretendidos pelos interlocutores. Para isso, Possenti serve-se de um texto de Lahud, que considera “um resumo feliz da abordagem enunciativa da linguagem e ao mesmo tempo da oposição das línguas naturais aos sistemas formais” (p. 74). Deste, destaca uma posição sobre os dêiticos que lhe é útil: tais elementos lingüísticos são semanticamente indeterminados e só pragmaticamente determinados. A esse respeito, Possenti quer deixar claro, entretanto, que - contrariamente ao que acredita ver em Lahud - as condições de sua enunciação nem sempre estão claras para os falantes. Há numerosos casos, diz, em que “os elementos dêiticos não possuem univocidade garantida, pelo menos no que se refere aos efeitos pretendidos pelos interlocutores”. Do seguinte exemplo apresentado à página 75

F - Pai, você busca um copo de água?
 P - Ô F., mas você acabou de escovar os dentes.
 F - Mas água não dá cárie.

o autor vai dizer que há um descompasso na inferência que P supôs que F faria de sua resposta em virtude de uma não coincidência de pressupostos entre ambos, o que justificaria o uso do “mas” da resposta de F. Talvez se possa dizer que qualquer que tenha sido o pensamento de F a partir da resposta de P, não dá para negar que sua contra-resposta visa alcançar um determinado fim: que P busque água para ele. O “mas” é um contra-argumento ao que ele supôs que P lhe dirigia para não buscar água. Ou seja, acredito que se possa dizer que F interpretou a resposta de P como um argumento para não buscar água e contra-argumentou, na intenção de ver seu pedido atendido. Além do que Possenti procurou mostrar com esse exemplo, ou seja, que

não basta uma instância de enunciação concreta para que um dêitico seja pragmaticamente unívoco. É preciso... que as condições de emprego sejam as melhores possíveis. Caso haja qualquer fator “perturbador” (...), para que se atinja a univocidade é necessária uma mobilização de outros elementos de discurso, com a função de interpretantes. Isso do ponto de vista da

interpretação. Já do ponto de vista das condições de produção, jogam fatores que se poderiam unificar sob o nome de pressuposição (de ser reconhecido, de que se partilha um quadro cultural idêntico, de que o interlocutor leva em consideração discursos prévios, etc.). (p. 79)

é possível que reste ainda um outro elemento a ser enfocado, pelo menos no exemplo acima e no exemplo (3) reproduzido abaixo:

(3) No fim de uma festa, à uma hora da madrugada:

A - Vou embora porque amanhã tenho que levantar cedo.

B - Mas já é amanhã.

A - Não enche o saco, lingüista!

Ao que parece, a resposta de B pode significar mais um pedido para que A não vá embora do que um questionamento sobre o que seja “amanhã” para o interlocutor, pelo menos se se considerar as circunstâncias do discurso em questão. Neste exemplo, a indeterminação do dêitico pode ter sido usada criativamente para justificar a razão pela qual A não “precisa” mais ir embora. Ouso supor, pela contra-resposta, que A entendeu o “jogo” e não se deixou envolver pelo argumento.

Feitas essas considerações, vamos ver Possenti dedicando-se a aspectos do texto de Osakabe em que este procura definir a especificidade do discurso e delimitá-lo como um objeto. Afora o interesse que tem para nós esta seção do trabalho de Possenti como ponto de partida para a definição que ele próprio elabora sobre o discurso, queremos destacar especificamente aqueles elementos que consideramos de relevância para este exato instante de nosso trabalho. Ou seja, assumindo integralmente o pensamento de Possenti a respeito do discurso, trataremos de focar mais detalhadamente aqueles aspectos que acreditamos serem aplicáveis ao discurso por nós enfocado em especial.

Como se disse, uma das bases para as considerações de Possenti é uma passagem do texto de Osakabe que trata o discurso do ponto de vista de sua natureza e do ponto de vista de sua extensão. Possenti vai trabalhar com os dois aspectos, mas para nós interessa especificamente as considerações relativas ao ponto de vista da natureza do discurso. Quanto a isso, os aspectos que mereceram atenção por parte de Osakabe são:

- 1) o discurso caracteriza-se inicialmente por uma maior ou menor participação das relações entre um eu e um tu;
- 2) o discurso caracteriza-se por uma maior ou menor presença de indicadores de situação;

- 3) tendo em vista sua pragmaticidade, o discurso é necessariamente significativo na medida em que só se pode conceber sua existência enquanto ligada a um processo pelo qual eu e tu se aproximam pelo significado;
- 4) o discurso tem sua semanticidade garantida situacionalmente, isto é, no processo de relação que se estabelece entre suas pessoas (eu/tu) e as pessoas da situação, entre seus indicadores de tempo, lugar, etc. e o tempo, lugar, etc. da própria enunciação. (Osakabe apud Possenti [1988:66])

Do primeiro elemento destacado, Possenti vai dizer que “Não há, certamente, discurso sem interação.”, sendo que as marcas desta interação é que podem variar dependendo do canal ou da modalidade utilizada, do assunto, etc. Para o autor, “Em todos os casos há marcas” da relação entre um *eu* e um *tu*, “mesmo que estejam ausentes certas marcas exemplares (como os dêiticos), porque há outras maneiras de marcar as relações de intersubjetividade (o estilo, por exemplo, isto é, os recursos expressivos escolhidos, que não são iguais, em geral se varia o assunto, o interlocutor, o canal, etc.)”. (p. 80) Tal destaque dado por Possenti ao estilo é de grande interesse para nós. Os dados de que dispúnhamos nos mostravam uma clara presença do auditório. A questão que se colocava de imediato para nós, então, era o porquê de sua ocorrência. Nossa hipótese era de que Giovanni se utilizava de certos recursos estilísticos e de outras formas de manifestação da subjetividade para provocar determinados efeitos de sentido, o auditório desempenhando um papel importante na produção de seu trabalho. Assim, a relação proposta por Possenti entre o estilo e a intersubjetividade adquiriu importância fundamental em nosso estudo. Embora o uso dos recursos expressivos tornasse visível o trabalho do sujeito, ele por si só não abarcava, no texto de Giovanni, o conjunto das manifestações indicativas de subjetividade; havia ainda a questão da presença do auditório. Assim, o levantamento dos recursos estilísticos constitui, para nós, parte da tarefa de verificação do trabalho do sujeito, porque é a partir dele que se procurará detectar a atividade argumentativa da autora. Vê-se, portanto, que duas teorias se encontram inextricavelmente ligadas para nós: uma teoria do discurso que englobe a noção de sujeito preconizada por Possenti e a teoria da argumentação.

Dando continuidade ao aproveitamento do trabalho de Osakabe, quanto à “presença de indicadores da situação”, Possenti retoma Benveniste ao afirmar serem eles mais numerosos no discurso do que na história. Para Possenti, o mesmo fenômeno ocorre com os discurso oral e escrito, isto é, há mais “indicadores de situação” no primeiro que no segundo. A razão para a

escassez destes elementos na escrita seria a ausência (física) do interlocutor. Neste aspecto, o discurso de Giovanni apresenta explicitamente não só indicadores de situação como também marcas que orientam para interlocutores, conforme (a) e (b) abaixo:

(a) Este trabalho realizado na cidade de Campinas durante o ano de 1981 teve como preocupação básica a tentativa de apreender as representações sobre aborto elaboradas por mulheres que viveram essa experiência.

(b) O aborto estava sendo discutido nos grupos feministas quando comecei esta pesquisa e me pareceu que seria uma contribuição importante ao debate conhecer o que pensam sobre o aborto as mulheres que abortaram.

Análise mais detalhada sobre estes dois trechos pode ser encontrada na seção “Análise de dados: o discurso relatado”, quando se discute a questão do auditório. Para o momento, consideramos importante destacar que sob este aspecto, o da indeterminação da linguagem - e do discurso -, um discurso como o de Giovanni apresenta elementos que permitem caracterizá-lo por sua indeterminação. Possenti relembrou a distinção que Benveniste faz entre o discurso e a história a propósito dos indicadores de situação escrevendo que na história “o tempo do enunciado não coincide com o tempo da enunciação, o falante não está imerso na situação, o fato não se passa onde ele está, o interlocutor não está presente. Tudo isso faz, inclusive, com que o discurso da história seja mais determinado semântica e sintaticamente, isto é, ele é em geral mais explícito.” (Possenti, 1988:80). Exemplos do texto de Giovanni, como (a) e (b) acima ao apresentarem indicadores de situação e apontarem para um possível interlocutor, parecem sugerir em certa medida um envolvimento do falante com a situação e indicar proximidade de tempo e lugar do falante em relação ao fato mencionado, conforme item (b) acima.

Destaque merece também a consideração daquilo que Possenti crê talvez seja a marca fundamental do discurso: o fato de ele ser “necessariamente significativo” (p. 81). Se a significação não for imediatamente percebida, torna-se necessária a adoção de certos mecanismos adicionais para atingi-la. Nos primeiros contatos ocorridos entre interlocutores, diz o autor, é provável que seus discursos sejam mais determinados sintática e semanticamente, que haja “menos apelo a conhecimentos partilhados que colaborem na determinação das significações”. Possenti ainda acrescenta:

Vale observar que a explicitação de certos traços relativos a pessoas que mal conhecemos (é professor, estuda em tal lugar, etc.) servem para que o interlocutor constitua uma imagem com a

qual possa minimamente trabalhar para produzir discursos minimamente adequados, significativos. (p. 81).

Sob esse aspecto, podemos dizer que Giovanni mais uma vez tira partido dos recursos que a linguagem põe à disposição. Na análise dos dados vamos detectar o trabalho da autora na caracterização das entrevistadas, as modificações efetuadas sobre os discursos das mesmas, as formas com que lhes reproduz as falas. Independentemente do fato de não ser possível afirmar qual o nível de consciência que o sujeito tenha de tal atuação, não dá para negar que efetivamente um trabalho foi realizado e que esse trabalho visa à produção de um determinado efeito de sentido.

Podemos dizer que as reflexões de Possenti relativamente ao fenômeno da indeterminação do discurso, o entendimento do estilo como marca do trabalho do sujeito no discurso se constituem em elementos chaves no nosso trabalho, razão pela qual dedicamos nosso próximo capítulo a um exame mais detalhado do corpus e do estilo da autora. Na sequência, trataremos do fenômeno relativo ao discurso que ocupa lugar de destaque neste estudo, servindo de base para análise dos dados, a heterogeneidade.

O corpus

O discurso a partir do qual foi estabelecido o corpus é um estudo pertencente ao campo das Ciências Humanas, especificamente, à Antropologia. Esse trabalho, intitulado “PROJETOS DE VIDA. Um estudo das representações femininas do aborto” foi defendido em 1983 junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas e, nele, a autora Rosangela Di Giovanni parte de entrevistas com mulheres visando a compreensão do aborto do ponto de vista da mulher que passou por essa experiência.

Como se sabe, trabalhos nesse campo são propícios a discussões quando a questão sob enfoque é a da cientificidade. Não desejamos entrar nesse terreno além do limite estritamente necessário. Não que o tema não seja merecedor de mais atenção e estudos, pelo contrário, mas não é esse nosso objetivo no momento. Por ora, quanto a esse aspecto mais polêmico, é necessário dizer que reconhecemos que o discurso das Ciências Humanas, aliás como todos, tem suas regras de funcionamento; que tais regras, específicas ao campo, foram dadas a conhecer aos pesquisadores das áreas afins e à comunidade acadêmica em geral; que os procedimentos metodológicos seguem certos padrões, o que permite considerá-lo um campo organizado, e isso é tipicamente chamado de *científico*. Se se costuma dizer com facilidade que os critérios de cientificidade aceitos como válidos não se aplicam a esse campo, também é razoável reconhecer que certamente não se trata de um discurso qualquer, no sentido de que não obedeça a determinados critérios de objetividade. Não se trata de uma conversa informal, um papo entre amigos ou coisa que o valha; o discurso produzido no campo em questão segue certas regras, tem objetividade, metodologia, e tem um estilo próprio. Um traço caracterizador desse estilo é que o modo de exposição do problema é bastante diferente da forma como se apresenta um problema na área da Física, ou da Matemática, por exemplo. E o campo em questão, ao que parece, é propício ao aparecimento de um tipo de subjetividade que me interessa investigar. É propício porque faz uso de uma linguagem menos formalizada. É propício porque se serve bastante da pesquisa qualitativa, cujas formas de investigação de um problema admitem uma interpretação do dado que está longe de ser unívoca; nesse campo, a

observação sistemática de um dado objeto não resulta apenas no medir. Outros trabalhos sobre o tema focado por Giovanni, que privilegiam a pesquisa quantitativa, são mencionados pela autora na seção “Pesquisas brasileiras sobre o aborto” (p. 26 e segs.). Para nós, o interesse de tal seção está em que Giovanni apresenta um panorama dos trabalhos mencionados, desde a metodologia empregada nas pesquisas, dados gerais obtidos e certas interpretações dos dados pelos autores. Certamente, o panorama formado pelas informações fornecidas por Giovanni sobre tais trabalhos vai desempenhar uma função na apreciação, por parte do auditório, de seu próprio trabalho, já que procura destacar deles elementos que de uma forma ou de outra fazem contraponto com elementos de sua pesquisa, marcando a diferença entre a perspectiva levada em conta por esses autores e a sua abordagem do tema aborto, conforme o trecho abaixo:

“Nos últimos anos o debate sobre o aborto foi retomado pelo movimento feminista no contexto da discussão mais ampla sobre a situação da mulher. No entanto, as pesquisas têm sido, em geral, realizadas pelos médicos e o aborto, nesses trabalhos, é percebido como uma questão de Saúde Pública. Vou utilizar como exemplo dos dados analisados dessa perspectiva, os trabalhos...” (p. 26)

No segmento acima, “no entanto” revela a atividade interpretativa de Giovanni, que avalia as pesquisas realizadas sob uma perspectiva que difere da sua. Em outros trechos (cf. abaixo), ela destaca o método empregado, a forma como *X* define o aborto e a conclusão, procedimento que pode ser útil se o objetivo é formar uma certa imagem de si mesma e de seu trabalho para um auditório:

A pesquisa estatística realizada por...(p. 26)

A autora define o aborto provocado como sendo um problema de Saúde Pública e estabelece como objetivo do seu trabalho a investigação da amplitude da prática do aborto, procurando avaliar o número de casos ocorridos e os custos acarretados pela s complicações pós-abortivas que necessitaram hospitalização posterior.(p. 26)

Segundo a autora os dados referentes à pessoa envolvida na realização do aborto indicam “uma porcentagem bastante alta de abortos feitos por médicos em São Paulo (36,8%)” revelando a seu ver a institucionalização da prática do aborto. Para a autora “esses dados são de importância considerável quando se pensa em possíveis medidas a serem adotadas na repressão de tão grave problema. Parece evidente desde logo, que tais medidas deveriam começar por maior divulgação e/ou exigência no cumprimento dos preceitos da ética médica” (p. 30).

Os recursos utilizados por Giovanni, como o destaque dado a certos aspectos do trabalho do pesquisador, a citação de determinados trechos do estudo feito pelo autor e a atividade interpretativa, permitem identificar aí a presença do sujeito. No capítulo “Análise de

dados” enfocaremos o uso de recursos expressivos em outra seção da pesquisa de Giovanni procurando vinculá-los à atividade argumentativa da autora. Por ora, retomemos a observação sobre o aspecto geral do corpus de que nos servimos privilegiando o enfoque dado por Possenti para a importância do estilo na questão das manifestações da subjetividade no discurso.

Como vimos em “O sujeito ativo”, Possenti acredita que haja vários tipos de manifestação da subjetividade e que essa variabilidade esteja relacionada à tipologia do texto, isto é, cada tipo de texto apresentaria um tipo diferente de manifestação da subjetividade. Assim, por exemplo, uma carta comercial apresentaria, obviamente, marcas menos explícitas de subjetividade que uma carta pessoal ou um poema. Entre o total assujeitamento e a total liberdade do sujeito haveria, segundo Possenti, um espaço bastante elástico para o aparecimento de variados tipos de manifestação da subjetividade. A depender do tipo de texto, espera-se que o sujeito se manifeste de uma determinada forma; o aparecimento de uma forma mais marcada é que identificará a atividade do sujeito.

O fato de estarmos trabalhando com um corpus pertencente ao domínio das Ciências Humanas, cujo estilo de texto permite um certo tipo de manifestação do sujeito, torna improdutivo - para nossos propósitos - um trabalho de levantamento de marcas que caracterizariam (como no trabalho de Coracini) o aparecimento do sujeito como o uso do “eu”, “minha”, (conforme exemplos (a) e (b) abaixo), etc. Num trabalho como o de Giovanni, sua substituição por uma outra forma, mais aceita num determinado campo [como nossa sugestão em 1(a) ou sua supressão, como em 1(b)], não faria grande diferença do ponto de vista do sentido. Do ponto de vista do estilo aceito na exposição dos problemas, na interpretação dos dados, etc., relativos a este campo, marcas como as dos exemplos (a) e (b) não podem ser consideradas estritamente como indicativas de subjetividade, não no sentido tal como defendido por Possenti e que nos propusemos a verificar: a subjetividade vista como um trabalho do sujeito, que se manifesta por meio do estilo.

(a) Para atingir esse objetivo optei por fazer uma pesquisa qualitativa realizando entrevistas abertas que visavam reconstituir a história de vida de mulheres que abortaram.

(b) ... as entrevistadas na minha pesquisa não demonstraram...

1(a) Para atingir esse objetivo *optamos (ou optou-se)* por fazer uma pesquisa qualitativa realizando entrevistas abertas que visavam reconstituir a história de vida de mulheres que abortaram.

1(b) ... as entrevistadas na pesquisa não demonstraram...

Ou seja, aquilo que em certos campos é considerado identificador da presença do sujeito pode não sê-lo em outro; enquanto isso, neste último, o sujeito pode estar se “mostrando” de uma outra forma. Assim, determinados recursos utilizados por Giovanni, que podem ser considerados próprios ao espaço em que atua deixam de ser uma forma marcadamente subjetiva e são considerados pertinentes ao estilo próprio desse campo.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

O estilo da autora

Diante do exposto anteriormente, pode-se compreender a importância da concepção de Possenti para nosso estudo; a partir dela pudemos cercar com mais precisão os fenômenos que se observava ocorrerem no corpus. A idéia de encarar o estilo como um trabalho do sujeito amplia as possibilidades de detecção das marcas genuínas de subjetividade, e questiona a consideração de certos elementos, como por exemplo os pronomes “eu”, “minha” como sendo *sempre* indicativos de subjetividade. A partir disso, vejamos como Giovanni “se mostra”.

Dentro dos modos aceitáveis pela comunidade acadêmica de fazer a pesquisa no campo das Ciências Humanas, Giovanni encontra um espaço de atuação, imprimindo em seu trabalho um estilo próprio, adequado a certos fins. Estamos falando das táticas³ no manejo da linguagem que lhe permitem empreender o jogo argumentativo. Segundo De Certeau,

Para diferenciar os tipos de táticas, podem-se encontrar modelos na retórica. Nada de surpreendente, pois, de um lado, ela descreve os “rodeios” de que uma língua pode ser simultaneamente o lugar e o objeto e, de outro, essas manipulações são relativas às ocasiões e às maneiras de mudar (seduzir, persuadir, utilizar) o querer do outro (o destinatário). (De Certeau, 1994:48)

A variabilidade no uso dos verbos dicendi, a escolha de qual usar e em que momento usar, a proliferação das formas do discurso relatado no texto e a atividade parafrástica empreendida por Giovanni são vistas por nós como “maneiras de fazer” próprias à autora, as quais, no conjunto de seu trabalho, destinam-se a produzir determinado efeito de sentido. Ou seja, ao escolher os verbos dicendi, a forma de transmissão dos discursos das entrevistadas e parafrasear, a autora se mostra no produto de sua atividade, as “pegadas” deixadas⁴ (os verbos, os discursos relatados, as paráfrases), mas também se dá a perceber através das ações que empreendeu. De Certeau (1994:82), estudando “A enunciação proverbial”, afirma que “os provérbios ou outros discursos, são *marcados por usos*; apresentam à análise as *marcas de atos* ou processos de enunciação; significam as *operações* de que foram objeto...”

³ “Tática” aqui no sentido como De Certeau a vê.

⁴ Possenti in “Notas sobre condições de possibilidade da subjetividade, especialmente na linguagem”.

No capítulo “Análise de dados” observamos mais detalhadamente os fenômenos aqui mencionados. Antes de prosseguirmos, enfocando o aspecto sobre o qual vai incidir a análise dos dados, queremos encerrar esta seção dizendo que o estilo utilizado por Giovanni mereceu nossa atenção porque traz elementos interessantes para a análise. Estamos frente a um texto acadêmico cujo estilo ao mesmo tempo em que causa estranheza, prende a atenção do leitor: seu aspecto geral o torna algo aparentado da narrativa literária. O que dá a ele esse aspecto é a combinação de uma série de elementos: estilo narrativo; a atribuição de nomes fictícios às entrevistadas, produzindo o efeito de se poder assemelhá-las a personagens; breve histórico das mulheres, em que se relatam fatos anteriores e posteriores ao aborto e se revelam detalhes íntimos de suas vidas; a proliferação do discurso direto, que permite dar voz às mulheres, deixar que exponham seus sentimentos e desejos; etc.⁵ Pouco comum, mesmo no campo em que se encontra, esse estilo merece ser observado porque por meio dele foi possível alcançar dados inacessíveis sob outra forma de investigação. Por meio desse estilo, a autora dá um tratamento ao tema que tornou possível obter, dos informantes, dados que não seriam obtidos por outra forma de abordagem, como não o foram completamente, em pesquisas realizadas anteriormente sobre o aborto relatadas por Giovanni na seção “Pesquisas brasileiras sobre o aborto”. Por meio de um estilo próprio, marcadamente subjetivo, a autora fez um estudo objetivo, obtendo dados que mostram efetivamente o que leva a mulher a praticar o aborto, contribuindo para a compreensão da problemática enfocada. Um tal estilo permitiu ainda obter determinados efeitos de sentido visando a provocar a adesão do auditório a uma certa forma de pensar sobre o tema aborto. Nesse sentido, o texto escolhido como base para análise de dados é exemplar; sua escolha se justifica na medida em que concentra em profusão os elementos a que nos propusemos a investigar.

⁵ No final deste trabalho, em “Anexo”, o leitor encontrará reprodução de trechos do ensaio de Giovanni que justificam essas afirmações.

A heterogeneidade

Não era nosso propósito, no início, assumir os conceitos teóricos da AD que remetessem ao assujeitamento como única forma de encarar o sujeito no discurso. Entretanto, como nossa análise de dados está baseada em fenômenos relativos à heterogeneidade, não podemos nos furtar a considerações de certos conceitos a ela diretamente vinculados, como é o caso da formação discursiva, um dos pilares da teoria de Pêcheux. A uma possível sugestão de incompatibilidade no uso de tal conceito aliado à assunção do ponto de vista de Possenti sobre o sujeito, podemos fazer intervir o pensamento deste autor (1988: 27) que, ao comentar o quadro epistemológico proposto por Pêcheux e Fuchs (1975) para uma teoria do discurso, deixa entrever uma postura flexível a esse respeito afirmando que

Parece que vale a pena servir-se produtivamente do conceito de ideologia em relação à linguagem, reservando-o para a análise de discursos em que o papel da ideologia é relevante para explicar fatos que não são de todo e qualquer discurso. Caso contrário, é exatamente a mesma coisa lançar mão dele e não utilizá-lo de forma alguma.

A respeito da necessidade de articular, para uma teoria do discurso, o ponto de vista que se designa por materialismo histórico, não farei maiores comentários. Não aceito a impossibilidade de tomar o discurso como objeto a não ser desta ótica. Muitas explicações podem ser dadas sem esse apelo, o que não significa a rejeição das contribuições que ele pode vir a dar. Faço reservas à sua postulação necessária basicamente por causa dos mesmos argumentos relativos à necessidade da noção de ideologia.

Há um outro aspecto a propósito da assunção dessa noção aliada à teoria do sujeito ativo que devemos esclarecer. Se levarmos em conta a definição de Maingueneau (1997) para o termo *formação discursiva*, veremos que ele se aplica a “todo o sistema de regras que fundam a unidade de um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscritos”. O fato de ser empregado numa “dada conjuntura histórica” tanto para “o discurso comunista” como para “o conjunto de discursos produzidos por uma administração, para os enunciados que dependem de uma determinada ciência, para o discurso dos patrões, dos camponeses, etc.”, confere-lhe uma tal plasticidade que torna difícil seu “manejamento”. Segundo Maingueneau:

Hoje tem-se tendência para empregar a noção de *formação discursiva* sobretudo para os posicionamentos marcadamente “ideológicos”; por isso, falar-se-á mais facilmente de *formação*

discursiva para discursos (políticos, religiosos...) que estão em concorrência num campo discursivo do que se falará de *formação discursiva* para o discurso administrativo ou para a divulgação científica. (pp. 51-2)

Seguramente se pode dizer que o discurso de Giovanni se encontra inserido numa determinada formação discursiva. Além da presença de elementos socio-históricos, seu discurso se caracteriza por uma posição marcadamente político-ideológica quanto ao tema aborto. Poder-se-ia falar de um discurso feminista, que prega (nas entrelinhas) o direito da mulher sobre o próprio corpo como argumento em defesa do aborto. Se Giovanni, enquanto sujeito, ocupa lugar numa determinada formação discursiva, poderíamos ter assumido o ponto de vista de Pêcheux para a explicação do material discursivo. A razão pela qual não o fizemos, apesar da detecção de sinais que poderiam levar à identificação de uma certa posição político-ideológica e do relevante papel desta no discurso da autora foi o fato de que interessava-nos investigar especificamente aquilo que verificávamos ocorrer no discurso: o trabalho do sujeito visando alcançar determinados objetivos; a filiação deste sujeito a uma formação discursiva, como parte do estudo do discurso, é apenas um dos aspectos passíveis de investigação e em nosso estudo ele não ocupa papel central. Ou melhor, acreditamos ser difícil negar que haja elementos marcadamente ideológicos no discurso de Giovanni e que eles deixem de ter importância enquanto material explicativo de certas significações desse discurso, o que não significa considerá-los como única chave explicativa, ou dizer que eles é que se constituem no objeto de nossa pesquisa. Nós reconhecemos sua existência, mas não seu domínio absoluto como explicação para certas marcas presentes no discurso de Giovanni. O que queremos dizer é que estamos mais preocupados, no momento, em investigar as formas de atuação do sujeito sobre a linguagem visando alcançar determinados fins. Nisso é que consiste nosso trabalho, o que justifica nossa opção teórica: um certo cruzamento entre uma teoria do discurso com o viés assumido por Possenti e a teoria da argumentação.

Em nossa pesquisa, a composição do quadro teórico básico obedeceu a necessidades que se impunham pela observação preliminar dos dados. O texto que serve de base para análise apresentava certas peculiaridades que o aproximavam fortemente do romance. Aproveitavam-se as entrevistas, que eram contadas do modo como se vêem contadas em romance. Recorria-se a expedientes como o modo meio indireto de caracterizar as informantes, que funcionavam como personagens romanescas. Coloriam-se os

comportamentos das informantes, tal como se constróem personagens envolventes na ficção, o que tornava propício um envolvimento do leitor. Diferenças à parte, Zamboni (conforme vimos na seção “Subjetividade e Argumentação”) também relata ter identificado marcas no discurso da divulgação científica que funcionavam como recursos destinados a envolver o leitor.

Tal aspecto não podia combinar com a aceitação do pleno assujeitamento do sujeito; este se mostrava plenamente e tal fato merecia ser investigado. Além disso, um primeiro olhar sobre os dados deixou entrever elementos que se encaixavam perfeitamente a uma teoria da argumentação, que valoriza a presença do auditório e destaca os argumentos vinculados a valores, lugares e hierarquias. Assim, não era viável assumir a teoria do assujeitamento porque o que se destacava era conflitante com essa proposta. Nesse sentido, o pensamento de Possenti aparece como uma saída viável para dar conta de todos os elementos que sobressaíam e exigiam consideração, inclusive a Formação Discursiva, como veremos a seguir.

A heterogeneidade mostrada

Para a AD, os múltiplos fenômenos relativos à heterogeneidade representam manifestações de um O/outro no discurso. Maingueneau (1989) considera-a em dois planos: a heterogeneidade mostrada [termo utilizado por J. Authier em 1982] e a heterogeneidade constitutiva, duas formas de manifestação da “alteridade” no discurso. Aproveitaremos do conjunto dos fenômenos estudados por Maingueneau relativos à heterogeneidade mostrada o discurso relatado - e, por extensão, o verbo dicendi - e a paráfrase, uma vez que são estes que se destacaram na nossa coleta de dados. Do discurso relatado, o autor chega a dizer que a AD se interessa pelo “contraste entre diferentes formas de relatar a mesma enunciação” e pelo “distanciamento muito variável que o discurso, ao citar, introduz em relação ao discurso citado” (p. 85). A *ambigüidade fundamental do fenômeno de citação* teria a ver com o fato de que 1) ao citar palavras de um outro, o locutor estaria procurando garantir a verdade do que diz, isto significaria algo do tipo “o que digo é verdade porque outro o disse”; 2) o locutor, ao citar palavras de um outro, pode dizer o que quer indiretamente, ocultando-se, desresponsabilizando-se pelo que disse, algo como “o que digo é verdade porque não fui eu que o disse”. Maingueneau, referindo-se, em 1) à opinião de Berendonner e em 2) ao pensamento de C. Kerbrat-Orecchioni, vai concluir que

aí reside toda a ambigüidade do distanciamento: o locutor citado aparece, ao mesmo tempo, como o não-eu, em relação ao qual o locutor se delimita, e como a “autoridade” que protege a asserção. Pode-se tanto dizer que “o que enuncio é verdade porque não sou eu que o digo” quanto o contrário.

O que é afinal “autoridade” em matéria de discussão, senão *o nome de um ausente*? Se a autoridade invocada estivesse presente, expor-se-ia à discussão, anulando-se como tal. O valor de autoridade ligado a toda enunciação (“é verdade, porque eu o digo”) é geralmente insuficiente e cada formação discursiva deve apelar à autoridade pertinente, considerando sua posição.

A partir do momento que se trata de formações discursivas, toda concepção retórica da citação é inadequada. O sujeito que enuncia a partir de um lugar definido não cita quem deseja, como deseja, em função de seus objetivos conscientes, do público visado, etc. São as imposições ligadas a este lugar discursivo que regulam a citação. (p. 86)

O trecho acima citado parece condensar justamente aquilo que poderia se constituir numa contradição neste trabalho, considerando-se o fato de que levamos em consideração o

fenômeno da citação para chegar à atividade argumentativa da autora. Mas, naquilo que Maingueneau chama de “ambigüidade” no emprego do discurso citado é que parece estar a importância da utilização de tal recurso por Giovanni. Acreditamos que a especificidade do auditório é elemento importante na escolha não só da forma mais adequada de citação mas também de quem é citado (para os fins que Giovanni tem em mente). Ou seja, admitindo-se que parte do auditório é composto por certos grupos sociais e que o discurso tem por objetivo provocar a adesão destes grupos a uma determinada forma de pensar sobre o tema aborto, a escolha de quem citar e a forma de citação são elementos nada desprezíveis na composição de argumento do tipo *etos* e *patos*. Isso, é bom repetir, não significa negar que a autora possa estar ocupando um lugar definido em relação à questão de que trata - o aborto. Sejam tais escolhas determinadas pela formação discursiva ou não, o que procuraremos mostrar é que as opções feitas pela autora consistem num trabalho efetivo do sujeito que, dadas as circunstâncias de sua ocorrência, permitem levantar a hipótese de que com elas se visa alcançar certos objetivos.

Em relação à parafraseagem, para Maingueneau (1989: 95), o enunciador, ao produzir uma paráfrase, “exerce sua capacidade metalingüística” identificando, no discurso, dois termos cuja equivalência não é dada pela língua. Para a AD não se trata de um procedimento estratégico do sujeito falante, mas de uma “tentativa para controlar em pontos nevralgicos a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso” (p.96) e estaria articulada “às coerções de uma formação discursiva”. O autor considera importante o contexto da construção das proposições, propondo uma separação entre as relações parafrásticas construídas pelo analista das que lhe interessam, as construídas pelo próprio enunciador. Para nós, o interesse maior está naquilo que Maingueneau afirma que Mitterrand faz efetivamente a partir da atividade sobre a linguagem, citando um exemplo de parafraseagem:

“um crescimento sadio, *isto é*, um crescimento sem inflação e ancorado sobre um aparelho modernizado e fortalecido de produção”

“o presidente **bloqueia** a possibilidade de outras interpretações e **constrói**, pela enunciação, um sentido unívoco para o termo sadio.” Isso estaria associado, segundo Maingueneau, ao fato de que “nenhuma parafraseagem é discursivamente neutra”, que ela ocorre “em um momento definido de uma argumentação, em uma cena enunciativa e uma formação discursiva

UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL

SEÇÃO CIRCULANTE

particulares, entra em uma rede de outras fórmulas reivindicadas ou rejeitadas”. (p.97). Nossos grifos em *bloqueia* e *constrói* se destinam a destacar o caráter ativo do verbo empregado por Maingueneau ao referir-se à construção da paráfrase por Mitterrand. Para nós, independentemente da possibilidade de isso ocorrer por imposição da formação discursiva, há necessidade de reconhecer aí o trabalho do sujeito, como vai dizer Possenti.

O destaque dado ao papel do O/outro no discurso leva a AD a desconsiderar a importância do *eu*, procedimento que é questionado por Possenti, que - analisando textos curtos de efeito humorístico em “O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada” - vê a necessidade de incluir, na análise, o trabalho do sujeito. Neste texto, o autor vai dizer que a partir da AD-3 e de determinados trabalhos de Maingueneau, Authier-Révuz e Ducrot podem-se perceber certos aspectos do funcionamento da linguagem que permitem notar que o sujeito não é uno, o que não significa que ele não exista. O autor não quer negar que haja a presença do *outro* no discurso, mas sim fazer ver que há textos

nos quais fica evidente o trabalho de um sujeito sobre e a partir de outro texto ou de um texto de outro. Isto é, é visível o discurso do outro, mas também é visível o trabalho do eu. (...) a presença do outro não é suficiente para apagar a do eu, é apenas suficiente para mostrar que o eu não está só. Isto é, que o ego não pode ser simplesmente apagado, a não ser por uma manobra lingüística que o defina apenas como o outro do outro... (p. 48)

Analisando alguns exemplos, Possenti propõe que se amplie a lista de casos ou mesmo de tipos de texto em que se possa detectar a presença do outro. Naqueles analisados por ele, a ação do sujeito “é impossível de ser disfarçada. É como se se tratasse de casos de subjetividade mostrada”, diz, acrescentando que o fenômeno ocorre com mais evidência nos casos de “enunciados de ampla circulação, digamos, os lugares comuns, as verdades aceitas por todos, que permeiam os discursos mais variados. (...) Em suma, os *topoi* correntes.” No jogo discursivo, impossível sem o *eu*, a forma “(a materialidade lingüística do texto - o significante)” é mais sensivelmente afetada que o conteúdo, escreve o autor, embora considere difícil “separar a forma dos discursos de seu conteúdo” Mas, apesar daquilo a que os dados de sua pesquisa o levam a concluir, mais uma vez o autor se mantém fiel a uma característica sua que torna possível avançar na análise dos fatos discursivos. Para concluir, Possenti vai dizer

não se pode tratar de todos os tipos de discurso exatamente com os mesmos critérios de análise. Só para exemplificar: é diferente, provavelmente, o papel do sujeito em textos como os acima analisados [ver Possenti (1995: 50-3)], nos provérbios e, digamos, no discurso científico.

Ou seja, pode-se entender que a posição intermediária assumida por Possenti relativamente ao papel do sujeito no discurso permite contemplar - excluindo-se os dois extremos representados pelo sujeito totalmente livre e o sujeito totalmente assujeitado - um número variável de possibilidades. Assim, cada tipo de texto pode apresentar um tipo de manifestação da subjetividade, exigindo diferentes critérios de análise. Tal abordagem abriu novas possibilidades de análise para discursos variados, por focar de uma maneira nova e diferente das teorias já colocadas o papel do sujeito no discurso e as formas de manifestação da subjetividade. Isso fez que inicialmente nos referíssemos a seu estudo como uma teoria, opinião não compartilhada pelo próprio autor e manifestada em comunicação pessoal, razão pela qual aparecem neste trabalho outras formas para referir seu posicionamento, como “viés”, mas fica aqui registrada a maneira como vemos seu estudo.

Retomando o pensamento inicial dessa seção, convém dizer que o fato de o termo heterogeneidade remeter ao assujeitamento do sujeito ou estar relacionado historicamente ao conceito de formação discursiva ocorreu após seu aproveitamento por certa vertente da AD. Originalmente, o termo heterogeneidade, tal como pensada por Bakhtin, estava relacionado à idéia do dialogismo generalizado, ou seja, ao fato de que “o discurso é tecido com discursos de outrem” (Maingueneau, 1997: 57) ou melhor, “qualquer enunciação, mesmo que sob a forma de escrita imobilizada, é uma resposta a qualquer coisa e é construída como tal. Ela é apenas uma malha da cadeia dos actos de fala. Qualquer inscrição prolonga as que a precederam, entra em polémica com elas, espera por reacções activas de compreensão, antecipa-se-lhes, etc.” [Bakhtine, 1977: 106] apud Maingueneau, 1997: 33]

ANÁLISE DE DADOS

O discurso relatado

Nesta seção procedemos à análise dos fenômenos relativos à heterogeneidade que ocorrem com maior frequência no discurso de Giovanni: a paráfrase e o discurso relatado. É bom lembrar que consideramos tais fenômenos sob o ponto de vista de Possenti, para quem é inegável que a partir deles se vislumbra o discurso do *outro*, mas também o trabalho do *eu* e que em nossa hipótese o sujeito, por meio desse trabalho, busca produzir determinados efeitos de sentido. Assim, nossa análise não se propõe exaustiva, ela abrangerá destes fenômenos apenas aqueles aspectos que julgarmos pertinentes para nosso propósito, ou seja, que nos permitam relacionar o trabalho do sujeito com a argumentação.

Destaquemos, em primeiro lugar, as formas de citação do discurso. Ao reproduzir o discurso de outrem, um locutor pode fazê-lo a partir de dois esquemas básicos: o Discurso Direto (DD) ou o Discurso Indireto (DI), frequentemente vistos como formas opostas uma a outra.

Garcia (1977) vai dizer, aproveitando estudo de Mattoso Câmara Jr., que no discurso direto o narrador “emerge do quadro da história, visualizando e representando o que aconteceu no passado, como se o tivesse diante de si”. “O discurso direto permite melhor caracterização das personagens, com reproduzir-lhes, de maneira mais viva, os matizes da linguagem afetiva, as peculiaridades de expressão.” No discurso indireto, diz Garcia, “o romancista incorpora na sua linguagem a fala das personagens, transmitindo-nos apenas a essência do pensamento a elas atribuído.”

Acreditar que o DD represente o oposto do DI constitui ingenuidade, pois o mesmo não pretende “reproduzir literalmente as alocuções citadas, seria mais exato ver nele uma espécie de teatralização de uma enunciação anterior e não uma similitude absoluta”, diz Maingueneau (1987: 89).

No texto-base que nos serviu para análise, observa-se que quanto às formas do discurso relatado, Giovanni não segue, em geral, o padrão formal, exceto quando usa o DD, em que ocorre reprodução da fala das entrevistadas por meio do esquema básico, fazendo uso dos chamados verbos *dicendi* (ou de elocução), conforme exemplo (1) abaixo. Em outros casos, a autora simplesmente intercala em seu discurso a fala de uma entrevistada, marcando-a com aspas, como nos exemplos (2) e (3) que parecem ser variantes para uma espécie de combinação de DI com DD. Não há no texto exemplos de uso do esquema básico de DI. Quanto ao exemplo (4), talvez consigamos classificá-lo observando o estudo que Bakhtin fez das variantes dos esquemas básicos.

- (1) Semelhante à atitude de Rose no que se refere à controle de reprodução (...) é o caso de Sílvia, 38 anos, administradora de empresas, quando revela:
 “Eu só vim me desvirginar com 30 anos. Transa assim não completa eu já tinha com uns 20 anos. Mas nessa época eu tinha medo de perder a virgindade. Então quando isso aconteceu, com 30 anos eu passei a usar pílula no ato. (...)”
- (2) Diante da ansiedade sempre explícita e diante da colocação constante de que “Não sei o que contar”, porque “não é comum falar dessas coisas” as experiências já obtidas através da pesquisa foram reveladas na tentativa de amenizar a tensão manifestada.
- (3) Sílvia enfatiza que “não queria aquela situação para um filho. Filho de mãe solteira e o pai casado com outra. Eu achei que essa criança não seria feliz”.(p. 67)
- (4) Em termos afetivos Rose manifesta o anseio de vir a ter uma “relação verdadeira, estabelecer com alguém um vínculo maior, mais profundo, de amor mesmo”. Enquanto o “verdadeiro amor” não acontece, considera “natural” manter relacionamentos que incluem a vivência sexual, com “pessoas interessantes que sejam boas companhias em todos os sentidos, mesmo que não seja a pessoa com quem você pretende assumir alguma coisa mais séria”. Para Rose é “sempre uma experiência válida”.

A autora usa e abusa da transmissão do discurso das mulheres por meio do esquema básico da forma denominada Discurso Direto, como o exemplo (1). Reconhecemos a importância deste recurso como estratégia de materialização da presença das mulheres frente ao auditório: quando Giovanni as coloca em cena por meio deste recurso, elas deixam de ser “mero objeto” da pesquisa, têm nome (fictício, para preservação da privacidade), têm espaço para falar, para existir (não como número na pesquisa, mas como pessoa). As outras formas de transmissão, exemplificadas em (2), (3) e (4), que não se encaixam na tipologia tradicional, interessam-nos especialmente por sugerir tratar-se de um trabalho marcado da autora. Além

disso, de acordo com a hipótese expressa no início desta seção, interessa-nos vincular o uso de certos recursos - (como a forma de transmissão e os verbos dicendi) para introduzir as falas das entrevistadas - à argumentação.

Nessa investigação, são de pouco interesse para nós os estudos que enfocaram o aspecto formal dos esquemas básicos do fenômeno; pelo contrário, estamos interessados nas variantes, razão pela qual privilegiaremos o enfoque dado ao discurso relatado por Bakhtin, que o vê sob a perspectiva do dialogismo. O autor leva em conta as formas de transmissão do discurso de outrem baseando-se em estruturas textuais próprias ao campo literário e fornecendo exemplos extraídos da literatura ficcional. É provável que, por estarmos lidando com exemplos extraídos de um campo - e por fazerem parte de um ensaio - encontremos dificuldade em encaixar perfeitamente as formas usadas por Giovanni aos esquemas ou variantes destes enfocados por Bakhtin. Por outro lado, o ensaio de que nos servimos apresenta certas características estilísticas que são típicas da narrativa, o que nos permitiu boa aproximação com o enfoque bakhtiniano.

Segundo o autor, considerar as formas de transmissão do discurso de outrem divorciando-as do contexto narrativo, como o fizeram outros pesquisadores, constitui um erro. “O objeto verdadeiro da pesquisa deve ser justamente a interação dinâmica dessas duas dimensões, o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-lo.” Essas duas dimensões constituem “os termos de uma inter-relação dinâmica. Essa dinâmica, por sua vez, reflete a dinâmica da inter-relação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal.”(Bakhtin, (1995: 148)

Não temos intenção de atingir o aspecto mais profundo do estudo de Bakhtin, ou seja, o aspecto ideológico presente na inter-relação social; sobre essa dinâmica interessa-nos apenas notar que, entre o discurso narrativo e o discurso citado, há duas orientações principais: numa delas, a que nos interessa para o momento, “o contexto narrativo esforça-se por desfazer a estrutura compacta e fechada do discurso citado, por absorvê-lo e apagar as suas fronteiras”. Essa orientação “caracteriza-se por um desenvolvimento notável dos modelos mistos de transmissão do discurso: o discurso indireto sem sujeito aparente e, particularmente, o discurso indireto livre, que é a forma última de enfraquecimento das fronteiras do discurso citado.”

Numa das variedades de tipos encontradas no quadro dessa orientação,

a dominante do discurso é deslocada para o discurso citado; esse torna-se, por isso, mais forte e mais ativo que o contexto narrativo que o enquadra. Dessa maneira, o discurso citado é que começa a dissolver, por assim dizer, o contexto narrativo. Esse último perde a grande objetividade que lhe é normalmente inerente em relação ao discurso citado; nessas condições, o contexto narrativo começa a ser percebido - e mesmo a reconhecer-se - como subjetivo, como “fala de outra pessoa.” (p. 151, grifo nosso)

Uma observação é necessária a respeito da forma como Bakhtin apresenta seu estudo sobre as formas de transmissão do discurso. Na medida em que sua preocupação está voltada à dinâmica da inter-relação entre o discurso que cita e aquele que é citado, não o veremos citando exemplos em que um (o discurso que cita) é separado do outro (o discurso citado) ou fazendo observações estanques a respeito de um ou de outro. Observando os esquemas do discurso direto e do discurso indireto e suas variantes, Bakhtin vai dizer que “há casos em que o discurso narrativo avança contra a enunciação citada, contaminando-a com suas entoações próprias” e aqueles em que “as palavras citadas espalham-se e enxameiam por todo o contexto narrativo, tornando-o flexível e ambíguo. Aliás, não é sempre possível diferenciar os dois casos: muitas vezes, o contágio revela-se justamente recíproco.” No caso do texto que analisamos, o fenômeno da citação ocorre em todas as seções, sendo mais freqüente na Parte II, intitulada “Projetos de vida”, em que o uso desse recurso ganha maior volume, atingindo tal proporção que se pode dizer, com Bakhtin, que “o contexto narrativo começa a ser percebido... como fala de outra pessoa.” É aqui que a autora se detém “especificamente nos relatos das mulheres entrevistadas analisando questões como uso de anticoncepcionais, justificativas dadas ao aborto, participação do parceiro nesse processo e mecanismos acionados na concretização dessa experiência.” (Giovanni, p. 15)

Num primeiro momento da dissertação de Giovanni, que podemos chamar de “introdução” ou de “apresentação do problema”, há pequeno número de citações do discurso das entrevistadas. Na Parte I, intitulada “Alguns aspectos da questão do aborto no Brasil”, na seção “O aborto na legislação brasileira”, há citação de trechos das posições, a respeito das leis relativas ao “aborto ético” e ao “aborto terapêutico”, assumidas por médicos e juristas que adotam desde posturas absolutamente contrárias, passando por avaliações ponderadas, até chegar a posições favoráveis a esses dois tipos de aborto previstos em lei. Na seção “Pesquisas brasileiras sobre o aborto”, novamente ocorre o fenômeno da citação, desta vez de trechos de declarações de pesquisadores que enfocaram este tema. Na seção “O debate”, a citação é de

partes do manifesto das feministas participantes do debate, de trechos do livro “O que é o aborto”, de segmentos de matérias publicadas em jornais ou revistas sobre o “Encontro de Mulheres sobre Saúde, Sexualidade, Contracepção e Aborto”, e de declarações de representantes de partidos políticos favoráveis à legalização do aborto. Tentaremos abaixo, a partir do exposto, analisar alguns exemplos extraídos do texto de Giovanni (pp. 6-7, a “apresentação” do problema).

- (5) Meu temor inicial diante da abordagem do tema foi se dissipando logo após as primeiras entrevistas em função da reação das entrevistadas que consideravam ter sido “bom falar com alguém que compreende e não julga”.
- (6) Diante da ansiedade sempre explícita e diante da colocação constante de que “não sei o que contar”, porque “não é comum falar dessas coisas” as experiências já obtidas através da pesquisa foram reveladas na tentativa de amenizar a tensão manifestada.

O exemplo (6) apresenta as características daquilo que Bakhtin define como sendo a variante analisadora da expressão do discurso indireto, que integra “na construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem que caracterizam a sua configuração subjetiva e estilística enquanto expressão. Essas palavras e maneiras de dizer são introduzidas de tal forma que sua especificidade, seu caráter típico são claramente percebidos. Na maioria das vezes, elas são colocadas abertamente entre aspas.” Por meio dessa variante, pode-se “apreender e transmitir de forma analítica a enunciação de outrem enquanto expressão que caracteriza não só o próprio objeto do discurso (...) mas ainda o próprio falante: sua maneira de falar (...); seu estado de espírito, expresso não no conteúdo mas nas formas do discurso (por exemplo, a fala entrecortada, a escolha da ordem das palavras, a entoação expressiva, etc.); sua capacidade ou incapacidade de exprimir-se bem, etc.” (p. 160). Bakhtin distingue essa forma dos casos de passagem do discurso indireto ao direto sem modificações, [como no nosso exemplo (5)], mas admite que suas funções são praticamente idênticas: a subjetividade do discurso aparece com maior nitidez e no sentido que convém ao autor. (pp. 162-3)

Bastante complexo, o estudo de Bakhtin das formas de transmissão do discurso analisa a variante “passagem do discurso indireto ao direto sem modificação” da seguinte forma:

Uma ocorrência particularmente interessante e de largo uso dessa variante é a emergência do discurso direto de dentro do indireto livre. Como a natureza desse último é meio narrativa, meio transmissora da palavra de outrem, ele já prepara a percepção do discurso direto.

Os temas básicos do discurso direto que virá são antecipados pelo contexto e coloridos pelas entoações do autor. Dessa maneira, as fronteiras da enunciação de outrem são bastante enfraquecidas.” (p. 166)

Citando, dessa forma de transmissão, um exemplo de Dostoiévski retirado de *O Idiota*, Bakhtin diz que “O discurso citado destaca-se sobre um fundo perceptivo que pertence metade ao autor e metade ao herói. Entretanto, fica perfeitamente claro para nós que uma infiltração profunda das entoações do autor no discurso direto é quase sempre acompanhada por um enfraquecimento da objetividade do contexto narrativo.” Diante do exposto, talvez seja possível dizer que nosso exemplo (4) [p. 45], assim como os que vêm abaixo (7) e (8) possam ser entendidos como discurso indireto livre. É bem verdade que no exemplo de Dostoiévski o trecho em discurso direto aparece em itálico, enquanto a forma de marcar o discurso das entrevistadas por Giovanni seja pelo uso de aspas, como em:

(7) Irene, em função “do mínimo” envolvimento do parceiro, decidiu sozinha interromper a gravidez. Apesar de esperar um envolvimento maior por parte do parceiro, “afinal eram três anos de namoro”, Irene considera que “a decisão de um problema desses é sempre da mulher” enfatizando que “ninguém pode decidir por ela.”

(8) Apesar das dificuldades vividas na criação do filho Amanda se diz “muito feliz com esse menino” e dispensa a ajuda do pai, “que não vale nada”, por “orgulho” e porque está “podendo criar sozinha.”

Se é possível afirmar que tais casos se configuram como exemplos de discurso indireto livre (DIL), vejamos como não só Bakhtin, mas os autores de que ele se serve, especialmente os vosslerianos G. Lerch e E. Lorck se manifestam sobre tal fenômeno. Para Lerch é como se o conteúdo transmitido em DIL “fosse um fato, relatado pelo próprio autor. Comparando os discursos direto, indireto e indireto livre do ponto de vista da realidade expressa no seu conteúdo... o discurso indireto livre é o mais próximo da realidade.” Lerch prefere-o também, “do ponto de vista estilístico, ... por causa do efeito vívido e concreto que produz”, diz Bakhtin (p. 181). Lorck define o discurso indireto livre como “discurso vivido”. Esta forma de transmissão não se presta à retransmissão a uma terceira pessoa, caso em que as alterações necessárias “causariam a impressão de que a pessoa fala consigo mesma ou é vítima de alucinações. Portanto, ... o discurso indireto livre não é utilizado na conversação e serve apenas às representações de tipo literário. Aí, o seu valor estilístico é imenso.” O DIL é visto como a forma por excelência do imaginário, e é “à imaginação do leitor que o escritor se

dirige, quando usa essas formas. O que ele procura, não é relatar um fato qualquer ou um produto do seu pensamento, mas comunicar suas impressões, despertar na alma do leitor imagens e representações vívidas”, segundo Bakhtin. (pp. 182-3).

Antes de encerrarmos essa seção, é preciso dizer que o aproveitamento que fizemos do estudo efetuado por Bakhtin sobre o tema está longe de alcançar a verdadeira natureza do trabalho do autor porque não era de nosso interesse, como afirmamos no início, esgotar a abrangência do tema. Estamos conscientes de que a riqueza da análise de Bakhtin exige leitura muito mais atenta e aprofundada do que esta que fizemos e que se apresenta como uma pálida impressão do conjunto. No entanto, no limite daquilo a que nos propusemos, extraímos do trabalho de Bakhtin justamente aqueles elementos que imprimiram à nossa análise das formas do discurso relatado utilizadas por Giovanni uma visão pertinente no que diz respeito ao aspecto da ligação entre este fenômeno e o “trabalho” efetuado pela autora. cremos que se pode dizer ainda que, dadas as características das formas empregadas por Giovanni na transmissão dos discursos das entrevistadas, não há como negar que essa atividade se apresenta, para o conjunto do texto, como um aspecto facilitador para a obtenção de um determinado efeito de sentido.

É necessário dizer ainda que, ao citar trabalhos de Lerch e Lorck, Bakhtin vai mais longe na análise, fazendo ressalvas aos posicionamentos assumidos por esses autores - de quem aproveitamos as idéias básicas para caracterização do DIL - mas não vemos Bakhtin assumindo posição contrária a eles; antes, ele os critica por não abrangerem em sua análise um ou outro aspecto que considera importante para o julgamento deste fenômeno lingüístico.

Até este momento podemos dizer, quanto aos fenômenos relativos à heterogeneidade, que a análise dos dados revelou que a autora trabalhou no sentido de dar ênfase à transmissão das falas das entrevistadas. Um dos elementos presentes na transmissão do discurso de outrem, o verbo dicendi, certamente é um lugar em que o sujeito pode se manifestar. No decorrer de nossa exposição sobre o discurso relatado, podem-se ver exemplos em que o trabalho da autora aparece bem marcado através da escolha do verbo dicendi. Na sequência, apresentamos breves considerações sobre este aspecto, que, juntamente com a forma de transmissão do discurso se constituem como peças importantes para a efetivação do jogo argumentativo da autora. A importância do uso de tais recursos para a economia do texto de Giovanni será compreendida, a nosso ver, se levarmos em conta o auditório. A seguir, após a seção “O verbo

dicendi”, fazemos uma tentativa de definição da composição do auditório a que Giovanni se dirige, antes de prosseguirmos com a análise de um outro fenômeno relativo à heterogeneidade - a paráfrase.

O verbo dicendi

Maingueneau (1989: 88-9), ao tratar do discurso relatado, destaca a importância dos verbos destinados a introduzi-lo afirmando que “em função do verbo escolhido (sugerir, afirmar, pretender...), toda a interpretação da citação será afetada.” E, recuperando estudos de M. Charolles e Ducrot, apresenta alguns critérios de análise propostos por estes autores. Mesmo restrito, o acesso ao estudo de Charolles via Maingueneau permitiu a análise de alguns verbos que se destacaram no texto de Giovanni.

Embora a parte I do trabalho de Giovanni também apresente alguns exemplos de citação, limitaremos nossa observação e análise dos verbos dicendi apenas à parte II do estudo da autora, por ser esta a que concentra o maior número de citações, facilitando o trabalho de captação de exemplos.⁶ Sobre o levantamento feito, é preciso dizer ainda que nos prendemos apenas às histórias de vida das entrevistadas que Giovanni elege como narrativas-bases, a partir das quais introduz as histórias das outras mulheres pertencentes àquele mesmo grupo. No caso, escolhemos o grupo denominado como “classe média”, que engloba três subgrupos: “solteiras”, “casadas”, e “desquitadas”. No cômputo geral, pode-se dizer que praticamente ultrapassamos, na observação, a marca de 50% do número de citações feitas por Giovanni, já que o outro grupo, denominado “classe baixa” é formado por um número menor de mulheres (07) em relação ao que optamos por levar em consideração (17).

Nos exemplos (9) e (10) a seguir, temos duas ocorrências do verbo “revelar”.⁷ Para Charolles (apud Maingueneau) este verbo incide sobre o “valor de verdade do enunciado citado”, opondo-se a *pensar*. Por ser o verbo que, não por acaso, apresenta o maior número de ocorrências, propomos uma análise mais detalhada dele. Na seção “O auditório”, veremos qual seu papel no discurso de Giovanni. Outros verbos serão analisados de maneira menos aprofundada. A intenção é mostrar que por esse mecanismo, o da escolha dos verbos que

⁶ Nas páginas 47-8 deste, podem-se encontrar mais detalhes sobre como se apresenta tanto a Parte I quanto a Parte II do trabalho de Giovanni.

⁷ No final desta seção, apresentamos uma tabela contendo os demais verbos encontrados e o número de ocorrências relativo a cada um deles.

precedem a citação, a autora marca uma posição frente à fala das entrevistadas; por meio do verbo ela se manifesta. A observação deste fenômeno permite ter uma idéia da avaliação que autora faz daquilo que ela vai analisar em seguida.

Ao transmitir uma fala mais longa das entrevistadas Giovanni se utiliza, na maior parte das vezes, do verbo *revelar* para introduzir o discurso relatado. Para Othon M. Garcia (p.123), o uso de verbos *dicendi* em falas mais longas podem aparecer “quando o narrador acha conveniente sublinhar o estado emotivo das personagens, ou então quando lhe parece necessário ajudar o leitor a identificar o interlocutor.” No exemplo (9), abaixo, a autora, no primeiro período, procura transmitir a essência do pensamento da entrevistada, que, segundo ela, apresenta o mesmo sentimento demonstrado por uma outra entrevistada. Nota-se aí a escolha da forma de transmissão do discurso possibilitando o trabalho de parafraseagem. Ao segmento em DI segue-se um extenso trecho em DD, do qual reproduzimos o início, que deixa entrever o conteúdo. O essencial, quer fazer crer a autora, é que a mulher se ressentia do pouco envolvimento do parceiro na situação difícil em que ela se encontra e, sentindo-se só, desamparada, decide sozinha pelo aborto. Pela parafraseagem, Giovanni estende esse quadro às demais mulheres. Em (10), a autora transmite a fala da entrevistada de uma maneira própria, misturando verbo *dicendi*, conjunção integrante e dois pontos. O efeito de sentido é obtido pelo conjunto, no qual a entrevistada é caracterizada, apresentada a uma parcela do auditório como uma jovem estudante, ignorante a respeito de sexo e das formas de contracepção.

(9) Irene manifesta o mesmo ressentimento vivenciado por Sônia quando revela:
 “Foi um momento de minha vida em que eu me senti extremamente só. O envolvimento dele era mínimo. Ele participava tão pouco, que eu resolvi sozinha...” (p.71-2)

(10) Paula, 17 anos, estudante do 2º Colegial, revela que:
 “Eu não tomava nada. Por incrível que pareça quando eu transei pelas 1ªs vezes com 14 anos eu não sabia nada, nada, nada. Nem como... sabe quando você não para pra pensar que aquilo podia gerar um filho ou não. É que nem eu tava falando com uma amiga minha, esse tempo todo que eu transei muito eu acho que eu tava com a mãozinha aqui tapando tudo. Porque eu transei muito antes de pintar o aborto”.(p. 54)

Dando continuidade à observação dos verbos que introduzem a fala das entrevistadas, no exemplo (11) temos a ocorrência de “considerar” e “revelar”; no exemplo (12), além de “revelar”, temos a ocorrência de “referir” e “pretender”.

(11) Com o rompimento do namoro, decorrência da transferência do namorado para uma outra cidade, Rose revela ter sentido “receio” em iniciar um novo relacionamento, temendo ser “mal interpretada” pelo fato de “não ser mais virgem”. Hoje considera esse tipo de preocupação como “coisa do passado” conseguindo se relacionar “naturalmente”.

(12) No caso de Renata quando ela se refere a filhos, o casamento aparece como condição primeira e essencial para a reprodução ocorrer. Porém, antes que isso venha a acontecer, Renata pretende “estudar e me formar e fazer um milhão de coisas”. Ao fazer referência ao estudo como objetivo anterior ao casamento, Renata assim como Rose e Sônia revela ser este um projeto prioritário em relação à maternidade.

Um outro critério mencionado por Charolles dá conta dos verbos que incidem sobre a “posição cronológica”, segundo Maingueneau. Em Giovanni encontramos o verbo “reafirmar”, a que se pode atribuir essa característica.

Quanto aos verbos que incidem “sobre o ponto de vista atribuído ao enunciador, face ao que diz” , relacionamo-los abaixo sobre eles aplicando os seguintes critérios de classificação propostos por Ducrot (cf. Maingueneau, pp. 88-9):

- 1) Critério P: o verbo implica um julgamento pessoal fundado sobre uma experiência;
- 2) Critério M: o verbo implica uma experiência da própria coisa;
- 3) Critério C: o locutor mostra-se seguro quanto à opinião expressa;
- 4) Critério R: o locutor apresenta sua opinião como o produto de uma reflexão.

Os verbos encontrados aos quais se aplicariam os critérios P, M, C, R poderiam compor dois grupos, que se apresentariam da seguinte forma:

Grupo A ênfatizar ressaltar	Grupo B referir apontar definir considerar
--	---

Embora ambos os grupos recebam os mesmos critérios de avaliação, o Grupo A apresenta uma característica que o distingue sobremaneira do outro; certamente, o efeito de sentido obtido pelo uso dos verbos pertencentes a ele difere substancialmente do efeito produzido pelos verbos do grupo B. Num discurso como o de Giovanni, atribuir às mulheres verbos como “ênfatizar” e “ressaltar” pode contribuir positivamente para alcançar certos fins,

enquanto os que compõem o grupo B aparentam certa “neutralidade”, como diz Charolles a respeito do verbo “dizer”. Há ainda ocorrências do verbo “sugerir”, ao qual se aplicariam (positivamente) os critérios P, M, R e (negativamente) o critério C.

Levando-se em conta que alguns dos verbos utilizados por Giovanni possam formar subgrupos se vistos do ponto de vista semântico, é conveniente uma rápida olhada na tabela abaixo, que apresenta, além dos verbos já destacados por nós, outros que aparecem em número menos expressivo.

Verbo	Nº de ocorrências	Verbo	Nº de ocorrências
revelar	39	mostrar	03
ênfatizar	16	manifestar	03
referir	15	justificar	02
considerar	14	perceber	02
sugerir	09	resumir	01
definir	08	achar	01
apontar	07	pretender	01
afirmar	07	imaginar	01
relatar	06	evidenciar	01
reafirmar	05	alegar	01
ressaltar	05	avaliar	01
expressar	03	analisar	01
		resolver	01

Com relação a verbos, Giovanni “trabalha” ainda no sentido de suprimir ocorrências do verbo “sentir” (e o substantivo “sentimento”) e substituir alguns usos de “resolver” por parte das entrevistadas por “decidir”. Isto será investigado na seção “A paráfrase”.

O auditório

Pelo fato de estarmos às voltas com um corpus que se apóia num sistema cujo “grau” de formalização não impede a possibilidade do aparecimento de signos passíveis de provocarem ambigüidade, podemos já identificar uma característica que diferencia esse tipo de texto de uma demonstração, a natureza das premissas. Acompanhemos as palavras de Perelman:

Numa demonstração matemática, os axiomas não estão em discussão; sejam eles considerados como evidentes, como verdadeiros ou como simples hipóteses, não há qualquer preocupação em saber se eles são, ou não, aceites pelo auditório. (...)

Como o *fim de uma argumentação* não é deduzir consequências de certas premissas, mas *provocar ou aumentar a adesão de um auditório às teses que se apresentam ao seu assentimento*, ela não se desenvolve nunca no vazio. (Perelman, “O império retórico”, p. 29)

Na seqüência, Perelman vai destacar a importância do “contacto de espíritos entre o orador e o seu auditório” para que a argumentação alcance êxito. Segundo o autor (op. cit., p. 31), esse contato pode ser favorecido ou impedido de ocorrer por organizações sociais e políticas e “nem todos podem, em qualquer circunstância, tomar a palavra e fazer-se ouvir.” Certas questões, diz o autor, “não merecem discussão; outras não podem ser discutidas, pois o próprio facto de as pôr em causa é blasfematório ou escandaloso.” Nesse contexto, pode-se compreender a importância do conhecimento do interlocutor para a argumentação, que “não tem unicamente como finalidade a adesão puramente intelectual. Ela visa, muito freqüentemente, incitar à acção ou, pelo menos, criar uma disposição para a acção.” (p. 31). Perelman ainda vai dizer que “O orador dirige-se ao homem todo, mas a argumentação propiciará, conforme o caso, efeitos diferentes e utilizará, de cada vez, métodos apropriados, tanto ao objecto do discurso, como ao tipo de auditório sobre o qual se quer agir.” (p. 32)

Giovanni, como sabemos, tem por objeto um tema considerado tabu. Na sociedade de que faz parte, o aborto, do ponto de vista legal, é crime e do ponto de vista religioso, pecado. A autora trabalha no sentido de expor o tema de forma aceitável tendo em vista o auditório. Vejamos como ele se compõe.

Segundo Perelman, (1996: 22), é difícil determinar “com a ajuda de critérios puramente materiais, o auditório de quem fala” parecendo preferível defini-lo como “*o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação*”. Reboul (1998:92) afirma que o auditório pode ser “um indivíduo ou um grupo ou uma multidão” e que o termo auditório pode-se aplicar “até aos leitores”. No caso do trabalho de Giovanni, levantamos a hipótese de que o auditório é composto por grupos de ouvintes de caráter bem diferenciado, o que leva a autora a buscar estratégias de persuasão que lhe possibilitem adaptar seu discurso aos subgrupos que o compõem. Nos exemplos abaixo, vê-se o locutor em momentos específicos, ou estratégicos, do percurso argumentativo, como na apresentação do problema [exemplos (13) e (14)], nas explanações relativas aos procedimentos metodológicos utilizados, [exemplo (15)] e na conclusão [exemplo (16)].

(13) Este trabalho realizado na cidade de Campinas durante o ano de 1981 teve como preocupação básica a tentativa de apreender as representações sobre aborto elaboradas por mulheres que viveram essa experiência. (p. 1)

(14) O aborto estava sendo discutido nos grupos feministas quando comecei esta pesquisa e me pareceu que seria uma contribuição importante ao debate conhecer o que pensam sobre o aborto as mulheres que abortaram. (p. 1)

(15) A escolha desse método de investigação se deve a sua adequação aos objetivos da pesquisa...sua utilização permitiria a apreensão de detalhes não percebidos por outras técnicas de abordagem; e por outro, ao permitir um mínimo de interferência possível por parte do pesquisador, as entrevistas abertas possibilitariam às mulheres entrevistadas elaborar seus relatos segundo o que lhes parecia legitimador de uma experiência legalmente proibida... (p. 1)

(16) ... os dados obtidos nesta pesquisa confirmam as informações mencionadas ... e ainda quando revelam as conseqüências... (p. 180)

Nos exemplos (13), (15) e (16), o locutor parece dirigir-se à instituição acadêmica, adaptando seu discurso a um determinado estilo. No exemplo (14), há fortes indícios de que seu discurso não é dirigido apenas à instituição acadêmica, embora não se possa definir com exatidão quem compõe esse auditório - heterogêneo - que supomos poder incluir, devido ao caráter polêmico do tema tratado, até mesmo setores bem mais amplos da sociedade. Segundo Perelman, (1996: 24), “não é necessário encontrar-se perante várias facções organizadas para pensar no caráter heterogêneo do auditório. Com efeito, pode-se considerar cada um de seus ouvintes como integrante, em diversos pontos de vista, mas simultaneamente, de grupos

múltiplos.” O auditório, assim composto, exige do orador a utilização de “argumentos múltiplos para conquistar os diversos elementos de seu auditório”, diz Perelman. O auditório seria o ponto de partida para a argumentação no sentido de que a partir de sua composição é que se determina, dentre os recursos disponíveis, aqueles mais suscetíveis de provocar ou aumentar a adesão. O autor afirma ainda que o estilo e o tipo de argumento utilizado pelo orador dependem do “tipo de auditório sobre o qual se quer agir” e que “O auditório não é necessariamente constituído por aqueles que o orador interpela expressamente.”(p. 32-3) O exemplo (14) acima nos permite supor que o auditório de Giovanni se caracteriza por abranger todos aqueles que de uma forma de ou de outra poderiam estar vinculados à discussão do tema, já que menciona um “debate” que está em curso na sociedade no momento da pesquisa.

Os recursos de que Giovanni lança mão vistos até agora, o uso do discurso relatado e do verbo *dicendi*, são a base para o desenvolvimento de um certo tipo de argumento. A grande incidência do verbo revelar, por exemplo, sublinha o aspecto sigiloso do tema. A escolha deste verbo é adequada. De grande carga expressiva dadas as circunstâncias de seu emprego (falar de um ato considerado ilícito), este verbo reforça o matiz de afetividade que cercou as relações entre entrevistadora-entrevistadas, realça o caráter de intimidade que cercou as entrevistas, e que a autora faz questão de destacar, como em (17) e (18) abaixo:

(17) Os momentos que precediam as entrevistas eram marcados por expectativas de ambas as partes. Enquanto pesquisadora, o temor de invadir bruscamente, ainda que de forma consentida, a vida de uma mulher que eu não conhecia para que ela me revelasse “coisas muito íntimas”, somava-se ao receio de não saber lidar com a carga emocional contida nesses depoimentos. Por parte das mulheres entrevistadas a ansiedade sobre “o que falar” era sempre manifestada, antes que se formalizasse a entrevista. (p. 4)

(18) Os relatos (...) parecem indicar que meu papel de pesquisador foi interpretado pelas mulheres de ‘classe média’ como sendo o de uma terapeuta, papel de certa forma já institucionalizado nessa área da vida social brasileira, e que pode ser atribuído tanto à natureza do tema investigado, como a própria forma como foram realizadas as entrevistas. Para as mulheres de ‘classe baixa’ quase todas empregadas domésticas, meu papel parece ter sido percebido como “filha de família”, vista como depositária de confiança... (p. 10)

A “revelação” de aspectos do “vivido” percebida nestes trechos tem um papel a desempenhar na construção da estratégia argumentativa, que é baseada em argumentos do tipo *etos* e *patos* (Reboul, 1998: 47). Assumindo um auditório heterogêneo para tratar de tema de natureza polêmica, Giovanni encontra-se num terreno propício ao uso de tal tipo de

argumento, fazendo dele o principal elemento no percurso argumentativo, procurando conquistar a confiança e simpatia do auditório, ao mesmo tempo suscitando nele determinados sentimentos. Em (17) e (18) acima vemos uma amostra daquela que será a tônica no decorrer do trabalho da autora. É possível admitir que obter dados relevantes no campo das ciências humanas por meio de entrevistas muitas vezes só se concretiza depois que se estabelece um vínculo de confiança entre o entrevistador e o informante. No entanto, vale mencionar que a escolha do verbo “revelar” pela autora está perfeitamente adequado ao objeto do discurso e ao auditório a que se dirige, no sentido de que a natureza das relações da pesquisadora com as mulheres ajuda a compor sua imagem perante parte do auditório como a de alguém de confiança, que quer “ajudar”, que compreende e não “julga”, em oposição ao que fez o autor de uma outra pesquisa sobre o tema, cujos resultados Giovanni parece querer combater com seu estudo, de acordo com o trecho abaixo:

Talvez a postura do autor em definir o aborto como “ato criminoso”, atribuindo às mulheres “vergonha pelo ato cometido” tenha dificultado sua relação com as possíveis entrevistadas. (p. 33)

Podemos afirmar, portanto, que a grande incidência no uso da reprodução do discurso das entrevistadas exerce papel central não só na construção do caráter do orador perante o auditório (*etos*) como também auxilia Giovanni a suscitar determinadas emoções ou sentimentos (*patos*) no auditório. Giovanni recorre a este recurso para caracterizar as entrevistadas, para tornar acessíveis os pensamentos, os sentimentos e os desejos delas, retratando-lhes o caráter, construindo uma imagem de si e delas perante o auditório. Nos exemplos abaixo, vemos a autora compondo parte da imagem de duas entrevistadas. (19) e (20) são relativos a Rose, solteira, classe média

(19) Atualmente vivendo com a família, alimenta o sonho do “apartamento próprio” como forma de investimento e sobretudo como a possibilidade de dispor de um “espaço só seu” para receber pessoas “sem horário de chegada e saída”. (p. 51)

(20) Rose revela ter sentido “receio” em iniciar um novo relacionamento, temendo ser “mal interpretada” pelo fato de “não ser mais virgem”. Hoje considera esse tipo de preocupação como “coisa do passado” conseguindo se relacionar “naturalmente”. (p. 52)

e (21) e (22) são relativos a Amanda, solteira, classe baixa:

(21) Foi na igreja de Barão Geraldo que Amanda conheceu o “primeiro homem” de sua vida, que viria mais tarde a ser o pai de sua filha. Amanda se refere a ele como sendo o “grande amor”

da sua vida, desses que a gente não esquece nunca” Suas primeiras relações sexuais foram vividas sem receio “no começo eu não tinha medo de perder a virgindade. Essas coisas eu não tinha não. Eu acho que desde pequena a gente gosta... Ele era português e diz que português gosta de mulata né?...” (p. 87)

(22) O casamento “não deu certo” e Amanda diz nem saber “direito porque não deu certo. Um dia ele sumiu assim de repente”. Mesmo não tendo “dado certo” Amanda afirma ter sido “muito feliz com ele. Até hoje quando eu vejo ele meu coração falta sair do peito. Aquele lá foi o meu grande amor.” (p. 87-8)

Reboul (1998: 83), a propósito do que denomina “retórica da imagem”, afirma que: “O que se pode dizer é que, se é imprópria para produzir argumentação, a imagem é porém notável para amplificar o etos e o patos.” Conhecer os desejos da mulher que aborta; saber de sua afeição pelo homem com quem se relacionou e de quem engravidou; reconhecer, nessa mulher, sentimentos tidos como bons, como o amor e o desejo de que o relacionamento “dê certo” são fatores que podem provocar a identificação de uma parcela do auditório com essas pessoas, por terem sentimentos em comum. São elementos de que Giovanni se vale para construir a imagem da mulher cujo ato praticado é julgado como condenável pela sociedade e sobre o qual a autora pretende fazer incidir uma outra imagem. O reconhecimento de características semelhantes entre quem é julgado e quem julga é forte argumento para identificação, o que facilita um pensamento sobre o ato praticado orientado para aquilo que o orador tem em mente.

Os recursos lingüísticos de que tratamos aqui - as formas de transmissão do discurso das entrevistadas e a escolha dos verbos dicendi - teve seu uso fortemente atrelado a razões de natureza argumentativa. Ao que parece, a estratégia da autora procura não somente formar junto ao auditório uma imagem favorável da mulher que aborta mas também e principalmente do referente, o aborto, dois elementos que não se dissociam: a pessoa e o ato.

O ato de abortar, por envolver em sua discussão questões como a moral e a religião, se constituiu, sempre, em nossa sociedade, num tema polêmico. O tratamento dado por Giovanni, ao criar a relação aborto/projeto de vida (que será melhor trabalhada no capítulo “A paráfrase”) procura levantar um aspecto novo sobre a questão, dando-lhe um caráter ambíguo. Nas palavras de Perelman (1996: 342)

Muitas vezes, um ato ambíguo só adquire significado e alcance graças ao que se sabe de seu autor. (...) Em certos casos, o que sabemos da pessoa não somente nos permite apreciar o ato, mas constitui o único critério para qualificá-lo.

É bem verdade que não se pode dizer que o ato de abortar (pelo menos não o tipo de aborto de que Giovanni trata) tenha sido alguma vez considerado ambíguo. Há clareza quanto aos tipos de aborto permitidos por Lei; as divergências de opinião citadas pela autora na seção “O aborto na legislação brasileira” ocorrem por razões de foro íntimo. Ao que parece, foi necessário afastar da discussão os critérios de julgamento de ordem mais polêmica: o legal e o religioso. Para Giovanni, nos relatos

não foi mencionada a definição dada pela legislação penal brasileira que considera o aborto como sendo “crime contra a vida” estabelecendo penalidades no caso de sua prática. A não referência à proibição legal sugere (...) que as razões das mulheres que abortam sobrepõem-se (...) à definição legal. (p.174)

Quanto ao aspecto religioso, Giovanni não entra em detalhes, como o fez com relação à legislação (citando trechos de leis e ouvindo opinião de médicos e juristas), preferindo apenas dizer que

verificou-se que os relatos não apontaram para os argumentos de ordem religiosa que condenam a prática do aborto por entender que o ser humano é portador de vida e alma a partir da concepção. A não referência à posição tradicionalmente defendida pela Igreja Católica não significa evidentemente, o seu desconhecimento mas parece indicar que as justificativas das mulheres ao se decidirem pelo aborto sobrepõem-se a essas noções. (p. 174)

Com esse jogo, Giovanni parece estabelecer limites para eventual contra-argumentação, uma vez que o tema enfocado, o aborto que ocorre por decisão da mulher e cujas razões não são amparadas por Lei (como o “aborto ético” ou o “aborto terapêutico”), torna seu trabalho mais que polêmico por remexer profundamente num tema tabu.

Veremos, mais adiante, na análise da paráfrase, como Giovanni tenta promover a associação entre aborto e projeto de vida, vinculando o ato de abortar a uma imagem relativa à vida, ao invés de a uma imagem relativa ao crime, ou à morte. A autora cria uma oposição dos elementos morte x vida relativos ao aborto, ao qual normalmente se atribui apenas o primeiro deles.

Casam-se muito bem os aspectos até agora levantados: auditório heterogêneo, tema polêmico, argumentos fundados no *etos* e no *patos* e na construção de “pessoa”. A importância da construção de uma imagem favorável do referente e da mulher que aborta e a forma como isso se dá no texto que analisamos serão desenvolvidas na seção “Lugar da Pessoa”. A esse respeito deixaremos em suspenso, para o momento, a afirmação de Perelman (p.341):

Muitas vezes a idéia que se faz da pessoa, em vez de constituir uma conclusão, é mais o ponto de partida da argumentação e serve, seja para prever certos atos desconhecidos, seja para interpretar de um certo modo os atos conhecidos, seja para transferir para os atos o juízo formulado sobre o agente.

A relação entre o uso dos recursos aqui mencionados e a técnica argumentativa será melhor investigada na seção “Retórica e Argumentação”.

A paráfrase

Outro dos fenômenos lingüísticos cuja ocorrência marca de maneira profunda o trabalho de Giovanni, pela força que adquire no jogo argumentativo é a paráfrase. Fuchs (1983), admitindo dificuldade em precisar a noção de paráfrase, tanto teoricamente quanto na prática, faz um exame rápido das “três principais fontes históricas de que se alimenta a reflexão lingüística contemporânea em matéria de paráfrase”: a perspectiva lógica da equivalência formal, a perspectiva gramatical da sinonímia e a perspectiva retórica da reformulação.

É com os dados que temos que procuraremos verificar a atividade exercida pelo sujeito ao estabelecer uma relação de paráfrase. A dificuldade em precisar a noção de paráfrase, reconhecida por Fuchs, torna nosso trabalho aparentemente difuso, sem consistência, mas é um risco que outros pesquisadores, cujos dados repousam sobre a atividade parafrástica, também correram apesar de terem feito uso de outro instrumental teórico. Além disso, o estudo de Fuchs se não dá respostas, levanta alguns aspectos interessantes (pelo menos para nós) sobre o problema.

Do trabalho de Fuchs aproveitaremos a perspectiva da paráfrase como sinonímia (não de frases, mas de palavras) e, por estarmos lidando com dados relativos ao discurso, interessamos especialmente a perspectiva retórica da reformulação. A perspectiva da paráfrase como sinonímia tal como vista pelos semanticistas contemporâneos - ou seja, a paráfrase caracterizada “em termos de identidade de um núcleo semântico de partida (...) sobre o qual vêm se enxertar semantismos diferenciais, que modulam diversamente o núcleo de partida” - se defronta, segundo Fuchs, “com dois tipos de problema: a qualificação das semelhanças e diferenças semânticas, e a presença da idéia intuitiva de identidade de sentido na consciência lingüística dos locutores.” Quanto ao primeiro, Fuchs destaca que as “variações ditas subjetivas estão longe de ser insignificantes.” Não se pode desprezar o papel da escolha do

enunciador para uma formulação ou outra dentre as paráfrases possíveis, através da qual “o sujeito manifesta seu domínio das sutilezas da língua utilizando com conhecimento de causa uma formulação ou outra, conforme a situação.” (Fuchs, p. 132). Quanto ao segundo problema, queremos destacar que para Fuchs “considerados o contexto (lingüístico) e a situação (extra-lingüística)” um enunciador pode considerar duas expressões como sinônimas apagando as diferenças em proveito das semelhanças, podendo ocorrer também o inverso. Essa perspectiva da paráfrase como sinonímia de frases pode nos ajudar a compreender parte do trabalho de substituição do termo “projeto de vida” por “esquema de vida” no texto de Giovanni. Mais abaixo, fazemos exame detalhado desse exemplo de paráfrase como substituição, merecendo destaque o trabalho de escolha do sujeito por um termo em detrimento de outro.

Dentro da perspectiva retórica da reformulação, Fuchs levanta três tipos de questões, das quais duas são de interesse para nós: a questão da interpretação do texto-fonte e a questão da identificação da significação do texto-fonte. Mas, o que é “interpretação” e o que é “identificação da significação”? Para Fuchs, o “trabalho de interpretação” (grifo nosso)

é variável, segundo os sujeitos e as situações: cada um “percebe” e, conseqüentemente, restaura o texto de modo diferente. Estas divergências se devem não só à ambigüidade intrínseca de algumas expressões, mas também e sobretudo à multivocidade inerente a todo texto (...), à pluralidade de níveis de decodificação (...), enfim, à diversidade de graus de exigência semântica segundo as situações de decodificação(...)

Depois de associar a interpretação e portanto a paráfrase a um trabalho do sujeito (justamente o que nos propusemos a verificar), a autora vai definir identificação como

sempre momentânea, (válida num contexto e numa situação particulares) e frágil (já que resulta de um “apagamento” de diferenças) e por isso a possibilidade de polêmicas (“mas isto não é o que quer dizer o texto (ou seu autor)”: da identidade semântica impossível à alteridade manifesta, se estende um continuum sobre o qual os sujeitos estabelecem limites de tolerância variáveis. A paráfrase oscila, assim, entre a reprodução pura e simples do conteúdo e a sua deformação. (p. 134)

A partir das definições, não parece ter ficado mais claro o que seja paráfrase. A dificuldade agora foi transferida para “interpretação” e “identificação da significação”. Seja qual for o elo aproximativo semântico entre estes dois termos, ao que parece, o assunto central

na abordagem da paráfrase como reformulação é a questão da interpretação, por si só complexa, na qual não desejamos, por considerarmos desnecessário, penetrar neste momento.

As considerações feitas até agora nos levam a dizer que aquilo que se pode apreender por paráfrase está relacionado a pelo menos duas idéias-chaves para nosso trabalho: a idéia de escolha e de trabalho do sujeito. Há uma tese recente de doutorado que também investiga este fenômeno sob este ponto de vista, acrescentando uma idéia que é bastante útil para nós. Fagundes (1995), analisa paráfrases intra e interdiscursivas ocorridas em uma sessão do Tribunal do Júri como recursos expressivos que permeiam “a argumentação dos atores (da acusação e dos advogados de defesa)” (p. 127). A autora toma como base teórica para investigação do fenômeno parafrástico os trabalhos de Sant’Anna (1987), C. Fuchs (1982 a, 1982 b, 1987 1 1994), Parret (1989) e Hilgert (1989). Em seu trabalho, considera

as seqüências discursivas parafrásticas como trabalho com a linguagem na determinação dos sentidos. O que determina a orientação dos sentidos é o interesse, histórica e ideologicamente constituído, fundamento do projeto de dizer do locutor e do objetivo de persuadir o ouvinte a aceitar as teses que são apresentadas ao seu assentimento. (pp. 129-30)

Como nós, a autora está frente a um discurso em que as paráfrases se encontram disseminadas pelo texto. No corpus que analisamos, notamos essa fluidez já no fenômeno verificado anteriormente, o do discurso relatado. Este recurso, o da paráfrase, se dá a partir da atividade constante de retomar e comentar os discursos das mulheres entrevistadas. Nesta retomada com comentário Giovanni está justamente fazendo aquele trabalho de que fala Fuchs: interpretando o texto-fonte, “identificando a significação do texto-fonte” e interpretando o próprio texto como equivalente àquele. Nessa atividade alguns sentidos são explicitados e outros excluídos, segundo um dos tipos de paráfrase enfocados por Fagundes, que afirma: “Nesse jogo de implicações/explicitações, parafraseia-se, não no sentido de cooperar com a compreensão do interlocutor, mas sim para conduzi-lo ao sentido que interessa ao locutor.” (p. 141).

Passando à análise de segmentos em que se pode notar o trabalho de parafraseagem de Giovanni, apreciemos primeiramente como a autora chega ao termo “projeto de vida”. Este termo não ocorre nenhuma vez nas citações dos depoimentos de qualquer uma das

entrevistadas, enquanto “esquema de vida” aparece, dentre as dezessete mulheres entrevistadas, apenas no depoimento de uma delas, Rose, a primeira, na organização dada pela autora, a contar sua história. “Projeto de vida” - que ajuda a compor o título da dissertação, porque, segundo a autora, é o que está por trás da decisão da mulher em abortar - não é verbalizado pelas mulheres. Uma delas, entretanto, menciona “esquema de vida”. Como se dá a substituição de um termo pelo outro?

Abaixo, apresentamos em (23) a citação do discurso de Rose, em que aparece “esquema de vida”. Em (24) vemos, no comentário de Giovanni, uma operação de reformulação do enunciado citado, originando um outro texto.

(23) “Eu não via sentido em ter um filho que não tinha nada a ver com meu esquema de vida. Naquelas condições eu teria muitos problemas. Porque eu seria mãe solteira, o que é muito difícil numa sociedade como a nossa, uma família como a minha. Eu teria problemas até no trabalho. Naquela época eu trabalhava no banco e não daria para continuar trabalhando. Eu teria problemas até no edifício onde eu morava. Mas o problema maior seria ter um filho sem ter desejado, sem ter preparado, sem ter planejado um esquema de vida.” (p. 59)

(24) As justificativas dadas ao aborto praticado por Rose - ausência de um esquema de vida que possibilitasse a reprodução, a contingência de vir a ser mãe solteira em função da especificidade da relação vivida no momento da gravidez e o desejo de não ter filhos sem planejar - apontam para a existência de um projeto de vida elaborado, norteador do seu processo de decisão pela interrupção da gravidez. Suas razões, e em consequência seu aborto, só podem ser entendidos se remetidos a esse projeto familiar. (p. 60)

Um primeiro olhar sobre estes dois segmentos revela que, havendo aí paráfrase, ela ocorre no âmbito do enunciado como um todo, difusamente. A atividade do sujeito não se resume a apenas um tipo de operação. Levando em conta que na reformulação podem ocorrer fenômenos de deslocamento, substituição, acréscimo ou subtração de elementos, vejamos detalhadamente o que ocorre entre (23) e (24). Em função daquilo que chamamos aspecto difuso do fenômeno, achamos que a segmentação dos enunciados nos permitiria uma observação melhor das partes para verificação do ocorrido.

Declaração de Rose	“Tradução” de Giovanni
Eu não via sentido em ter um filho que não tinha nada a ver com meu esquema de vida	ausência de um esquema de vida que possibilitasse a reprodução
Naquelas condições eu teria muitos problemas. Porque eu seria mãe solteira, o que é muito difícil numa sociedade como a nossa, uma família como a minha	... a contingência de vir a ser mãe solteira em função da especificidade da relação vivida no momento da gravidez
Mas o problema maior seria ter um filho sem ter desejado, sem ter preparado, sem ter planejado um esquema de vida	... e o desejo de não ter filhos sem planejar apontam para a existência de um projeto de vida elaborado, norteando seu processo de decisão pela interrupção da gravidez.

A partir da segmentação acima, propomos a seguinte análise interpretativa:

O discurso de Rose	O discurso de Giovanni	Operações realizadas por Giovanni
Há um esquema de vida. Um filho não tem nada a ver com esse esquema	Não há um esquema de vida que possibilite a reprodução	interpretação com deslocamento. A negação recai sobre o “esquema de vida” e não sobre “não ter filho”
Avalia o problema de ter filhos naquelas “condições” (que não são explicitadas). Fala dos problemas a enfrentar	Explicita a “condição” (a especificidade da relação vivida no momento da gravidez). Não fala dos problemas	acréscimo subtração
Explicita o que é ser mãe solteira, na sociedade em que vive, na família de que faz parte	O “problema” de ser mãe solteira passa a ser “contingência” Não explicita avaliação de Rose sobre a família e a sociedade em que vive	substituição subtração
Reflete sobre o problema maior de ter filho sem desejar, sem preparar, sem planejar um esquema de vida “Desejar”, “preparar”, “planejar” estão numa certa ordem, produzindo um determinado efeito	Dá ênfase ao desejo de não ter filho sem planejar “desejar” é tornado substantivo Destaca “planejar”, desfazendo a ordem das palavras	Interpretação com subtração Interpretação subtração

Observemos rapidamente um outro exemplo de parafraseagem. A partir do enunciado de Rose, exemplo (25), Giovanni elabora dois comentários, um anterior (a) e outro posterior (b). (a), de certa forma, resume (25) a partir da atividade interpretativa, enquanto (b), além de resumir (25), apresenta a atividade de reformulação, que se dá por meio da supressão das “condições emocionais” e da interpretação de “relação verdadeira, profunda” e “de um homem que eu realmente amasse muito” por “relação afetiva estável”.

(a) A existência de um projeto de vida aparece com mais clareza quando Rose revela as condições necessárias, a seu ver, para se ter filhos. (p. 60)

(25) “Eu vou querer ter filhos quando eu tiver uns 30 anos, quando eu estiver com a minha vida mais organizada, mais estabilizada. Eu quero ter condições econômicas e emocionais para ter um filho. Gostaria de estar mais estabilizada profissionalmente e economicamente. E gostaria que fosse fruto de uma relação verdadeira, profunda. Gostaria que fosse filho de um homem que eu realmente amasse muito.” (p. 60)

(b) As condições definidas como necessárias para se ter filhos explicitam seu projeto de vida que inclui: estabilidade profissional, condições econômicas e uma relação afetiva estável. (p. 60)

Não por acaso, o depoimento de Rose figura em primeiro lugar. A partir dele se tentará encontrar, em todos os demais, alguma forma de encaixar as razões para a prática do aborto aos que se encontram neste, uma espécie de modelo. De uma certa maneira, (b) poderia ser tido como uma conclusão resumida de todos os demais depoimentos, sob o ponto de vista da interpretação que Giovanni dá a eles. A troca de “esquema de vida”, mencionado por Rose, para “projeto de vida” é um detalhe que não parece ter muita relevância para o jogo como um todo, a não ser o fato de que as condições mencionadas como necessárias para ter filhos, como em (b), assim como as relatadas pelas outras mulheres, encaixam-se melhor como “esquema de vida”, como condições reais necessárias para poder criar um filho; condições nem sempre controláveis, sujeitas a interferências de ordem externa, independentes da vontade do sujeito. Já “projeto de vida” parece ter caráter mais pessoal, próximo do sonho, mais controlável pelo sujeito. Giovanni interpreta um pelo outro ao substituir “esquema” por “projeto”, mas não deixa de focar o projeto comum a todas as mulheres, que é o desejo de ter filhos [ver exemplo (26)]. Neste exemplo nota-se o trabalho da autora, que “resume” para encontrar as semelhanças, a substituição de “esquema” por “projeto”, o destaque dado por ela para um dos sentidos ocultos (que estão “por trás” de cada um dos argumentos) nos depoimentos das mulheres: a existência de um “projeto de vida”.

(26) Resumindo, ... alguns aspectos relativos à reprodução destacam-se pela sua recorrência. Em primeiro lugar a maternidade não é posta em questão. Todas desejam ter filhos. E para isso estabelecem regras e formulam projetos de vida, específicos... Norteando o processo de decisão... encontra-se um projeto de vida como referência. Ao se decidir pelo aborto “porque ter um filho naquele momento não tinha nada a ver com meu esquema de vida”; ou então porque “não dá pra ter um filho de uma transa qualquer” ou ainda porque “eu não quero ser mãe solteira”, ou mesmo porque “eu quero fazer um milhão de coisas antes de casar e ter filhos”, o que se tem por trás de cada um desses argumentos é o projeto de vida elaborado por cada uma dessas mulheres. (p.67-8)

A forma como Giovanni organiza os dados para efeito de análise “agrupando-os em torno dos itens que compunham o roteiro-base das entrevistas” e o procedimento da autora em “... preservar algumas histórias por inteiro e a partir da sua narrativa introduzir as outras histórias de modo a ressaltar as semelhanças e os contrastes das experiências vividas, sem perder de vista o contexto no qual estavam inseridas” facilitou estender a idéia da existência de um “projeto de vida” às demais mulheres, que foram reunidas/separadas em três categorias (solteiras, casadas e desquitadas), “sendo que cada categoria inseria uma divisão relacionada à origem social” (classe média, classe baixa), totalizando seis grupos distintos. Admitindo variações para o grupo das solteiras, classe média, Giovanni destaca as semelhanças, como no exemplo (26) acima. Mais adiante, resume o que para ela a expressão “**projeto de vida**” tem como referente nos depoimentos dos demais grupos:

Solteiras, classe baixa:

(27) “Nas justificativas dadas para o aborto os projetos de vida explicitados apresentam uma maneira diferenciada no que se refere a relação entre maternidade e trabalho. Enquanto Rose e as outras mulheres solteiras enfatizavam o investimento na carreira profissional como uma etapa a ser atingida antes da maternidade. Amanda e Nilza conciliam trabalho e maternidade atribuindo as dificuldades enfrentadas na criação dos filhos à própria condição econômica, considerando inclusive que ‘um filho pode ajudar’ nesse sentido. Apesar disso, se assemelham às outras entrevistadas quando re colocam a necessidade de uma relação afetiva estável para se ter filhos, sendo que essa ausência se constitui em um dos argumentos dados para a prática do aborto.”(p.98-9)

Casadas, classe média:

(28) “No exame das justificativas dadas tem-se a explicitação do projeto familiar norteando o processo de decisão pelo aborto. Ao decidir interromper a gravidez porque ‘eu queria salvar meu casamento e salvar a mim mesma custasse o que custasse’ ou então, ‘eu achei que não ia dar certo uma família numerosa’ ou ainda ‘eu já tinha os filhos que queria’, ou mesmo porque ‘meu

marido não era o chefe de família que eu queria', o que se tem contido em cada um desses argumentos é o projeto familiar elaborado dentro de condições individuais específicas.

Casadas, classe baixa:

(29) "No exame das justificativas dadas tem-se a explicitação de projetos familiares elaborados individualmente.

No momento em que se decide pelo aborto porque 'estava duro demais criar os filhos que eu já tinha' ou então porque 'simplesmente eu não queria mais filhos' o que está sendo revelado e reafirmado é o projeto familiar elaborado por cada uma dessas mulheres."

Desquitadas, classe média:

(30) "Os argumentos explicitam projetos de vida bastante semelhante aos das mulheres solteiras que apontavam de forma recorrente para o investimento na carreira profissional como prioritário em relação à maternidade. Também como no caso das solteiras, e ao contrário das casadas, parece que enquanto a relação conjugal não produz filhos, está mais sujeita à ser dissolvida, o que indica outro ponto recorrente em todas as entrevistas: a importância dos filhos para a definição completa do projeto familiar.."

Desquitadas, classe baixa:

(31) "A experiência de Matilde, assim como a de Márcia e Madalena, difere das desquitadas citadas anteriormente... A relação afetiva estável aparece em contrapartida ser a indicada para se ter filhos. A recorrência dessa justificativa nos relatos sugere que o projeto familiar implica efetivamente não apenas na existência de filhos (ver o caso das mães solteiras) mas também com a existência de um parceiro."

No nível lingüístico, o que aparece é um grande número de ocorrências de expressões indicando atividade de comparação entre os depoimentos para estabelecimento das semelhanças e diferenças entre eles, conforme quadro abaixo:

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Semelhanças	Diferenças
semelhante a; como Rose; como as outras entrevistadas; como tem sido recorrente nos relatos; percebe-se semelhanças; todas desejam ter filhos; de novo aparece; parecendo novamente indicar; Sílvia também revela; é recorrente em todos os relatos; manifesta o mesmo; como Cristina; se assemelham; Nilza também considera; constata-se novamente; como Cláudia; Marilda também se refere a; como Célia; todas fazem referência a; Tereza também revela; Lúcia também “curtiu” sozinha; o mesmo ressentimento em relação a ... expresso nos relatos de Célia e Lúcia, é manifestado por Margarida; Célia, assim como Cláudia, Lúcia e Margarida; pontos de semelhanças; Lúcia assim como Célia, também é alegado por Margarida; apontada por todas as mulheres.	comportamento que não é semelhante ao; ao contrário de; apresenta uma experiência diferente das demais; Margarida (...) também revela uma experiência particular, se comparada as demais; excluindo as experiências (...) que contém especificidades; razões que não se assemelham as apresentadas por; Marilda, por sua vez, ao contrário de Célia e de Cláudia; se, por um lado Célia se sentia (...), por outro, Marilda se sentia (...); também não é vivida por Marilda; Lúcia, embora não tenha tido maiores problemas como Marilda e Teresa; Marilda e Tereza, ao contrário; não são semelhantes aos de Célia.

Restringindo nossa observação à Parte II da pesquisa, verificamos ainda o que se segue. As mulheres se utilizam de “resolver” e “decidir” quase que com o mesmo número de ocorrências, enquanto Giovanni, nos comentários, praticamente elimina o verbo “resolver”, ao mesmo tempo em que aumenta consideravelmente o número de ocorrências para o verbo “decidir” (usando também o substantivo “decisão”), conforme quadro abaixo. Aparentemente, tal procedimento permitiria evidenciar a presença de um conflito por parte das mulheres na busca de uma solução; o uso de “decidir/decisão” dá idéia da ocorrência de um processo, algo não resolvido de imediato, mas que exigiu a consideração de alguns fatores para chegar à solução do problema, no caso, o tipo de relacionamento vivenciado pelas mulheres, a situação financeira, o planejamento familiar, os planos para o futuro, etc. A escolha deste verbo pela autora pode identificar a maneira como ela avalia a questão do aborto, marcando, mais uma vez, as modificações que promove no discurso das mulheres, a atividade interpretativa como algo que permeia o texto como um todo.

Verbo	Giovanni	mulheres
decidir/decisão	72	19
resolver	01	26

Uma outra atividade bastante perceptível da autora ocorre tendo por base os termos relativos ao sentir, como “sentir-se/ sensação/ sentimento”. Nos discursos (citados) das mulheres eles ocorrem 60 vezes no total, enquanto nos comentários de Giovanni eles não ultrapassam o número de 25 ocorrências. Também é digno de nota o trabalho realizado pela autora na supressão de termos como “sofrer/ sofrimento” e “medo”. Nos depoimentos das mulheres “sofrer/ sofrimento” ocorrem 13 vezes e “medo” 11 vezes. Este último só ocorre uma vez no comentário de Giovanni, mesmo assim entre aspas. Esses sentimentos das mulheres parecem ter sido retomados nos comentários da autora de uma outra forma, como no momento em que esta elabora um resumo enfocando os itens que mais se destacaram nos depoimentos. Nos exemplos abaixo, percebe-se um direcionamento do comentário da autora apontando para o sofrimento por que passa a mulher, qualquer que seja a classe social, no que diz respeito à prática do aborto.

Os relatos evidenciam a precariedade das condições a que estão sujeitas quando se decidem pelo aborto, que acarretam consequências físicas que necessitaram de atendimento médico posterior. (p. 150) (comentário relativo à “classe baixa”)

Na realização do aborto novamente se evidencia a relativa facilidade no acesso a clínicas e hospitais, sendo reafirmada a percepção de “hostilidade” no tratamento dispensado pelos médicos. (p. 134) (comentário relativo à “classe média”)

A relativa facilidade na realização do aborto é mais uma vez percebida nesses relatos, na medida em que ambas tiveram acesso à clínica e consultório “especializados” sendo enfatizado novamente a “frieza e distanciamento” no atendimento dispensado pelos médicos. (p. 162) (comentário relativo à “classe média”)

Dos relatos apresentados evidencia-se precariedade das condições a que estão sujeitas as mulheres da “classe baixa” quando se decidem pelo aborto. (p. 172)

A diferença mais radical se dá novamente em relação às condições em que o aborto é praticado. A precariedade das condições a que estão sujeitas quando se decidem pelo aborto se evidencia inclusive nas consequências físicas acarretadas que necessitam de atendimento médico posterior. (p. 173) (comentário relativo à “classe baixa”)

Como vimos, por meio da paráfrase em seus variados tipos, a autora procura construir um novo sentido para o termo aborto destacando dos depoimentos das mulheres determinados temas e preterindo outros. Os temas, a partir da interpretação de Giovanni, se repetem em todos os depoimentos, de uma forma ou de outra. Em seu estudo, Fagundes (1995:170) notou que “os diferentes efeitos de sentido resultam do emprego dos diferentes tipos de paráfrases, que por sua vez, fazem emergir outros sentidos que vão orientar argumentativamente o(s) discurso(s).” Giovanni, além da paráfrase, fez uso de outros recursos expressivos, já enfocados por nós. Nesse caso, o efeito de sentido emerge de um jogo que engloba tais recursos e orienta para um determinado tipo de argumento, tema que será trabalhado na sequência.

RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO

No Capítulo “Subjetividade e Argumentação” destacamos trabalhos em que a subjetividade, de uma forma ou de outra, está relacionada à Argumentação. Nos extremos, tanto pôde o autor daqueles trabalhos dar ênfase ao enfoque de uma Teoria da Argumentação como obscurecer este aspecto. De nossa parte, pretendemos nos servir de uma tal teoria na justa medida em que ela nos permita comprovar a hipótese básica levantada no início deste trabalho. Desse modo, nos dispensamos de apresentar a Retórica ou a Argumentação de uma maneira extensa; o leitor interessado certamente encontrará bibliografia detalhada a respeito. Em vez disso, nossa proposta é a de nos restringir à observação daquilo que estabeleça um ponto de encontro entre o trabalho com a linguagem efetuado por Giovanni - por meio da utilização dos recursos expressivos a que nos dedicamos a investigar nos capítulos precedentes - com sua atividade argumentativa.

A Retórica

Para Aristóteles⁸ a Retórica é uma arte distinta de todas as outras, cujo fim não é persuadir, mas ensinar o possível; é a “faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão.” Dentre as provas empregadas pela Retórica, Aristóteles valoriza as que são dependentes da arte, isto é, “as que podem ser fornecidas pelo método e por nossos próprios meios”, distinguindo três espécies (p. 33):

⁸ Aristóteles in *Arte Retórica e Arte Poética*

- as que “residem no caráter moral do orador”, que promovem a persuasão “quando o discurso procede de maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de confiança;
- as que residem “nas disposições que se criaram no ouvinte”, que promovem a persuasão nos ouvintes “quando o discurso os leva a sentir uma paixão”;
- as que residem “no próprio discurso, pelo que ele demonstra ou parece demonstrar”, que promovem a persuasão “sempre que demonstramos a verdade ou o que parece ser a verdade, de acordo com o que, sobre cada assunto, é suscetível de persuadir.”

Relativamente ao primeiro dos itens acima, o autor ainda vai dizer que para inspirar confiança aquele que fala deve mostrar-se sob certo aspecto, deve fazer crer que “se encontra em determinadas disposições a respeito dos ouvintes, e, além disso, encontre estes nas mesmas disposições a seu respeito”. E acrescenta:

4. É no caso das deliberações que parece ser mais útil ao orador mostrar-se sob uma luz favorável; nos processos, importam principalmente as boas disposições dos ouvintes, porque os fatos não se revelam através do mesmo prisma, consoante se ama ou se odeia, se está irado ou em inteira calma. Mais. Os mesmos fatos tomam aparência inteiramente diferente e revestem outra importância. Quando amamos aquele a quem julgamos, ou não o encontramos culpado ou o encontramos só medianamente culpado; quando se odeia, dá-se o contrário. Desejamos e esperamos alguma coisa? Se o que esperamos é agradável, temos a sensação de que ela vai chegar e de que é boa. Estamos privados de desejos e mal-humorados? Sucede exatamente o contrário. 5. A confiança que os oradores inspiram provém de três causas, sem contar as demonstrações; e são as únicas que obtêm a nossa confiança. Ei-las: a prudência, a virtude e a benevolência....” (p. 97)

Levando-se em conta o tema tratado e a afirmação de Aristóteles de que “As pessoas de bem inspiram confiança mais eficazmente e mais rapidamente em todos os assuntos, de um modo geral; mas nas questões em que não há possibilidade de obter certeza e que se prestam a dúvida, essa confiança reveste particular importância.”(p. 33), nos chama a atenção o modo como Giovanni insiste em tornar clara a natureza das relações entre entrevistador-entrevistada. O uso desse recurso parece ter por objetivo a produção de um determinado efeito de sentido sobre o auditório.

Quanto ao segundo item, Aristóteles diz que “as paixões são as causas que introduzem mudanças em nossos juízos, e que são seguidas de pena e de prazer; tais são a cólera, a compaixão, o temor e todas as outras emoções semelhantes, bem como seus contrários.” As considerações sobre algumas das paixões feitas pelo autor são detalhadas, por vezes

distinguem uma paixão de outra cuidadosamente e enfocam, relativamente a cada uma delas, três coisas. Sobre a cólera, por exemplo, o autor diz “estudaremos primeiro em que disposições somos incitados à cólera; em seguida, contra quem nos encolerizamos de ordinário; enfim, quais as causas que a provocam. Se uma ou duas destas noções nos escapam e se não as conhecemos todas, encontramos-nos na impossibilidade de suscitar a cólera no ânimo dos ouvintes.” (p.97-8) Com o fim de ensejar o estabelecimento de premissas úteis àquele que quer persuadir, Aristóteles usou de requinte na delimitação das paixões. Giovanni, como veremos adiante, em “Lugar da Pessoa”, se utiliza de recursos destinados a despertar certas paixões no auditório.

Aristóteles destaca ainda que as regras da Retórica não se aplicam a um gênero próprio e determinado. Embora cada gênero (o deliberativo, o judiciário e o demonstrativo) tenha finalidade diferente, relativamente a cada um deles “recolhemos as opiniões e as premissas próprias para fornecerem as provas, quer se delibere, quer se prove, quer se pleiteie em justiça”, e a cada um “determinamos os meios que devem ser utilizados para dar aos discursos um caráter em relação com os diversos costumes.” (p. 139). Independentemente do gênero, há necessidade de os oradores utilizarem em seus discursos, além dos lugares particulares, “os lugares-comuns relativos ao possível e ao impossível”, assim como as considerações “que dizem respeito à grandeza”, como a depreciação e a amplificação. No nosso trabalho, faremos uso da noção de lugar comum no sentido utilizado por Perelman.

Além desses aspectos da referida obra aristotélica, que permitem compreender certos elementos que se destacam no trabalho de Giovanni, como a insistente menção à natureza das relações entrevistador-entrevistada e o uso de argumentos do tipo *etos* e *patos*, há um outro que não mereceu grande atenção por parte do autor, mas que desejamos destacar. Aristóteles faz breves consideração sobre “o estilo próprio de cada gênero”, referindo-se aos gêneros deliberativo, epidítico e judiciário, mas é com Bakhtin que vislumbramos outros aspectos deste tópico. Em “Estética da Criação Verbal”, o autor escreve que

O estilo é indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais: tipo de estruturação e de conclusão de um todo, tipo de relação entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal (relação com o ouvinte, ou com o leitor, com o interlocutor, com o discurso do outro, etc.). O estilo entra como elemento na unidade de gênero de um enunciado. (Bakhtin, 1992: 284).

Considerando as classificações reconhecidas dos estilos lingüísticos como “surpreendentemente pobres”, Bakhtin (1992: 284-5) vai dizer que “Tal estado de coisas resulta de uma incompreensão da natureza dos gêneros dos estilos da língua e de uma ausência de classificação dos gêneros do discurso por esferas de atividade humana, assim como de uma ausência de diferenciação entre os gêneros primários e secundários.”

Como se vê, uma abordagem detalhada dessa relação existente entre estilo e gênero dos discursos, que se mostra mais complexa a partir da proposta de Bakhtin, exige outros estudos, que não terão lugar aqui. Nosso destaque ao tema se dá em virtude de sua relação com a questão da argumentação.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

A Argumentação

Para Aristóteles não havia qualquer hierarquia entre as duas maneiras de raciocinar - a demonstração analítica e a argumentação dialética. Segundo Coelho⁹, devido a necessidades históricas e à evolução do pensamento filosófico, marcado pelo cristianismo e pelo racionalismo essa equiparação se perdeu e “deu-se relevância aos métodos do conhecimento, o quanto possível rigoroso, da verdade, coisa que a dialética nunca foi.”. O próprio termo *dialética* ganhou outros sentidos (como para Hegel e Marx) e a “idéia de dialética como um saber necessário, sério, pertinente, sujeito a regras próprias e, portanto, controlável foi desprestigiada.”

É Perelman, em colaboração com Tyteca, que dá início à reabilitação da retórica com a publicação de *Tratado da Argumentação*, em 1958. Esse trabalho não se limita apenas a retomar o conceito de dialética da Antigüidade, mas, ao introduzir os conceitos de auditório interno (particular) e universal, amplia o conhecimento “desse processo de comunicação”.

Tendo por pano de fundo o raciocínio jurídico, o estudo de Perelman investiga a interferência dos juízos de valor na aplicação da norma pelo julgador. A “Nova Retórica” representa o resultado da pesquisa de uma “lógica dos julgamentos de valor” enraizada no pensamento aristotélico e representa uma significativa contribuição para a filosofia do direito do século XX. Como parte de um amplo movimento de ruptura que ocorre no seio da teoria do conhecimento jurídico, o trabalho de Perelman & Tyteca inspira o advento de um novo enfoque jusfilosófico. Não vamos mergulhar senão muito superficialmente em seus ensinamentos. Por ora, encerremos destacando as palavras de Coelho, que assim se refere ao estudo de Perelman e sua colaboradora:

A nova retórica enseja possibilidades inéditas para a teoria do conhecimento jurídico, uma vez que estabelece a ligação entre a aplicação de normas e o raciocínio dialético, em sua formulação aristotélica. Ora, o pressuposto de tal liame é a negação da existência de interpretações jurídicas “verdadeiras”. As premissas da argumentação não são evidentes mas resultam de um acordo entre quem argumenta e seu auditório: são as *opiniões* de que falava Aristóteles. O saber fundado em tais premissas pode ser verossímil, ou não, mas nunca será verdadeiro ou falso. Em

⁹ Fábio Ulhoa Coelho, prefaciador da primeira edição brasileira de “Tratado da Argumentação”

outros termos, não se ocupa o conhecimento jurídico de qual seria a decisão judicial ou administrativa verdadeiramente derivada de uma norma geral, com exclusão de todas as outras, as falsamente derivadas; ocupa-se, isto sim, dos meios de sustentar determinada decisão como sendo mais justa, eqüitativa, razoável, oportuna ou conforme o direito do que outras tantas decisões igualmente cabíveis.” (p. XVI)

A técnica argumentativa

A ocorrência de um discurso argumentativo pressupõe a existência de um auditório e o exame de uma matéria. A respeito do auditório já tecemos comentários no capítulo a ele dedicado. Neste, enfocaremos outras questões, como a técnica e o esquema usado para persuadir, tomando por base o trabalho de Perelman intitulado “Tratado da Argumentação. A Nova Retórica”

Frente a uma controvérsia, o orador faz uso das premissas que julga mais verossímeis para o caso em questão buscando os meios mais suscetíveis de provocar a adesão do auditório. Está envolvido na construção de um esquema argumentativo não somente o domínio das técnicas argumentativas, mas também o conhecimento da situação, do contexto em que se inserem orador e auditório. A tarefa a que nos propomos nesta seção é a de identificar o esquema utilizado pelo orador, o que envolve a atividade da interpretação, cercada, portanto, de algum risco. Perelman vai dizer, a esse respeito, que a identificação de um determinado esquema só pode ser interpretada como uma “hipótese mais ou menos provável” e que freqüentemente “percebemos simultaneamente mais de uma forma de conceber a estrutura de um argumento.” Em suas palavras:

“... nada impede de considerar um mesmo enunciado como suscetível de traduzir vários esquemas que atuariam simultaneamente sobre o espírito de diversas pessoas, até mesmo sobre um único ouvinte. É possível, ademais, que esses esquemas atuem sem ser claramente percebidos e que apenas um trabalho de explicitação, raramente efetuado, permita ao orador e, mormente, aos seus ouvintes ficarem conscientes dos esquemas intelectuais que utilizam ou a cuja ação estão sujeitos.” (pp. 211-2)

Assumindo esse risco, nosso trabalho consistirá, pela análise dos elementos de que dispomos, em procurar chegar à explicitação de um possível esquema argumentativo utilizado por Giovanni.

Conforme dissemos anteriormente, temos razões para supor que Giovanni se dirige a um auditório de caráter heterogêneo, tratando de um tema polêmico circunscrito a um determinado momento histórico. Nas palavras da autora:

Como meu objetivo é oferecer uma contribuição para a discussão da questão, enfatizando um aspecto que me parece ter sido negligenciado nos debates sobre o aborto, até

agora realizado, ou seja - o que representa o aborto para as mulheres que abortaram - refiro-me apenas à situação e ao contexto da questão no Brasil. (p. 14)

Nota-se que Giovanni, neste momento, não toma por ouvinte a instituição acadêmica; o fim que busca alcançar não é dissimulado: contribuir para a discussão de uma questão, polêmica, já em curso na sociedade. A pesquisadora opta por uma pesquisa qualitativa “realizando entrevistas abertas que visavam reconstituir a história de vida de mulheres que abortaram”, acreditando que “seria uma contribuição importante ao debate conhecer o que pensam sobre o aborto as mulheres que abortaram.” Determinados elementos constantes nestes trechos nos permitem levantar a hipótese - a ser verificada em seguida - de que Giovanni vai trabalhar basicamente com argumentos baseados no lugar da pessoa.

Os segmentos do discurso de Giovanni reproduzidos acima permitem identificar o tipo de dado que a autora selecionará, do conjunto dos enunciados das entrevistadas, para servir “de ponto de partida para a argumentação” e o papel que terão na consecução dos objetivos desta. O auditório desempenha, na escolha dos dados, papel fundamental. Perelman afirma que “Para cada auditório existe um conjunto de coisas admitidas que têm, todas, a possibilidade de influenciar-lhe as reações.” (p. 131). Relativamente ao fato de que vai tratar, o aborto, Giovanni seleciona um elemento, o que confere a ele uma *presença*, fator essencial da argumentação. Sua importância está em que “aquilo em que o olhar está centrado, o que é visto de um modo melhor ou com mais frequência é, apenas por isso, supervalorizado.” (p. 132). Um dos recursos largamente utilizado por Giovanni, o discurso relatado, ganha importância na produção do efeito de presença das mulheres.

Além da seleção dos dados, outro procedimento utilizado tendo em vista a argumentação é o modo como se interpretam os dados, o “significado que se escolheu atribuir-lhes”. A escolha de um significado, entre outros possíveis, seja ela consciente ou inconsciente, parece repousar sobre um acordo prévio.¹⁰ Perelman vai afirmar ainda que a interpretação pode não se limitar à escolha de uma significação para os dados, mas ser “também criação, invenção de significações” admitindo, entretanto, que

¹⁰ Sobre “O acordo” ver Perelman, op. cit. 2ª parte, Capítulo I

Por vezes, o esforço daqueles que argumentam não visa tanto impor uma determinada interpretação como mostrar a ambigüidade da situação e as diversas maneiras de compreendê-la. (p. 138)

De modo geral, pode-se dizer que os procedimentos utilizados nas paráfrases, como a substituição, a supressão, a repetição, a atividade de resumir para encontrar as semelhanças nos depoimentos das mulheres, etc., permitiram a Giovanni dar preferência a uma certa interpretação dos dados. Este fenômeno, o da interpretação, permeia de tal modo a atividade argumentativa que Perelman vai dizer que “a necessidade de interpretar se apresenta como a regra, e a eliminação de toda interpretação constitui uma situação excepcional e artificial” (p.143). O autor, ao falar dos problemas da interpretação, recorre a I. A Richards, que

propõe uma técnica de interpretação. Ela consiste em buscar um sentido próximo daquele que o orador atribuiria a suas próprias palavras se ele próprio pudesse observar seu discurso. O ouvinte encontra esse sentido ao buscar “o que lhe dá satisfação”, critério aplicável porque autor e ouvinte têm em comum tanto experiências como modos de reagir. A justa interpretação de uma expressão seria, portanto, a que o autor poderia aprovar, levando-se em conta o contexto.” (Perelman, 1996: 140)

Como vemos, novamente esbarramos no entendimento do que seja o fenômeno da interpretação, ou de como se dá esse fenômeno. Independentemente dessa dificuldade, para nós basta, neste momento, lembrar que os dois recursos mais utilizados por Giovanni - o discurso relatado e a paráfrase - se assentam sobre a atividade interpretativa. Certamente, nas Ciências Humanas, a interpretação é inevitável.

A seguir, investigaremos o trabalho de aproximação entre os termos “aborto” e “projeto de vida” relacionando-o ao esquema argumentativo posto em ação pela autora, que, como dissemos, vai trabalhar basicamente com argumentos baseados no lugar da pessoa. Vejamos como isso se dá.

O Lugar da pessoa

Como vimos na seção “Análise de dados”, Giovanni, utilizando o recurso da paráfrase, procura estabelecer relação entre aborto e projeto de vida. Conforme a Teoria da Argumentação, esquemas que “aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma solidariedade que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro” denominam-se processos de ligação. Estes, juntamente com os processos de dissociação, caracterizam os esquemas argumentativos (Perelman, p. 215). Fazem parte dos esquemas de ligação, os argumentos quase-lógicos e os argumentos baseados na estrutura do real. Destes, interessa-nos especificamente os últimos, já que se valem de “uma relação mais ou menos estreita existente entre os argumentos” para “estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que procura promover”. A solidariedade que Giovanni procura promover entre aborto e projeto de vida não é admitida de antemão pelo auditório. Pelo contrário, a legislação em vigor, o pensamento religioso preponderante na sociedade àquela época, as opiniões de juristas e médicos mencionadas pela autora, o debate que está em curso no momento da pesquisa reforçam a hipótese de que o trabalho de Giovanni procurará justamente tornar essas duas idéias solidárias, como forma de minimizar o aspecto negativo que pesa sobre o termo aborto, como veremos mais adiante. Ao falar em “estruturas do real”, Perelman não está tomando uma posição ontológica:

O que nos interessa aqui não é uma descrição objetiva do real, mas a maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes; podendo estas, aliás, ser tratadas, quer como fatos, quer como verdades, quer como presunções (p.298)

Parece possível afirmar, a partir do trecho abaixo em que Giovanni explicita sua proposta de trabalho, que o tipo de objeto de acordo (o “real”) recairá sobre aquilo que a teoria argumentativa chama de “presunção”¹¹:

¹¹ Sobre “As presunções”, ver Perelman (1996: 79 e segs.)

Na medida em que estava trabalhando com versões de uma experiência vivida me interessava justamente perceber como eram construídos esses relatos, uma vez que essa elaboração me fornecia as representações das mulheres sobre o aborto. Nesse sentido, minha preocupação não era com a veracidade dos fatos ocorridos, mas sim com as representações elaboradas a partir da vivência desses fatos. (Giovanni, p. 11)

Ou seja, a idéia é dar ao tema um enfoque diferenciado em relação ao resultado de pesquisas anteriores sobre o aborto. O trabalho de Giovanni não é estatístico - a própria autora justifica o pequeno número de entrevistadas - nem, tampouco, se preocupa com a “verdade” dos fatos, mas tem por objeto aquilo que ela “percebe” nos relatos das entrevistadas como “representações” das mulheres sobre o aborto. Toda a argumentação está fundamentada na presunção (vinculada ao normal) de que os relatos fornecem a representação que as mulheres têm sobre o aborto e que essa representação aponta para o entendimento de que a prática do aborto ante uma gravidez indesejada seja uma forma de a mulher preservar um projeto de vida.

Os argumentos são classificados por Perelman, segundo as estruturas do real às quais se aplicam, como *ligações de sucessão* ou *ligações de coexistência*, sendo que os limites entre elas não são tão rígidos, podendo ocorrer nuances ou mesmo “contaminação” de um tipo ao outro; além disso, a mesma realidade pode ser concebida segundo diferentes tipos de ligação. Nada garante que o orador e o auditório percebam tais ligações da mesma maneira. O conjunto de dados de que dispomos nos leva a examinar, especificamente, os argumentos que se aplicam às ligações de coexistência, que segundo Perelman (1996: 333):

unem duas realidades de nível desigual, sendo uma mais fundamental, mais explicativa do que a outra. O caráter mais estruturado de um dos termos é que distingue essa espécie de ligação, sendo a ordem temporal dos elementos inteiramente secundária... A ligação de coexistência fundamental, em filosofia, é a que relaciona uma essência com suas manifestações. Parece-nos, contudo, que o protótipo dessa construção teórica se encontra nas relações existentes entre uma pessoa e seus atos.

O uso da técnica argumentativa segundo a qual Giovanni estabelece uma relação de solidariedade entre “aborto” e “projeto de vida” constitui parte de um projeto mais amplo, o da construção da pessoa. Para Perelman, “a dissociação do ato e da pessoa sempre é apenas parcial e precária”, embora “as noções de responsabilidade, de mérito e de culpabilidade” sejam

relativas à pessoa e as de norma, de regra preocupem-se “acima de tudo com o ato”. “A moral e o direito julgam simultaneamente o ato e o agente: não poderiam contentar-se com levar em consideração apenas um desses dois elementos. Pelo próprio fato de que o julgam, a ele, o indivíduo, e não os seus atos, admitem que ele é solidário dos atos que cometeu.”(p. 336-7) Se é difícil dissociar o ato da pessoa - e Giovanni de um certo modo tenta fazê-lo - então é preciso que a construção da pessoa privilegie aspectos favoráveis do ato em relação à pessoa e da pessoa em relação ao ato praticado. Giovanni constrói uma concepção de pessoa em que o ato associado às mulheres está relacionado a um elemento cujo valor é “positivo” no imaginário do senso comum. “Projeto de vida” não pode ser entendido simplesmente como uma justificação do aborto. A expressão contém um termo chave para sua aceitação: “vida” se opõe à imagem negativa que o termo “aborto” suscita, o que torna a expressão um “epíteto”. Segundo Perelman, o epíteto “resulta da seleção visível de uma qualidade que se enfatiza e que deve completar nosso conhecimento do objeto. Esse epíteto é utilizado sem justificação, porque se presume que enuncia fatos incontestáveis; ...” (p. 143).

É das ligações de coexistência ainda que Giovanni se serve para estabelecer relação entre o ato e a essência. Ao destacar que as entrevistadas não somente assumem seu papel de mãe em algum momento de suas vidas - como as casadas e as desquitadas, que já têm filhos quando decidem abortar - como manifestam a intenção de tê-los no futuro - quando solteiras - a autora procura enfocar por trás desse argumento a valorização da essência de ser mulher: a aptidão em gerar, ser mãe. Mais do que uma característica biológica da mulher, o senso comum a vê como uma necessidade, pensamento expresso no enunciado de uma das entrevistadas, reproduzido por Giovanni: “... toda mulher deve ter um filho, porque diz que um filho é a saúde da mulher, quem não tem filho diz que é doente.” À autora, importa destacar também que nenhuma das mulheres pratica o aborto por recusar seu papel de mãe, um argumento que aumenta a solidariedade da mulher com o ato de ter filhos ao mesmo tempo em que a diminui com relação ao ato de abortar. Com esta técnica “de ruptura”¹², procura-se resguardar a mulher da influência do julgamento negativo que pesa sobre o ato praticado.

O aborto aparece, nesse quadro, como algo exterior, não próprio à mulher, algo que ela não deseja, mas é obrigada a fazer. De agente, a mulher passa a vítima de uma situação, de

¹² Sobre as “técnicas de ruptura” ver Perelman (1996: 353 e segs.)

uma circunstância; faz-se um levantamento das causas (externas à mulher) e consequências (desastrosas para a mulher) relativas ao ato. As entrevistadas aparecem como mães dedicadas, preocupadas com o bem estar dos filhos, sendo o aborto algo circunstancial, não desejado, mas necessário para preservar o “projeto de vida”. Além de destacar a característica essencial da mulher como um valor que ela intimamente quer preservar, importa minimizar ou neutralizar a responsabilidade da mulher sobre o ato praticado, atribuindo-o à ausência de “informações” e “recursos” para controlar a reprodução. Muitas ignoram até mesmo se o método que usaram é abortivo ou “preventivo”: “Para a Amanda ‘aborto é com sonda’ e os ‘chás’ e as injeções tomados por Nilza como abortivas são consideradas por ela como medidas anticoncepcionais.” A imagem que se constrói da mulher é a de alguém que sofre muito seja fisicamente, seja psiquicamente, com a prática clandestina do aborto, por vezes colocando a própria vida em risco.

Parece que o argumento implícito aqui é o de hierarquia dupla. De duas necessidades: ter um filho, o que é parte da essência de ser mulher, e preservar o projeto de vida, o mais desejável é aquele que se apresenta como a necessidade mais imediata. Perelman (p. 387) afirma que as ligações fundadas na estrutura do real servem bem para fundar o argumento de hierarquia dupla, o que ocorre com mais frequência sobre as ligações de coexistência. Também são objeto de argumentação por hierarquia dupla estes outros exemplos abaixo, que aparecem na seção “O Debate”. De caráter extremamente polêmico, por abrangerem questões religiosas, morais e filosóficas, aparecem protegidos por citações extraídas de manifesto das feministas e de trechos do trabalho “O aborto”:

Ao denunciar a “hipocrisia da ilegalidade” os grupos feministas reivindicavam a legalização do aborto tendo como premissa o “direito da mulher dispor do próprio corpo” (p. 39-40)

Ao analisar os pontos controvertidos que envolvem a legalização do aborto as autoras destacam o confronto de concepções morais divergentes. Os argumentos contrários se fundamentam no “direito à vida”, (...). Essa visão tende a favorecer a “vida do feto” (...) o que segundo as autoras “equivaleria a dar preferência a uma vida potencial em vez de uma vida concreta” (p. 42)

... segundo as autoras, “(...) Se os que defendem o direito do feto não necessitam de legislação para orientar suas consciências, também não podem impor seus valores às consciências dos que acreditam que não existe um ser humano nas primeiras semanas de gravidez, e que os direitos do feto não podem ser mais importantes que os direitos da mulher que o carrega no ventre.” (p. 43)

Ou seja, não de maneira implícita, o argumento de hierarquia dupla apresentado aqui é baseado nos “lugares da existência”, que “afirmam a superioridade do que existe, do que é atual, do que é real, sobre o possível, o eventual ou o impossível.” (Perelman, p. 106).

O quadro apresenta ainda um outro argumento, o de autoridade. Em (A), abaixo, primeiramente Giovanni contesta o ponto de vista de outros pesquisadores, depois recorre à autoridade das feministas:

(A) Para todas as mulheres entrevistadas o aborto aparecia como um último recurso diante de uma gravidez indesejada. Dado que sugere que ao invés de se propor “maior rigor na lei a fim de se evitar esse mal” como indica Falconi, ou então como pretende Milanesi “maior divulgação e exigência do cumprimento da ética médica” como uma das medidas a serem tomadas na “repressão de tão grave problema”, parece necessário como defendem os grupos feministas, maior acesso às informações e aos recursos disponíveis para controlar a reprodução. Se essa experiência foi percebida como difícil e dolorosa por todas as mulheres que entrevistei, isso se prendia em grande parte às condições em que o aborto era necessariamente praticado, o que sugere que além de melhor informação em geral à respeito dos métodos anticoncepcionais, o acesso à esse “último recurso” deveria ser respeitado e garantido que sua realização se desse em melhores condições. (grifos meus)

As opiniões dos pesquisadores são marcadas explicitamente como pertencentes a um outro enunciador, enquanto as das feministas são quase que incorporadas ao discurso de Giovanni, à exceção de “último recurso”, que vem entre aspas, substituindo “aborto”, provavelmente devido à elevada carga polêmica que tal opção conferiria à afirmação. Estamos frente a um outro uso das relações entre o ato e a pessoa, desta vez relativamente a Giovanni, ou seja, seu discurso visto enquanto “ato do orador”. Segundo Perelman, “o discurso, para muitos, é a manifestação por excelência da pessoa”, a interação entre orador e discurso desempenhando, aqui, um papel muito importante na argumentação. Nas palavras de Perelman:

Não esqueçamos que, de fato, a pessoa é o contexto mais precioso para a apreciação do sentido e do alcance de uma afirmação, mormente quando não se trata de enunciados integrados num sistema relativamente rígido, para os quais o lugar ocupado e o papel desempenhado no sistema fornecem critérios suficientes de interpretação.

Mesmo as palavras alheias, reproduzidas pelo orador, mudam de significação, pois quem as repete sempre toma para com elas uma posição, de certa maneira nova, ainda que seja pelo grau de importância que lhes concede. Isso é verdade quanto a enunciados que figuram nos argumentos de autoridade... (p.361)

Em (A) acima, o uso das aspas marca a ruptura entre os dois discursos - orador e adversário (Giovanni / Falconi-Milanesi), enquanto que o resultado da pesquisa, provavelmente por coincidir com posições defendidas pelo grupo das feministas, aparece integrado ao discurso de Giovanni. A diferença na forma como se expressa a heterogeneidade em relação aos dois grupos pode indicar a medida da incompatibilidade entre as opiniões dos locutores Giovanni-demais pesquisadores e da compatibilidade entre Giovanni-feministas. Apesar da aparente coincidência de opiniões entre autora-feministas a substituição de “aborto” por “último recurso” se constitui numa estratégia que permite diminuir o grau de interação entre o orador e seu discurso, o que é desejável à preservação da imagem do orador perante o auditório. É com as palavras de Perelman a respeito que encerramos esta seção:

Se o indivíduo *a* defende as opiniões do grupo B, ele poderá ser integrado, por terceiros, nesse grupo. Desde então seus argumentos, seus juízos, serão interpretados como sendo os de um membro do grupo B, e não de um observador estranho. Daí, às vezes, o interesse, para a argumentação, de manter distância entre o indivíduo e certos grupos por ele favorecidos. (p. 370)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

CONCLUSÃO

Neste momento, o da conclusão, relembra-se toda a trajetória da pesquisa, desde a elaboração do projeto, passando pela primeira coleta de dados e chegando à análise dos mesmos. Paralelamente à impressão de que alguma coisa escapou à observação, que há, em algum lugar, um vazio denunciando um olhar pouco atento, há a satisfação dos momentos de descoberta, em que as hipóteses se confirmaram e daqueles em que se percebeu a necessidade de ir mais longe na pesquisa. O instante mais profícuo desta retomada a título de conclusão é, sem dúvida, aquele em que nos damos conta de que o trabalho avançou em alguma direção, embora tenha deixado perguntas sem respostas, o que incentiva a continuidade do trabalho. É com tal disposição que encerro essa etapa da pesquisa.

De modo geral, o que se segue pode ser visto como uma conclusão provisória para alguns aspectos que foram se apresentando no decorrer de nosso trabalho ao mesmo tempo em que mencionamos outros sobre os quais não nos debruçamos por várias razões. Primeiramente, porque foram surgindo como decorrência do enfoque de determinados aspectos que, estes sim, estavam previstos no plano de pesquisa, levando-se em conta o quadro epistemológico. Em segundo lugar, tais aspectos são merecedores de estudos mais aprofundados, requerem a observância de outros conceitos teóricos e o estudo de obras de outros autores. Assim, para o momento, nos limitaremos apenas a apresentá-los. Eles servirão para mostrar a fronteira que separa aquilo que consideramos efetivamente ter conseguido alcançar como resultado de nosso trabalho daqueles pontos de interrogação que este mesmo trabalho logrou instituir. Eles representam a possibilidade de um mergulho mais profundo em certas questões e desempenham um papel importante no incentivo à continuidade de uma pesquisa cujo enfoque recaia sobre o discurso das chamadas Ciências Humanas. Os resultados alcançados e aquilo que não ficou respondido são partes igualmente importantes do processo de pesquisa, razão pela qual os colocamos lado a lado nessa conclusão.

É conveniente lembrar que nosso propósito era investigar a subjetividade no discurso a partir da concepção de discurso defendida por Possenti aliada à teoria da argumentação, uma

vez que os dados indicavam para essa direção como uma possibilidade de análise. O próprio Possenti já havia utilizado a idéia de que o estilo é trabalho do sujeito, na abordagem de fenômenos como a heterogeneidade. O autor investiga tais fenômenos em textos curtos, como piadas, chistes, provérbios. Utilizamos essa mesma abordagem para um corpus diferente.

Embora tenhamos selecionado dados de um campo do saber fortemente suscetível de apresentar características que autorizariam pensar - e cair na armadilha de ver somente este aspecto - no seu conteúdo político-ideológico, conseguimos, com relativo sucesso, desviar o olhar para o trabalho do sujeito, sem abrir mão de nossa proposta inicial de não conflitar com outras teorias do discurso. Inicialmente não pensávamos na possibilidade de ter de encarar conceitos relativos à teoria que defende o total assujeitamento, mas o aparecimento insistente da idéia da “*Formação Discursiva*” nos obrigou a levá-la em consideração, sem prejuízo de uma das idéias-chaves, a atividade do sujeito.

Uma outra idéia, fundamental para nossa hipótese, era a de que tal atividade tivesse finalidade argumentativa. Isso foi facilmente confirmado. Na análise dos dados constatou-se que o sujeito, fazendo uso de determinados recursos estilísticos, objetivava provocar efeitos de sentido visando alcançar certos fins junto ao auditório. Recordemos, em detalhes, como se dá a comprovação das hipóteses.

Partindo da concepção de discurso, segundo a qual o sujeito “trabalha” com a linguagem, isto é, que ele faz uso de certos recursos expressivos e visa provocar determinados efeitos de sentido, e assumindo a outra idéia-chave própria desta concepção, a de que embora se possa detectar a presença de “um outro” no discurso, nessa “atividade” o sujeito se “mostra”, isto é, na criação de um estilo próprio, pode-se detectar marcas indicativas do trabalho do sujeito no discurso, verificamos que naquele corpus que nos propusemos a investigar se podia identificar marcas de atividade do sujeito e que, por meio dos recursos estilísticos, o sujeito visava provocar certos efeitos de sentido. A respeito dessas marcas, é importante destacar alguns aspectos que se mostraram relevantes no decorrer da análise dos dados.

Primeiramente, é preciso lembrar um detalhe de grande importância para a concepção de discurso assumida: a de que aquelas marcas que num tipo de discurso apontam para a presença de subjetividade, num outro tipo de discurso não significam necessariamente o mesmo, o que autoriza a pensar na possibilidade da existência de uma relação entre o gênero

de discurso e a manifestação mais ou menos explícita da subjetividade. Vejamos como tais marcas foram percebidas no discurso que nos serviu de base de análise. Notamos que aquelas marcas mais comumente interpretadas como manifestação de subjetividade, como a presença do *eu*, *minha*, etc., não poderiam ser consideradas reveladoras da presença do sujeito, não num discurso do tipo que enfocávamos, próprio ao campo das Ciências Humanas. Isto porque um discurso próprio a esse campo apresenta características estilísticas que o diferenciam de discursos produzidos pelas chamadas Ciências Exatas. Assim, foi preciso descartar as falsas marcas de expressão de subjetividade, separando-as daquelas que pudessem de fato marcar a presença do sujeito para o tipo de texto que analisávamos. Como decidir o que deveria ser descartado? Partindo da observação de características estilísticas que se supõe comuns ao campo em questão. Por exemplo, na seguinte afirmação da autora: “Para atingir esse objetivo optei por fazer uma pesquisa qualitativa...” (p. 1), a marca de primeira pessoa manifestada no verbo e o aparente efeito de subjetividade provocado pelo próprio verbo poderiam levar a considerar a expressão como marcadamente subjetiva, mas a obviedade se desvanece primeiramente pelo fato de que, neste campo, pesquisas qualitativas são praticamente a regra, o que elimina o efeito de subjetividade. Em segundo lugar, a ocultação da primeira pessoa em uma forma mais “neutra” como “A opção foi...”, ou “Optou-se por...” poderia ser mais indicativa de subjetividade do que a que foi efetivamente usada, se se quiser acreditar que justamente onde ela procura se ocultar é que ela mais se mostra. Desse modo, descartamos tais indícios e optamos por voltar nossa atenção para as marcas de heterogeneidade como indicativas não só da presença do “outro” como também do sujeito no discurso, como preconiza Possenti.

Fortemente presentes no texto de Giovanni, certos fenômenos relativos à heterogeneidade, como o discurso relatado e, por extensão, os verbos dicendi, e as paráfrases nos permitiram, pela análise, chegar à comprovação da hipótese de que também neste tipo de discurso (o das Ciências Humanas) se pode perceber a atividade do sujeito. Possenti (1995:48) analisando pequenos textos afirma que, neles, “a ação do sujeito pode ser detectada” e que “o que é mais relevante, me parece, é que ela é impossível de ser disfarçada. É como se se tratasse de casos de subjetividade mostrada.” Relatando que o mesmo pôde ser considerado a propósito dos chistes em outro trabalho seu (1994), vai dizer que “Certamente, há outros tipos de dados em que a ação do sujeito pode ser detectada”. Apesar de termos nos restringido à

análise de um único caso de discurso pertencente ao campo das Ciências Humanas, a investigação se deu com relativa profundidade, permitindo levantar a hipótese, a ser verificada, de que existe uma relação entre o gênero de discurso e o estilo.

Nossa proposta de trabalho incluía, ainda, a verificação da hipótese de que a subjetividade estaria vinculada a uma atividade argumentativa. A esse respeito, podemos dizer que atingimos nossos propósitos, uma vez que fazendo uso de uma Teoria da Argumentação pudemos reconhecer, no texto de Giovanni, a aplicação de procedimentos tipicamente argumentativos. Destacam-se, entre eles, além da presença inequívoca do auditório, o emprego de argumentos destinados a persuadir, como os vinculados a valores, a lugares e a hierarquias. Com relação a isso, poder-se-ia perguntar sobre a relação entre o gênero do discurso e a atividade argumentativa do sujeito. Osakabe, como vimos, faz um estudo do discurso político, enfocando tanto o discurso político teórico quanto o discurso político militante e constrói a hipótese de que ambas as variantes não se distinguiriam “no que diz respeito à sua submissão a um manuseio interessado do locutor.” (Osakabe, 1979: 123-4). Na conclusão, o autor afirma a “necessidade e a possibilidade de recuperação, para a Linguística, da contribuição da Retórica, tal como a conceberam Aristóteles e Perelman.” na perspectiva “segundo a qual o discurso não é uma somatória livre de frases, mas um todo, semanticamente organizável, ao nível da ação que o caracteriza e dos efeitos que provoca.” (pp. 191-2).

O texto de Giovanni é persuasivo. Para Aristóteles, “Usamos os discursos persuasivos para provocar um juízo; pois não há necessidade de discursos para os pontos que conhecemos e sobre os quais já temos um juízo formado.” (p. 139). Ou seja, acompanhando Osakabe em seu desejo de retomada do estudo da Retórica como mais um recurso possível de entendimento dos fenômenos discursivos, e refletindo sobre a afirmação de Aristóteles acima, acreditamos ser pertinente nosso questionamento e tentativa de resposta por meio dessa investigação, que, como vimos, não esgota a abrangência do tema.

SUMMARY

The Anthropology Essay entitled “Projetos de vida - Um estudo das representações femininas do aborto”, written by Rosangela Di Giovanni, has been taken as support to produce the *corpus* for this work, which has as objective the study of the subjectivity in the speech of the Human Sciences, starting from subject’s notion of defended by Possenti. Inside of this theoretical focus, the subject of the speech doesn’t appear as totally subjection. The presence of the activity of a subject is noticed thoroughly, among other examples, in the work of the subject with resources as paraphrases and with told speeches. The phenomenon associated to the discursive heterogeneity appear, in that focus, as shown subjectivity (Possenti). The subject’s activity, clearly present in Giovanni’s text, was related to another notion of the same relevance - the argument notion, in that stands out the importance of the auditorium.

Key-words: Discourse Analysis; subjectivity.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES Arte Retórica e Arte Poética, trad. de Antônio P de Carvalho, Edit. Tecnoprint S/A
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s) in Cadernos de estudos lingüísticos 19. Unicamp, Campinas, 1990, pp. 25-42
- AUSTIN, J. L. How to Do Things with Words, Oxford: Clarendon Press, 1961.
- BAKHTIN, M./VOLOSHINOV, V.N. (1929). Marxismo e filosofia da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, São Paulo, Hucitec. 1995.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso in Estética da criação verbal, Martins Fontes
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação in Problemas de Lingüística Geral II, trad. Eduardo Guimarães... [et al.], Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BRANDÃO, Helena H.N. Subjetividade, Argumentação e Polifonia, Edit. Unesp, 1998.
- _____. Helena H.N. (1991) Introdução à Análise do Discurso, 7ª ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- BRUNELLI, Anna F. “Tenha sucesso no nosso negócio, fique rico e seja feliz”: análise do discurso de uma empresa de vendas em rede. Dissertação de Mestrado, IEL, Unicamp, 1996.
- CERTEAU, M. de (1990) A invenção do cotidiano: as artes de fazer. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.
- CÂMARA, JR. J. MATOSO, O discurso indireto livre em Machado de Assis in Ensaio Machadianos. Língua e Estilo. Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1962.
- CORACINI, Maria José R.Faria, Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência, Campinas, SP: Pontes, 1991.
- DUCROT, Oswald, Argumentação e “Topói” Argumentativos, in: GUIMARÃES, E.(Org.) História e sentido na linguagem. Trad. E. Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- ECO, Umberto. (1992). Interpretação e Superinterpretação, São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- FAGUNDES, Valda de Oliveira. A espada de Dâmocles da Justiça: o discurso no júri. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, IEL, 1995.

- FONSECA, M. A - Michel Foucault e a constituição do sujeito. Educ, São Paulo, 1995.
- FOUCAULT, M. "O que é um autor?" in; O que é um autor?/s.l./Passagens, Portugal, pp. 29-87.
- _____ Michel - A ordem do discurso (1971) São Paulo, Edições Loyola, Coleção Leituras Filosóficas, 2ª ed., 1996. (Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio)
- _____ Michel - A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1986.
- _____ Michel. (1985) História da sexualidade 3. O cuidado de si. Trad. de Maria Thereza C Albuquerque, Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FRANCHI, Carlos. (1977) "Linguagem - atividade constitutiva" in Cadernos de estudos lingüísticos 22. Unicamp, Campinas, 1992, pp. 9-39.
- FUCHS, Catherine. (1983) A paráfrase lingüística. - Equivalência, sinonímia ou reformulação?. Trad. de João Wanderley Geraldi in Cadernos de Estudos Lingüísticos 8, 1985, pp. 129-134. Campinas, IEL/UNICAMP.
- GADET, F e HAK, T (Orgs.) Por uma análise automática do discurso. Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- GARCIA, Othon M. (1967) Comunicação em prosa moderna, primeira parte, cap. III e IV. Edit. da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro - RJ, 1977.
- GERALDI, J. W. Linguagem e Ensino: exercícios de militância e divulgação. Campinas, SP: Mercado de Letras - ALB, 1996.
- _____ J. W. Linguagem e trabalho lingüístico in Portos de Passagem, Martins Fontes, 1991.
- GRANGER, G. - Discutir ou Convencer: uma abordagem a um estudo pragmático das linguagens da ciência, in Cadernos de Estudos Lingüísticos, nº 11, 2º sem., 1986.
- _____ G. (1968). Filosofia do Estilo. São Paulo, Editora Perspectiva-Editora da Universidade de S. Paulo, 1974.
- LEECH, Geoffrey (?) Semantics. A Pelican Original published by Penguin Books.
- LEITE, Nina V. de Araújo. Ato e Dizer in Cadernos de Estudos Lingüísticos 30, 1996, pp. 85-92. Campinas, IEL/UNICAMP.
- LEVINSON, Stephen C. Pragmatics. Cambridge University Press, 1983.
- LÖWY, Michael. As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen, Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento, São Paulo: Edit. Cortez, 1994.

- MAINGUENEAU, Dominique. Novas Tendências em Análise do Discurso. Trad. de Freda Indursky, Campinas, Pontes. Editora da Unicamp, 1989.
- _____. Dominique. Os Termos-Chave da Análise do Discurso. Trad. Maria Adelaide P.P. Coelho da Silva, Coleção MEMO, Gradiva, Lisboa, 1997.
- MORENO, Arley R.. Por uma pragmática filosófica em Cadernos de Estudos Lingüísticos 30, 1996, pp. 9-20. Campinas, IEL/UNICAMP.
- OSAKABE, Haquira. Argumentação e discurso político. São Paulo-SP, Kairós Livraria e Editora Ltda., 1979.
- PÊCHEUX, M e FUCHS, C. (1975) “A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas” in Gadet, F e Hak, T. (orgs) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora da Unicamp. 1990, pp 163-252.
- PÊCHEUX, MICHEL. Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- PERELMAN, Chaim. O Império Retórico - Retórica e Argumentação. Porto, Edições ASA. 1993.
- _____. Chaim. Retóricas. São Paulo, Martins Fontes. 1977.
- _____. Chaim. Tratado da Argumentação. A Nova Retórica, trad. Maria E.G.G. Pereira, São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- POSSENTI, Sírio. (1988). Discurso, estilo e subjetividade, São Paulo-SP: Martins Fontes, 1993.
- _____. Sírio. (1995) “O ‘eu’ no discurso do ‘outro’, ou a subjetividade mostrada” in ALFA. São Paulo, Editora da Unesp. P. 45-55.
- _____. Sírio. (1996) “O sujeito fora do arquivo”, em Magalhães, I. (org.) As múltiplas faces da linguagem, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- _____. Sírio. Pragmática na Análise do Discurso, em Cadernos de Estudos Lingüísticos 30, 1996, pp. 71-84. Campinas, IEL/UNICAMP.
- _____. Sírio. Notas sobre linguagem científica e linguagem comum. IEL - UNICAMP, mimeo.
- _____. Sírio. Notas sobre condições de Possibilidade da subjetividade, especialmente na linguagem. IEL - UNICAMP, mimeo.

- RAJAGOPALAN, K. O Austin do qual a lingüística não tomou conhecimento e a lingüística com a qual Austin sonhou Cadernos de Estudos Lingüísticos 30, 1996, pp. 105-116. Campinas, IEL/UNICAMP.
- REBOUL, Olivier (1991) Introdução à Retórica, trad. Ivone C. Benedetti, São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- ROCHA, R. A enunciação dos provérbios. S.Paulo, Annablume-USP-CAPES
- ROMUALDO, Jonas de Araújo. Entrevistador-Entrevistado. Relações assimétricas no Discurso in Revista Comunicarte, ano VI, nº 11/12, pp. 58-68, Campinas, SP, 1988.
- _____. Jonas de Araújo. Retórica e Argumentação in Revista da FAEEBA/Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Ano 8, Número 11, jan./jun., 1999, pp. 163-168.
- SEARLE, John R. Os actos de fala - Um Ensaio de Filosofia da Linguagem, Coordenação de trad. Carlos Vogt, Livraria Almedina, Coimbra, Portugal, 1981.
- SERRANI, Silvana M. A linguagem na Pesquisa Sociocultural - Um estudo da repetição na Discursividade. Campinas, São Paulo; Editora da Unicamp, 1993.
- ZAMBONI, Lilian M.S. Heterogeneidade e subjetividade no discurso de divulgação científica. Tese de Doutorado em Lingüística. IEL - UNICAMP. Campinas, 1997.

ANEXO

As “personagens”

“Ao solicitar ajuda às pessoas indicadoras frisava que a identidade das mulheres entrevistadas seria preservada através da troca dos nomes verdadeiros por outros escolhidos por elas mesmas.” (p. 3) (grifo nosso)

O “estilo” narrativo

“... os dados obtidos seriam retirados dos depoimentos e agrupados em torno do que poderia ser chamado de ‘fases’ que compõem o processo referente à prática do aborto.

A constatação de que esse procedimento, ao isolar as informações do contexto biográfico das entrevistadas resultava em fragmentos de vivências que não continha a riqueza dos relatos, ocasionou alteração na forma como estavam sendo organizados os dados.

Para não fragmentar os depoimentos optei por preservar algumas histórias por inteiro e a partir da sua narrativa introduzir as outras histórias de modo a ressaltar as semelhanças e os contrastes das experiências vividas, ...” (p. 13)

“Para não fragmentar os projetos de vida explicitados nos depoimentos, decidi preservar por inteiro algumas histórias de vida e a partir das suas narrativas introduzir trechos das outras histórias, de modo a ressaltar as diferenças e semelhanças das experiências vividas, sem perder de vista o contexto no qual estavam inseridas.

Os critérios adotados na escolha das histórias de vida a serem tomadas como fio condutor, a partir do qual seriam narradas as outras histórias, foram a origem social e o estado civil das entrevistadas, por terem sido fatores que se evidenciavam como significativos na particularização da vivência do aborto.” (p. 49) (grifos nossos)

As “histórias” das mulheres

Rose, solteira classe média

Rose tem 27 anos, cursou administração de empresas, é morena, alta e se define como um “um tipo comum de mulher sem grandes atrativos, mas também sem grandes defeitos”.

(...) Atualmente vivendo com a família, alimenta o sonho do “apartamento próprio” percebido como forma de investimento e sobretudo como a possibilidade de dispor de um “espaço só seu” para receber pessoas “sem horário de chegada e saída”. Sua família só tem conhecimento do seu sonho atual enquanto forma de investimento financeiro; o “desejo de viver só” ainda não foi colocado em virtude dos “intensos conflitos” que sua opção acarretaria. Disposta a enfrentá-los, Rose prefere aguardar a compra do apartamento, para então revelar a parte escondida do seu sonho. “Por enquanto é segredo”.

(...) Suas primeiras relações sexuais foram vividas com o primeiro namorado aos 20 anos, quando após dois anos de namoro resolveram que “estavam preparados para um relacionamento mais adulto e mais aberto”.

(...) Ao se referir às primeiras relações sexuais considera que no início “foi um pouco difícil” por se achar “carinhosa, mas muito tímida sexualmente”, e por admitir ter sentido “um pouco de sentimento de culpa” em viver uma experiência “escondida da família e até mesmo das amigas”. Apesar de supor que suas amigas vivessem experiências de relacionamento semelhantes, Rose revela que essas vivências não eram partilhadas, ressaltando que “não se falava muito sobre isso”. Suas conversas sobre sexualidade eram então restritas ao namorado, definido como “pessoa carinhosa e sensível” e a quem Rose atribui o fato de ir se “desinibindo e se envolvendo mais fisicamente na relação” vindo a conseguir com o tempo vivenciar as relações sexuais de “forma prazerosa e satisfatória”. (p. 51-2)

Amanda, solteira, classe baixa

Amanda, 28 anos, é empregada doméstica, e se define como uma “mulata bonita, apesar de toda essa vida dura”. Tem dois filhos: uma menina de 7 anos que não é criada por ela, “a menina fica com uma prima minha porque ela é doente, ficou parálitica desde pequena, e eu não posso criar no quarto apertado que eu moro, também não posso dar tudo que ela precisa e a minha prima pode mais que eu e ajuda muito a menina. Ela está lá desde pequenininha”; e um menino de 8 meses “que estou podendo criar sozinha e olha que eu trabalho feito louca para criar esse menino. Tomo seis ônibus por dia pra levar ele pra creche pra ir pro trabalho e quando volto pra casa às 7 horas da noite ainda lavo fralda. Não é fácil, mas eu tô podendo criar sozinha”.

Apesar das dificuldades apontadas na criação dos filhos Amanda revela não ser “tão duro criar um filho quando a gente quer o filho, mas quando não quer, ter que criar um filho deve ser uma tristeza”, ressaltando ainda que “toda mulher deve ter um filho, porque diz que um filho é a saúde da mulher, quem não tem filho diz que é doente”.

(...) Foi na igreja de Barão Geraldo que Amanda conheceu o “primeiro homem” de sua vida, que viria mais tarde a ser o pai de sua filha. Amanda se refere a ele como sendo o “grande amor da sua vida, desses que a gente não esquece nunca”. Suas primeiras relações sexuais foram vividas sem receio “no começo eu não tinha medo de perder a virgindade. Essas coisas eu não tinha não. Eu acho que desde que a gente gosta... Ele era português e diz que português gosta de mulata né? Olha foi pra valer. Porque tudo que ele sabe de mulher fui eu que ensinei. E olha que ele sabe muito, porque na cama ele era uma negação. Olha que ele tinha um pouco de vergonha e eu não tinha vergonha nenhuma. Porque quando a gente gosta

não tem que ter vergonha de nada. Eu acho que vale tudo. E eu gostava tanto dele, como eu gostava. Ele também gostava de mim, não trocava eu com ninguém”.

O período de cinco anos, duração dessa relação, é definido por Amanda como sendo “anos de muita felicidade”, porém o casamento, desejo de Amanda, não se concretizou. “Ele nunca falou em casar, e olha que ele quase morria por mim, tinha um ciúme, mas não falava em casamento. Só falava em fugir. Mas fugir eu não queria”. A oposição por parte da família dele é um fator considerado por Amanda como decisivo para a não realização do seu casamento. “A família dele não gostava de mim por causa de eu ser de cor”. Oposição à qual Amanda reagia “quebrando o pau com a mãe dele muitas vezes. Não deixava por menos. Isso não.” (p. 86-7)

Célia, casada, classe média

Célia, 29 anos, é casada com um empresário “bem sucedido”, tem duas filhas e pretende trabalhar como decoradora. É morena, alta e no momento não se considera bonita. “Eu era uma mulher muito bonita, meu corpo era muito bem feito e eu me sentia muito segura nesse sentido. Depois eu engordei demais e não me sinto bem assim, não gosto da minha aparência e gostaria de voltar a ser a mulher bonita de sempre”.

A imagem atual que Célia tem de si mesma contrasta com o “orgulho” sentido ao perceber seu corpo de menina se transformando em corpo de mulher. “Eu fiquei encantada. Era verão, eu tinha quinze anos e no verão as mudanças do corpo aparecem muito mais e, naquele ano, de repente, eu percebi que meu corpo não era mais de menina, era um corpo de mulher e era um corpo realmente bonito”. As mudanças percebidas eram reforçadas pelos “olhares masculinos” que passou a “despertar” e pelas “recomendações” da mãe que “passou a falar na necessidade de se ter cuidados, de não se vulgarizar e de se exigir respeito”.

(...) Foi com o primeiro “namorado de verdade” que Célia se casou aos 19 anos, de véu e grinalda, na igreja e no civil. “Foi tudo como manda o figurino. O namoro, o noivado, a cerimônia de casamento e a lua de mel. Tudo muito romântico e muito bonito”.

(...) Os primeiros anos de casamento são considerados importantes na medida em que significavam “poder viver o que não foi vivido no namoro”. A partir da “permissão” dada pelo casamento “o que começou com muito recato foi perdendo os limites”. Para ilustrar os limites se diluindo, o recato se dissipando, Célia utiliza como referência as camisolas por ela usadas. “A camisola de noite de núpcias era branca e enfeitada com rendas, toda angelical. Com o tempo eu fui comprando camisolas decotadas, transparentes, até chegar a usar uma camisola preta lindíssima”. O relacionamento “físico” que passou a viver é enfatizado. “Nós evoluímos muito fisicamente, eu me entregava a todas as emoções, agora sem mais pudor e fui descobrindo o verdadeiro prazer de ser mulher”. (p. 100-102)

Lígia, casada, classe baixa

Lígia, 37 anos, empregada doméstica, tem quatro filhos e é casada com um garçon. Apesar de ter “sofrido muito” se considera uma mulher bonita. “A vida não me estragou. Eu sempre tive esse corpo, sempre fui gorda e bonita. Pelo menos eu penso assim e prova disso é que eu sou muito paquerada. Até hoje isso acontece”.

As “paqueras” tiveram início na vida de Lígia aos 15 anos. Em seguida vieram os namoros. “Eu tive muitos namorados. Bastante mesmo. Eu gostava de namorar”. Os

namorados eram “escondidos” da família porque seus pais eram muito “rígidos” e não permitiam “namoro que não fosse pra casar”. Os conselhos das irmãs mais velhas a respeito de como devia se comportar com os namorados, “coisas do tipo só pegar na mão”, não eram levados em conta. Lígia não era uma moça “tímida, nem envergonhada” e namorava “pra valer”. Porém, “tomava cuidado” porque “se acontecesse alguma coisa todo mundo começava a falar mal”.

Aos 17 anos, já trabalhando como empregada doméstica, Lígia conheceu quem viria a ser seu marido. Após alguns meses o namoro começou a “ficar muito chegado”, até que “resolveu ter relação mesmo”. Em seguida engravidou, fato não revelado à família que “morreria de desgosto”, porque “de imediato se casou”. Foi um casamento “muito simples”.

Os primeiros anos da vida de casada são considerados bons no que diz respeito à sua relação com o marido. “A gente se dava bem, se respeitava, porque se gostava muito”. O relacionamento físico é enfatizado na medida em que lhe proporcionava muita satisfação “meu marido sempre foi um homem muito carinhoso. Sabia como tratar uma mulher. A gente tinha relação de todo tipo e eu me satisfazia mesmo”. Porém, são anos marcados por dificuldades de ordem financeira. (p. 135-6)

Clara, desquitada, classe média

Clara, 23 anos, estudante de comunicações, foi casada durante dois anos e não tem filhos. Se considera uma mulher que “transa sua beleza de forma natural, sem grandes preocupações artificiais com o visual”.

(...) Em termos afetivos não pretende, “por um bom tempo”, viver nenhuma relação que implique em compromisso de “qualquer tipo”. Sua proposta atual consiste em “transar pelo simples prazer de transar”. Embora considera que viver assim não é “uma coisa muito fácil de assumir”. Isto porque “eu sempre preciso fantasiar um pouco, romancear um pouco. Fica difícil assumir que eu transei simplesmente porque gostei da estampa do cara. Eu tenho transado muito desse jeito. Mas já me peguei fantasiando em cima procurando motivos que não fosse só o prazer. Mesmo assim eu estou muito a fim de transar essa”.

Se, atualmente, Clara se propõe a “encarar as transas que pintarem” houve um tempo em que “transar era muito difícil” porque se considerava “reprimida demais”. Os namoros anteriores ao casamento foram vividos sem que houvesse “muita intensidade física” porque Clara atribuía um “valor incrível à virgindade” e sentia um “medo enorme de transar e depois se sentir rejeitada pelo cara”. Para ilustrar seu receio faz referência a um namoro que durou três anos sem que tivesse “acontecido nada”, porque o “medo de perder a virgindade era muito forte”.

As primeiras relações sexuais foram vividas a partir do casamento. “Foi tudo muito rápido. Ele chegou e de cara me perguntou se eu não era a fim de transar com ele. Eu sentia atração e tal, mas achava que devia me preservar porque além do medo eu queria ser marcante de alguma forma. Dois meses depois ele propôs casar. Ele não era muito a fim de casar, mas como ele gostava de mim e viu que não tinha outra saída, resolveu casar”.

O casamento trouxe a Clara a “segurança do afeto” o que possibilita viver de forma tranqüila as relações sexuais. “Ele foi muito carinhoso e ao mesmo tempo não me menosprezou, porque de repente como era a minha primeira vez a pessoa pode te colocar numa posição inferior. E isso não pintou. Eu gostava muito de transa, do carinho, do contato.

A gente transava bastante e parecia que a cada dia as coisas melhoravam. Eu me sentia a todo vapor, me soltando mesmo. E foi assim durante um bom tempo”.

Embora sem saber precisar os motivos, porque “é tudo muito complicado” dois anos após ter se casado, Clara sentia seu relacionamento com o marido “esfriando”.... (p. 151-2)

Matilde, desquitada, classe baixa

Matilde, 44 anos, vendedora, tem duas filhas e se considera uma mulher “conservada” para sua idade. “Eu sou muito vaidosa, gosto de me arrumar e procuro cuidar da minha aparência.

(...) Desquitada há quatorze anos, Matilde apesar de ter “vários casos”, não pretende vir a se casar novamente. “Eu quero ter amizade para sair, beber, dançar, me divertir, ter os meus casos, mas não quero saber de nenhum compromisso sério. Meu casamento não foi bom e eu nunca quis me aventurar de novo. Propostas até que eu tive, mas eu sempre recusei”.

As lembranças do casamento são marcadas por desentendimentos e maus tratos por parte do marido que “era um homem grosseiro, bruto, tinha um gênio horrível, nunca se contentava com nada e brigava o tempo todo” e pela ausência de carinho e prazer nas relações sexuais porque “ele só sabia pensar nele próprio, não sabia tratar bem uma mulher, não sabia dar prazer”.

Apesar dos desentendimentos e do desprazer na “convivência” a separação não era cogitada por Matilde porque “naquele tempo eu não conseguia me imaginar levando a vida sozinha com duas filhas pequenas, e também porque a gente fica tentando salvar o casamento e custa a acreditar que não tem mais jeito”.

O casamento durou nove anos e a separação só aconteceu porque “de repente ele arranhou outra mulher e de uma hora para outra, largou tudo e foi viver com ela”. Para Matilde “foi um verdadeiro choque” se ver descasada, com duas filhas ainda pequenas, tendo que garantir sua sobrevivência sem “saber fazer nada fora de casa”.

(...) Em termos afetivos, após a separação Matilde passou “anos sem olhar para homem nenhum” até perceber que “se continuasse agindo daquele jeito ia acabar perdendo a mocidade”. Disposta a partir de então, a “aproveitar a vida” resolveu ter um “caso” com um “rapaz mais moço” parente de uma amiga sua. “Foi uma maravilha. Com ele eu saía muito, comecei a conhecer as noites, as boates, dançava, me divertia. Foi uma época muito boa”. O relacionamento físico que passou a viver é enfatizado na medida em que lhe proporcionava muita satisfação. “Ele foi bom demais para mim. Eu comecei a me realizar, comecei a gostar de ter relação. Cada vez que eu me lembro dele, eu me lembro muito das relações que a gente tinha”. A esse “caso” outros “casos” se sucederam. “Eu conheci muitos homens e uns foram bons, outros eu nem gosto de lembrar. De qualquer forma até que eu gosto da vida que levo. Eu gosto de ter os meus casos e não quero mais ter compromisso com ninguém”. (p. 163-5)